

Aula 00

*PM-ES (Soldado Combatente) História
do Brasil e do Espírito Santo*

Autor:
Sergio Henrique

17 de Novembro de 2022

SUMÁRIO

00. Bate-Papo Inicial	2
1. A Conquista da América	3
2. O Período Pré-Colonial	4
2.1. <i>Expedições de Reconhecimento e Defesa</i>	4
2.2. <i>O Homem Americano</i>	6
3. Conflitos entre Colonos e Indígenas: A Confederação dos Cariris	8
4. O Início do Período Colonial	10
4.1. <i>Por que Colonizar?</i>	10
5. O Açúcar, os Holandeses, a Casa Grande e a Senzala	12
6. A Escravidão e o Comércio Atlântico	15
6.1. <i>Os Padres Jesuítas</i>	16
7. Administração Colonial Portuguesa	18
7.1. <i>O Governo-Geral</i>	19
7.1.1. Os Primeiros Governadores.....	19
7.1.2. As Câmaras Municipais.....	20
7.1.3. As Atividades Econômicas Complementares.....	21
8. O Bandeirantismo	22
9. Textos Complementares	23
9.1. <i>Foral de Duarte Coelho</i>	23
9.2. <i>Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos</i>	24
10. Orientações de Estudo (Checklist) e Pontos a Destacar	26
10.1. <i>Início da Colonização e Produção Açucareira</i>	26
10.2. <i>Administração e Economia Colonial</i>	27
11. Exercícios	30
12. Considerações Finais	150



00. BATE-PAPO INICIAL

Olá, amigo concurseiro. Vamos continuar construindo uma narrativa dos grandes fatos da colonização. É a construção do espaço Colonial, em que Portugal tornou-se grande rival da França nas relações exteriores, pois seu rei não reconheceu o tratado de Tordesilhas ("Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo"). Por isso, a todo o momento, nossa costa era invadida por piratas e corsários franceses que traficavam pau-brasil. Dessa forma, era uma necessidade imperativa da coroa portuguesa estabelecer sua presença no território por meio do uso da terra e do povoamento, além de enviar expedições militares para garantir a presença lusitana e expulsar invasores. A presença dos franceses era tanta que foi um dos grandes motivos que levaram Portugal a tomar a iniciativa de colonizar o país. A metrópole não tinha grandes recursos, então implantou o sistema de Capitânicas Hereditárias, já experimentado nas suas ilhas Atlânticas: Ilha da Madeira e Açores. O sistema era uma forma de transferir os custos da colonização para particulares, pois os gastos da colonização eram dos capitães donatários e sesmeiros. O início foi muito custoso, pois o empreendimento não era tão atraente, visto que ele possuía muitos riscos e a terra era incauta, tendo que ser tudo erguido do zero. Os indígenas, no primeiro contato, não foram escravizados, mas a partir da implantação do *plantation* açucareiro sim, e quando chegou a primeira leva de Africanos, já havia engenhos funcionando com o que chamavam de "negros da terra". Os indígenas foram resistentes à escravidão, e os ataques aos colonos e as guerras eram frequentes, como exemplo, a **Confederação dos Cariris**.

Teremos duas aulas sobre o período colonial. Nesta falaremos da implantação da colonização e, na próxima, das invasões estrangeiras, da descoberta do ouro, da formação das fronteiras e dos conflitos coloniais. As duas são muito cobradas no exame, e você já sabe que deve ficar atento às datas e aos fatos, como as ações de ocupação do território por meio do **combate aos indígenas**, a **expulsão de invasores estrangeiros** e a tentativa de **ocupação e colonização de áreas estratégicas**, e também aos nomes dos principais personagens, por exemplo, dos **líderes das expedições guarda-costas** e dos **governadores-gerais**. Lembre-se: a repetição é a mãe do aprendizado, portanto leia e releia. O que faço guardo em dobro, sendo assim, anote e pratique exercícios.

Sem delongas, vamos iniciar nossa missão.



1. A CONQUISTA DA AMÉRICA

A conquista da América é um dos episódios mais importantes da História, pois além de significar um grande avanço e expansão do capitalismo europeu, foi também um período de encontro entre a cultura europeia e a cultura dos habitantes nativos das Américas, da África e da Ásia. No encontro dos europeus com os indígenas, bem como ao redor do mundo, ocorreu um tremendo **choque cultural**. A colonização da América foi consequência das chamadas **grandes navegações**. Era o início da Idade Moderna. Esse período caracteriza-se por transformações muito profundas na sociedade, na economia e na cultura. A Idade Moderna pode ser também chamada de *Antigo Regime*. Ela compreende o período de formação das monarquias nacionais, da expansão marítima, da colonização da América, do Renascimento Cultural e da Reforma Religiosa; até que as revoluções burguesas (Revolução Inglesa, Independência dos EUA e Revolução Francesa) puseram fim a essa época. Todos esses acontecimentos ocorreram entre os séculos XV e XVIII. A sociedade brasileira e a sociedade latino-americana foram formadas a partir da colonização de exploração dos povos europeus, que possuíam uma visão de superioridade sobre os povos dos territórios colonizados. É a visão que chamamos de **Eurocentrismo**.



2. O PERÍODO PRÉ-COLONIAL

2.1. EXPEDIÇÕES DE RECONHECIMENTO E DEFESA

Nos primeiros anos após a chegada, foram enviadas expedições para marcar a presença portuguesa, expulsar invasores e reconhecer o território. Elas eram realizadas principalmente por grandes navegadores, como Gaspar Lemos e Gonçalo Coelho, que participaram da expedição de Cabral. O rei da França, Francisco I, não reconheceu o Tratado de Tordesilhas e questionava "Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo".

Em 1501, saiu de Portugal a expedição comandada por **Gaspar Lemos**, que contava com o apoio do navegador **Américo Vespúcio**, que fundou a Feitoria de Cabo Frio. Lemos teve um papel fundamental na chegada ao Brasil, pois foi ele quem comandou o navio que retornou a Portugal para entregar ao rei a carta de Pero Vaz de Caminha. Vespúcio foi o primeiro a chegar à ilha de Fernando de Noronha, batizou a Baía de Todos os Santos e a Baía da Guanabara (que foi batizada de Baía do Rio de Janeiro). Ele também fez o primeiro relatório sobre o pau-brasil.

Em 1503 saiu da cidade do Porto a expedição de **Gonçalo Coelho**, ele aportou no RN e navegou para o sul, identificando o Cabo de Santo Agostinho. Coelho nomeou o Rio São Francisco, recolheu degredados e conheceu o enigmático Bacharel de Cananeia, um degredado cujo passado é nebuloso e que, ao que tudo indica, foi deixado aqui pela expedição de Gaspar Lemos. Condenado por ser judeu, Cananeia teve como pena ser comido pelos nativos, mas de alguma forma se entendeu com eles e tornou-se um homem poderoso que vivia como um rei, casado com várias índias, possuindo um exército e traficando escravos e mantimentos para visitantes do litoral. A vila fundada por Martim Afonso foi o local em que o Bacharel tinha se estabelecido.

Em 1516 e 1526, veio para o Brasil a expedição de **Cristóvão Jaques**, que fundou a feitoria de Itamaracá, combateu e expulsou vários franceses. Em relatório, alertava para a necessidade da colonização diante da ameaça dos Franceses. Essas expedições foram chamadas de "guarda-costas", pois o principal objetivo era proteger a costa de invasores estrangeiros, além de fazer o reconhecimento do território e seu mapeamento.

Entre 1500 e 1530, o território brasileiro não despertou grande interesse em Portugal. Por quê? Principalmente devido ao comércio de especiarias com as "índias", que era um negócio incrivelmente lucrativo, o que diminuía o interesse pelas terras descobertas; além disso, não encontraram nenhum tipo de riqueza comercializável na Europa que fosse valorizada, exceto a madeira. Sendo assim, o único produto de maior interesse era o **pau-brasil**, que era extraído na costa e levado à Europa para que fosse retirada a sua tinta, a fim de fornecer colorantes para os tecidos manufaturados, que antes da industrialização eram caríssimos. No entanto, esse não era considerado um "negócio das índias", pois não era tão lucrativo e exigia muitos esforços, dessa



forma, pela mentalidade mercantilista, não era um bom negócio. O Estado português concedia o **monopólio** da exploração, denominado **estanco**. O rei D. Manuel, em 1503, vendeu para um consórcio de cristãos novos, liderados por Fernão de Noronha, o Monopólio de extração do pau-brasil. O estanco nunca foi respeitado, e um intenso tráfico de madeira ocorria, realizado principalmente por piratas e corsários franceses.

O primeiro contato com os indígenas foi pacífico. A escravização dos nativos era combatida pela Igreja e não era estimulada pelo Estado português. As coroas ibéricas eram ligadas à Igreja Católica e seguiam a orientação do clero: não estimulavam a escravização de nativos e, inclusive, criaram leis que proibiam a prática. No entanto, isso nunca foi fiscalizado com firmeza, e a escravidão indígena, durante a colônia, foi regra. A metrópole permitia a escravização dos indígenas resistentes à colonização e ao cristianismo, e contra eles poderiam os colonos guerrear, a chamada “Guerra Justa”.

No primeiro contato com os nativos não ocorreu a escravização do indígena, que trabalhava retirando o pau-brasil através do **escambo**.



Escambo: também chamado de “trocas naturais”. É quando ocorrem as trocas sem a presença de moedas. Por exemplo, trocar o pau-brasil por pequenos objetos sem valor para o europeu, como espelhos, colares e afins, ou a troca de africanos, para serem escravizados, por tabaco e cachaça.

Alguns antropólogos se debruçaram para estudar essa relação de exploração, pois o escambo tem forte poder explicativo, mas o que poderia convencer milhares de indígenas a trabalhar para os portugueses? De acordo como o antropólogo Darcy Ribeiro, eram estabelecidas as relações de “cunhadismo”. Os portugueses se casavam com as indígenas, sobretudo com filhas de chefes tribais. Estabelecidos os laços familiares, os indígenas trabalhavam para seus “cunhados” (lembre-se de que as tribos não eram monogâmicas, então eles podiam se casar com várias índias e ter diversos cunhados). O produto do trabalho era armazenado nas **feitorias**, grandes construções litorâneas que funcionavam como armazéns e fortes militares.

Os portugueses entraram em contato inicialmente com os indígenas do **tronco linguístico Tupi-Guarani**. Sua organização social era baseada na propriedade coletiva, a propriedade privada era apenas a pessoal, como o próprio arco.



2.2. O HOMEM AMERICANO

Os europeus encontraram civilizações muito diferentes das que conheciam. Eles eram dominados por um profundo sentimento de superioridade, o que chamamos de **etnocentrismo**, sentimento de superioridade de um grupo étnico sobre o outro. Nesse caso, por ser uma sensação de superioridade entre os europeus e os nativos da América, chamamos de **eurocentrismo**. Os espanhóis e os portugueses se depararam com povos muito diferentes. Os espanhóis se defrontaram com os povos pré-colombianos. Os primeiros povos com que os europeus tiveram contato foram os Maias e os Astecas, que em muitos aspectos superavam os avanços técnicos europeus, notavelmente pelas cidades com saneamento. Mas como podemos dizer, os Incas, os Maias e os Astecas foram conquistados pela “cruz e a espada”, com destaque à violência e ao extermínio dessas populações e a participação da colonização espiritual dos nativos. Os povos encontrados pelos portugueses no litoral estavam num nível de desenvolvimento técnico menor. Eram, sobretudo, do ramo linguístico tupi. Os povos nativos foram dizimados e atualmente, no Brasil, sua população é pequena e distribuída nas reservas indígenas, localizadas principalmente na região norte.

Os portugueses encontraram os nativos organizados em **sociedades tribais**, cujo líder é o **cacique** e o líder religioso – curandeiro - é o **pajé**. Suas principais características eram:

- ✓ Pequenas populações organizadas em tribos.
- ✓ Propriedade coletiva.
- ✓ Caçadores e coletores.
- ✓ Algumas tribos dominavam uma agricultura bastante rudimentar. Deles herdamos as **coivaras**, queimadas para abrir espaço nas matas, e a cultura da **mandioca**.
- ✓ Possuíam religiões animistas: cultuavam a natureza e acreditavam que seus elementos são dotados de vida.

Muitas tribos praticavam um ritual que chocou muito os europeus: a **antropofagia**, ou seja, o canibalismo. Essa prática era acompanhada de um longo ritual que poderia durar meses, eles acreditavam que, ao ingerir a carne do inimigo, iriam adquirir suas habilidades. Os europeus, nos primeiros anos do período pré-colonial, tinham uma visão idealizada das tribos. Os relatos sobre as tribos nativas levaram ao surgimento de outra visão sobre os indígenas, na qual eles foram considerados selvagens e bárbaros, devendo ser cristianizados. Durante todo o processo de colonização, a resistência indígena foi enorme e dificultou o estabelecimento dos portugueses, ao ponto da coroa portuguesa proibir a escravização do indígena, mas permitira sua captura por meio da já referida **Guerra Justa**, ou seja, a guerra contra as tribos que se levantavam contra os colonizadores. A resistência dos indígenas foi um dos principais fatores que dificultaram a



colonização. Uma das justificativas da instalação do Governo-Geral em 1548, além de centralizar a administração, era combater os índios Tupinambás. Os Tupinambás – também chamados de Tamoios – eram inimigos dos Tupiniquins, e os colonizadores tentavam alianças com eles. No litoral nordeste, na capitania de Itamaracá e Pernambuco, viviam os **Potiguaras**, que se aliaram aos franceses.



3. CONFLITOS ENTRE COLONOS E INDÍGENAS: A CONFEDERAÇÃO DOS CARIRIS

As primeiras expedições e grupos de colonos que chegaram aqui passaram por muitas dificuldades, entre elas, se não a maior, a resistência dos indígenas à colonização portuguesa. Os indígenas possuíam uma **cultura de guerreiros**, e os contatos com os europeus, na maioria das vezes, eram conflituosos. Em muitas áreas do litoral nordestino, na zona da mata, os colonos portugueses travaram guerras contra as tribos locais.

Nas primeiras décadas da colonização, até o do século XVII, os conflitos com os nativos ficaram conhecidos como “guerra contra os bárbaros”. Os conflitos começaram com o início da colonização. Os primeiros contatos foram pacíficos e os indígenas não foram escravizados. Eram explorados por meio do **escambo** e do **cunhadismo**. Quando Portugal decidiu pela colonização, as visões sobre o índio mudaram: inicialmente eram descritos como inocentes e bons. A partir de 1530, passaram a ser descritos como “bárbaros”, violentos, sem religião e com práticas abomináveis, como a antropofagia (que, para o índio, tinha um significado simbólico). Quero que você perceba como a palavra “bárbaro” é preconceituosa, pois ela passa uma profunda impressão de desprezo e de inferioridade. Podemos dizer que os portugueses tinham uma visão **eurocêntrica**, ou seja, eles viam a cultura europeia como melhor e mais evoluída, e acreditavam ser lá o centro do mundo, sendo assim, possuíam um profundo sentimento de superioridade em relação aos indígenas. Isso serviu também de argumento para a colonização.

Desde o princípio da colonização, os conflitos foram frequentes, até chegarem ao auge no fim do século XVII, no período do final da ocupação holandesa. Particularmente os estudos sobre esse assunto se concentram entre 1693 e 1713, quando foi derrotada uma união das tribos contra os portugueses, que ficou conhecida como **Confederação dos Cariris** ou Confederação dos “Bárbaros”. Também pode ser chamada de Confederação dos Janduins.

O combate aos indígenas baseava-se no conceito medieval de guerra justa, apoiado e divulgado pela Igreja desde as cruzadas medievais contra os islâmicos. Estariam combatendo, em nome da civilização e da igreja católica, os bárbaros, os antropofágicos (canibais) e os sem religião. Dessa forma, essa guerra seria justa. A ideia de **Guerra Justa** é uma justificativa para a colonização e para o combate aos indígenas. Destacaram-se os colonos do nordeste e, sobretudo, bandeirantes paulistas e padres jesuítas.

O padre jesuíta frei Vicente de Salvador relata como foi penosa a tomada da Paraíba (na época parte da capitania de Itamaracá e de Pernambuco) e os longos anos de conquista até 1586. Os principais indígenas combatidos eram os do sertão, à margem direita do São Francisco, os índios do ramo linguístico **Tapuia**. Várias foram as tribos indígenas designadas genericamente pelos portugueses de **Cariris**. Eles eram caçadores (diferentes dos tupis do litoral. Para os tupis, eram tapuias os não tupis), produziam cerâmica e, com pedra polida ou sílex, pontas de flechas e



machados. Genericamente, os Potiguaras também eram tratados por essa designação nos relatos mais antigos.



Representação ilustrativa dos confrontos indígenas.

Os confrontos com os indígenas, sobretudo os belicosos (guerreiros) Potiguares, foram difíceis. Os primeiros capitães travaram profundas lutas contra os indígenas e contra os invasores franceses. O capitão donatário de Pernambuco Duarte Coelho, em vários momentos, deu seu apoio militar para o combate dos Potiguares nas terras paraibanas. Os indígenas se juntaram formando a Confederação dos Cariris, como ficou conhecida. É importante lembrarmos que ela se trata de uma união entre as diversas tribos tapuias/cariris que se juntaram contra os colonizadores para defender o seu território, realizando frequentes ataques aos engenhos e às vilas, causando grande destruição.

Enquanto ocorriam décadas de confronto, foi instalada a lavoura açucareira, que usou a mão de obra escrava africana e contou com o suporte financeiro dos holandeses. Estes, mais tarde, invadiram a capitania de Pernambuco, dando início a um processo de colonização holandês, sobre o comando de Maurício de Nassau. Estudaremos esse assunto nas próximas aulas, agora vamos tratar da implantação da lavoura de cana-de-açúcar, vendo como ocorreu e por que optaram por este produto e pela escravidão. Vamos nessa!

4. O INÍCIO DO PERÍODO COLONIAL



Pedro Barreto de Resende, *Retrato de Martim Afonso de Sousa*, *Breve Tratado de Todos os Vice-reis*, Lisboa, Museu da Marinha

A decisão de colonizar o Brasil foi tomada em 1530, e o rei D. João III enviou o nobre militar **Martim Afonso de Souza** para comandar a expedição. Ele percorreu e explorou o litoral, assim como promoveu incursões de reconhecimento pelo interior. Ele veio com poderes extensíssimos: trazia três cartas patentes. Uma lhe autorizava a tomar posse das novas terras e a organizar o respectivo governo e a administração civil e militar. A segunda lhe conferia o título de capitão-mor e governador das terras do Brasil, por fim, a última lhe permitia conceder sesmarias das terras que achasse e que pudessem ser aproveitadas. Esta terceira carta mostra a transposição direta da legislação portuguesa sobre a terra, pois as sesmarias remontam a 1375, quando foram criadas para dar conta de uma crise alimentar que a peste negra agravou. Martim Afonso enviou naus para explorar o litoral norte até a foz

do rio Gurupi, na divisa dos atuais estados do Maranhão e do Pará, e também para explorar o litoral sul até o rio da Prata. Na baía encontrou Diogo Velho, o Caramuru, um náufrago que vivia em Arembepe, na Bahia, e que lhe prestou bons serviços.

- Aqui permaneceu até 1533. Instaurou São Vicente, a primeira cidade oficialmente fundada no Brasil, e montou o primeiro engenho de açúcar do país. Construiu uma feitoria, igreja, casa de Câmara, cadeia, pelourinho, introduziu a vinha, o trigo e o gado vacum. Foi enviado para servir na Índia como capitão-mor e deixou sua esposa, que foi sua procuradora (ela o representava a distância).

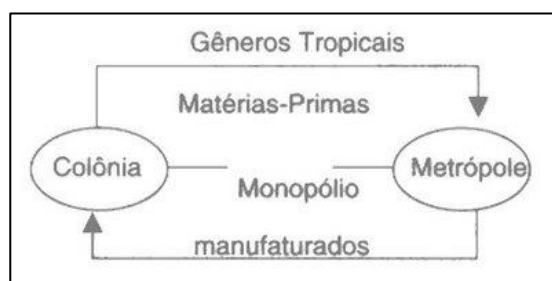
4.1. PORQUE COLONIZAR?

A colonização do Brasil ocorreu às pressas e sem um projeto definido de exploração e ocupação. O que estimulou a coroa portuguesa a colonizar nosso território foram basicamente dois motivos:

- 1- **O comércio de especiarias com o oriente** estava em decadência (devido ao aumento da concorrência internacional e à diminuição do preço dos produtos em razão da maior oferta).
- 2- **A ameaça estrangeira** cada vez maior, o que de fato impeliu Portugal à colonização. Éramos uma colônia de exploração, ou seja, estávamos sujeitos a uma relação de exploração de nossos recursos e dependência legal (uma colônia não possui autonomia, é administrada pela metrópole) expressos no **pacto colonial**.



O Brasil foi colonizado no período das monarquias centralizadas e do **mercantilismo**, que tinha entre seus fundamentos o **colonialismo**. A ideia era a de que a riqueza das nações seria a sua quantidade de metais preciosos e o seu volume comercial. O poder das monarquias europeias residiu basicamente no domínio colonial de vastas áreas ao redor do globo, e as riquezas retiradas do mundo colonial colaboraram para o fortalecimento do poder político absoluto dos reis. No século XV e XVI, as maiores potências marítimas comerciais eram Portugal e Espanha. O Império Lusitano era um grande império ultramarino, ou seja, com territórios coloniais pela América, costa africana (Guiné, Angola, Cabo Verde e Moçambique) e Ásia (Calicute e Goa – Índia, Macau – China e até as ilhas do Timor e ilhas japonesas). A colônia mais importante foi sem dúvida o Brasil, considerado a **galinha dos ovos de ouro de Portugal**. Tínhamos a função de fornecer matérias-primas, metais preciosos e produtos tropicais em geral, e de ser mercado consumidor dos produtos manufaturados europeus. Exportávamos produtos de baixo valor agregado, matérias-primas, e comprávamos produtos de alto valor agregado, os manufaturados. Era por meio da exploração colonial que Portugal mantinha seu superávit e bancava as dívidas de seu comércio internacional, pois a metrópole comprava tudo que consumia e nunca desenvolveu uma produção manufatureira forte que levasse ao desenvolvimento industrial português: sempre foi uma nação essencialmente comercial e adquiriu grandes dívidas com a Inglaterra. Ao monopólio e exclusividade de exploração da colônia denominamos **Exclusivo Colonial** ou **Pacto Colonial**, como descrito no esquema abaixo:



Pacto ou Exclusivo Colonial

Era proibido produzir quaisquer produtos manufaturados na colônia. Tudo era comprado de Portugal, até pregos e quitutes. A ideia era impedir o desenvolvimento do território colonial e realizar a manutenção da dependência do consumo dos produtos da metrópole. Livros também eram proibidos de circular, para que ideias não se difundissem.

Tente compreender a exploração colonial tendo em vista as características do mercantilismo que aprendemos na aula anterior: intervenção do Estado na economia, metalismo, busca de superávit (balança comercial favorável), colonialismo.



Déficit: quando o total de importações supera o total de exportações.

Superávit: quando o total de exportações supera o total de importações.

5. O AÇÚCAR, OS HOLANDESES, A CASA GRANDE E A SENZALA

A opção por cultivar a cana de açúcar ocorreu por várias razões, como as destacadas abaixo:

1- Havia uma grande demanda na Europa pelo açúcar e seu preço era alto. É só nos lembrarmos da lei da oferta e da procura: se a demanda é alta, os preços são mais altos.

2- A cana é um vegetal asiático, ela veio da Índia, que possui clima quente e úmido. Adaptou-se muito bem ao clima do litoral nordestino (tropical úmido) e ao solo fértil da região (solo de massapé).



Clima tropical úmido: é o clima da região do litoral nordestino, a zona da mata. É quente e úmido, sofre influência da umidade oceânica e, no inverno, da massa polar atlântica, que provoca chuvas de inverno.

Solo de Massapé: é o solo encontrado na zona da mata. Solos são rochas desagregadas, misturadas com material orgânico e microrganismos. Ele é o resultado da desagregação de duas rochas: o gnaise e o calcário. É um solo profundo e fértil.

3- O financiamento da produção de açúcar, o transporte, o refino e a distribuição no mercado europeu eram realizados por **holandeses**. Eles eram os principais financiadores dos engenhos e viabilizadores financeiros da colonização.

A opção pela cana-de-açúcar tinha como objetivo garantir o máximo de lucro para a metrópole, que se encontrava em crise econômica no contexto do início da colonização e por isso **transferiu os gastos da colonização para a iniciativa privada**, através das capitânicas hereditárias; além disso, Portugal dependia do financiamento e da infraestrutura holandesa. Dessa forma, os flamengos (holandeses) ficavam com as atividades mais lucrativas que envolviam o comércio internacional do açúcar, sendo responsáveis pelo financiamento, transporte, refino e distribuição do produto. A relação com os holandeses foi intensa e pacífica até 1580, quando ocorreu a **União Ibérica, a união das coroas de Portugal e Espanha**. Durante o período da União Ibérica, os holandeses foram proibidos de participar da atividade açucareira no Brasil por serem inimigos da Espanha. Nesse contexto invadiram Salvador e depois Pernambuco. A expulsão dos holandeses, em 1654, está ligada à decadência da cana-de-açúcar. Não há dúvidas da importância da atividade



açucareira para a Holanda, mas vale ressaltar que eles nunca se ocuparam da produção. Nunca foram donos de um só engenho no Brasil, nem mesmo no período em que invadiram e permaneceram em Recife, atual capital de Pernambuco. No entanto, sempre se comprometeram com o financiamento, com o frete e, sobretudo, com o comércio do produto.

Os engenhos foram instalados principalmente em Pernambuco, na Bahia, em pequenas faixas territoriais maranhenses e em São Vicente, no litoral de São Paulo. O modelo de produção adotado foi o **Plantation escravista**, cujas características são:

- 1- **Monocultura**(só se cultivava cana-de-açúcar).
- 2- **Exportação**(o objetivo é atender a demanda do exterior, no caso a metrópole).
- 3- **Latifúndios**(grandes extensões de terra).
- 4- **Escravidão**(mão de obra escrava africana).

É importante que você saiba essas características prontamente, pois esse modelo é usado até hoje: o agronegócio brasileiro baseia-se no plantation mecanizado.



As duas etapas do processo produtivo de açúcar

A produção açucareira começava com o plantio da cana-de-açúcar nas grandes propriedades rurais da colônia. Depois de colhida, a cana era levada para a *casa da moenda* para a extração do caldo (garapa). Transportava-se o caldo em tambores para a *casa da fornalha*, onde era cozido. Eliminadas as impurezas, o caldo passava pelo processo de esfriamento e condensação, a partir do qual se obtinham o melado e a rapadura que, depois de misturados, eram levados para o branqueamento na *casa de purgar*. Melaço e cristais de açúcar derivavam dessa mistura, por processo natural. Os cristais eram colocados em vasos cônicos de barro queimado, com diversos furos, por onde o resto do melaço escorria.

Concluída essa operação, o que ficava chamava-se “pão de açúcar”. Este era retirado dos vasos, do qual se separava a parte inferior, não totalmente purgada, denominada “açúcar mascavo”. A parte superior purgada e branqueada era quebrada em pequenos fragmentos, colocada ao sol para secar e, posteriormente, encaixotada em unidades de cinquenta arrobas e exportada para a metrópole, onde era refinada e vendida para o consumo.

A técnica de refinação do açúcar era simples e as refinarias poderiam ser instaladas e facilmente operadas pelos escravos dos engenhos. Contudo, fazia parte da política metropolitana dividir o processo em duas etapas distintas, na qual a metrópole se



reservava a exclusividade da refinação, com o objetivo de manter a “sujeição e subordinação colonial”, no dizer do historiador cubano Manuel Moreno Fraginals.

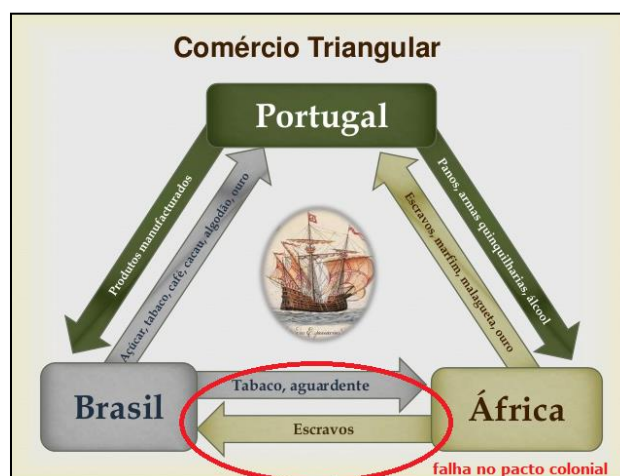
Fonte: KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denize Manzy Frayze. História do Brasil no Contexto da História Ocidental. 8 ed. São Paulo; Atual, 2003.



6. A ESCRAVIDÃO E O COMÉRCIO ATLÂNTICO

A escravidão africana foi adotada porque era um negócio extremamente lucrativo e a demanda de braços era tão grande quanto a demanda por açúcar. “Por que não escravizaram o índio?” Você se pergunta, mas lembre-se de que a Igreja Católica se posicionou por meio de Bulas Papais na expansão e na colonização da América contra a escravidão do **gentio** (nativo, indígena), que não movimentava um mercado tão lucrativo e estruturado como era o comércio de africanos. Mesmo assim, foram também escravizados, mas não sistematicamente como os portugueses fizeram com os africanos.

Quanto ao negro, a escravidão era denunciada por alguns religiosos, mas como um todo era tolerada e aceita; em todo o período colonial e durante o império brasileiro, era o sustentáculo da economia e elemento fundamental na organização da sociedade, pois todo o trabalho braçal, inclusive o de vestir seus senhores, era realizado por um cativo. A demanda por braços para o trabalho era muito grande, ao ponto de Portugal não conseguir atender a demanda. Isso gerou o comércio atlântico que fugia do controle da metrópole: o tráfico negreiro. Era praticado um comércio marítimo muito intenso no Atlântico Sul, que representava uma falha no pacto colonial: a demanda de escravos era tamanha que as companhias de comércio portuguesas não conseguiam atendê-la, o que levou a uma iniciativa de luso-brasileiros a se dedicarem a atividades escravagistas. As grandes fortunas da elite colonial brasileira eram formadas principalmente por traficantes de escravos, cujas fortunas eram maiores que as dos senhores de engenho. Observe a imagem e perceba o seguinte: em teoria eram os portugueses que deveriam adquirir africanos para serem escravizados e abastecer o mercado de escravos brasileiros, no entanto, diante de tamanha demanda, surgiu o fluxo comercial Brasil-África. Ele teoricamente não deveria existir devido ao monopólio comercial português, por isso é uma falha no pacto colonial. Apesar de ser proibido na lei, esse comércio era conhecido e tolerado pela coroa portuguesa, diante da necessidade de abastecimento da colônia. Chamamos esse comércio escravista pelo atlântico de comércio triangular.



Os africanos escravizados eram transportados nos navios negreiros, neles a mortalidade era muito alta, por isso foram apelidados de **navios tumbeiros**. Os escravizados eram “descarregados” no litoral, nos mercados de escravos, onde eram vendidos, e dali seguiam para as fazendas. Para evitar a comunicação e as rebeliões, separavam as famílias e as tribos. Alguns historiadores calculam que a cada 100 africanos capturados, chegavam em torno de 12 no destino final, que eram os engenhos açucareiros.

Durante todo o tempo em que ocorreu a escravidão (1530-1888), ocorreu também a resistência africana. Eles resistiam por meio de suicídios, abortos, levante contra seus senhores, fugas e formação de quilombos. Durante as invasões holandesas, ocorreram conflitos com os colonos que entraram em guerra na primeira invasão na Bahia. Durante a resistência dos colonos, muitas fazendas foram destruídas e vários africanos fugiram, o que estimulou bastante o surgimento de quilombos, dentre eles o mais conhecido, o **Quilombo dos Palmares**.

6.1. OS PADRES JESUÍTAS



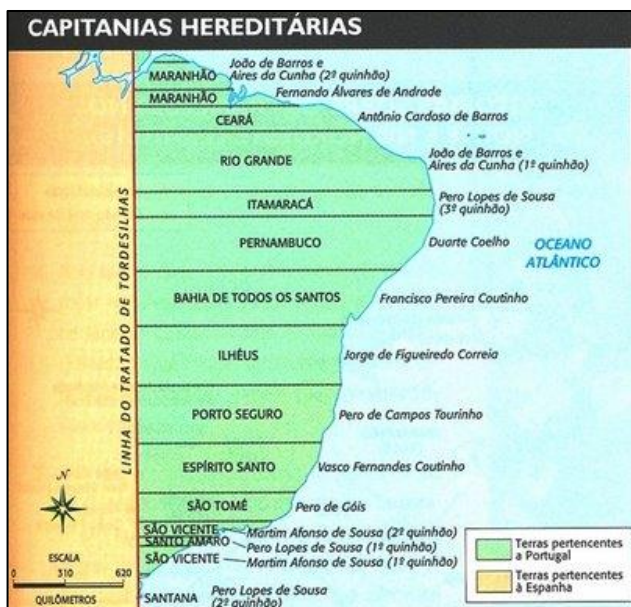
Os Padres da *Cia. De Jesus* eram também conhecidos como **soldados de batina**. O apelido é porque a ordem jesuítica possuía organização e preparo militar, e também por seu fundador, Inácio de Loyola, ter sido oficial militar. Eles fundavam no Brasil (e em todo o mundo colonial português) as Missões jesuíticas, incumbidas de catequizar os nativos e protegê-los nas **Missões, ou colégios jesuíticos**. Não foram raras as situações em que as expedições de **bandeirantismo**

atacaram as missões querendo escravizar seus indígenas, que já eram cristianizados e ensinados ao trabalho. As missões jesuíticas ocuparam, além do litoral, o sul do Brasil, na fronteira com Argentina, e principalmente a região amazônica. As missões jesuíticas tiveram um importante papel na ocupação do nosso território, muitas vezes servindo a Portugal como ponto de demarcação de fronteiras. Ao longo do rio Amazonas, eles foram penetrando no interior. Essas missões amazônicas treinavam e usavam os indígenas como mão de obra (não escrava) para coletarem as **drogas do sertão**: ervas medicinais que eram colhidas em meio à floresta e vendidas para a Europa. Elas eram valiosas como as especiarias asiáticas.

Há vários jesuítas importantes, e vários deles escreveram livros que são preciosos documentos para os historiadores, como o Padre Antonil e o Frey Vicente de Salvador. Manoel da Nobrega e José de Anchieta foram os primeiros grandes líderes da Cia de Jesus no Brasil. Manoel da Nóbrega veio junto com a expedição de Tomé de Souza, o primeiro governador-geral do Brasil. Os Jesuítas sempre protegeram os nativos da escravidão, o que os tornou grandes inimigos dos colonos. Para Nóbrega, a conversão do indígena devia se basear no exemplo moral e espiritual impecável do missionário e na pregação que levasse em conta as condições do processo de colonização e de conquista. No entanto, diante das grandes dificuldades, ele escreveu ao rei propondo a Guerra Justa contra os indígenas, como mecanismo de consolidação da colonização e da catequese, resolvendo ao mesmo tempo o problema da mão de obra nos engenhos. José de Anchieta veio na expedição de Duarte Coelho e dizia que só “pela força das armas obter-se-iam frutos abundantes.”



7. ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA



As Capitânicas hereditárias foram a primeira forma de divisão administrativa pela qual passou o Brasil. Portugal tentou transferir os gastos da colonização para a iniciativa privada. Concedia territórios a serem governados com amplos poderes a quem os recebesse, pois se tornava Capitão Donatário, ou seja, o Capitão responsável pela Capitania Hereditária. Do litoral até a linha imaginária do tratado de Tordesilhas, em sentido **latitudinal** (horizontal), foram criadas 15 capitânicas. Elas foram entregues a 12 donatários (aparentemente não era um bom negócio: difícil, perigoso e com vantagens duvidosas). Entre os

donatários não figurava nenhum nome da alta nobreza ou do grande comércio de Portugal, o que mostrava que o empreendimento não era economicamente atraente, somente alguns elementos da pequena nobreza que haviam enriquecido por meio de negócios recentes com o oriente, ou seja, gente “miúda”. São Vicente (que era dividida em duas faixas de terra) pertencia a Martim Afonso, que fundou a Vila de São Vicente, onde já existia um porto em que naufragos comercializavam escravos, destacadamente João Ramalho, casado com a índia Bartira, filha do cacique Tibiriça. O governador Tomé de Souza e o jesuíta Manoel da Nobrega o conheceram. Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso, recebeu 3 capitânicas (Itamaracá, Santo Amaro e Santana), mas morreu no nordeste, em expedição, antes de concretizar a colonização. Pero Campos Tourinho, donatário da capitania de Porto Seguro, foi preso pelos próprios colonos e entregue à Inquisição, pois era profundamente anticlericalista e foi acusado de blasfêmia.

Os donatários vinham com dois documentos jurídicos emitidos pelo próprio rei: a **carta de doação** e o **foral**. Nos dois documentos, o rei praticamente abria mão de sua soberania e conferia aos donatários amplos poderes. E tinha de ser assim, pois os donatários deveriam desenvolver a terra às próprias custas, pois **o regime de capitânicas hereditárias transferia para a iniciativa particular a tarefa de povoar e investir no Brasil**. Porém, em razão da dimensão colossal da tarefa e da escassez de recursos, a maioria falhou. Ainda houve aqueles que preferiram não arriscar sua fortuna e nem vieram tomar posse de sua capitania. Somente a Capitania de Pernambuco obteve êxito, além do sucesso **temporário** de São Vicente. Estava claro que o povoamento e a valorização econômica da terra por meio da iniciativa particular eram inviáveis. As capitânicas fracassaram (mas não foram extintas, isso ocorreu só no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, que estudaremos mais à frente) não só devido ao elevado investimento necessário, mas também pela distância da



metrópole, pela resistência dos indígenas e pela elevada **descentralização**. Além disso, era muito perigoso e as histórias de tragédias e naufrágios desestimulavam.



TOME NOTA!

Carta de doação: o rei declarava a doação e tudo o que ela implicava, por exemplo, os amplos poderes do capitão donatário.

Foral: era uma espécie de código tributário que estabelecia impostos e deveres, como o de conceder as **Sesmarias**.

Sesmarias: grandes propriedades de terra que eram concedidas pelo donatário a quem se interessasse, mas desde que fosse católico e se comprometesse a cultivar cana. Podiam ter muitos milhares de hectares. Essas grandes propriedades, doadas no início da colonização até a época da independência, estão na matriz da distribuição da terra que temos hoje no país, calcada ainda no **latifúndio**. 1% do número de propriedades rurais ocupam 50% do espaço agrícola.

7.1. O GOVERNO-GERAL

Diante do fracasso das capitanias, em 1548 foi criado o **Governo-Geral**, por meio de um instrumento jurídico denominado **Regimento de 1548 ou Regimento de Tomé de Souza**. A criação do Governo-Geral tinha como objetivo a **centralização política e administrativa**, mas **não aboliu o regime de capitanias**. A sede administrativa do Governo-Geral seria a cidade de **Salvador**, que se tornou a primeira capital do Brasil. Dessa vez, a coroa desembolsou dinheiro público para a construção da nova capital, que foi feita por regime de empreitada, sendo construídas 6 ruas, a Catedral da Sé, o palácio do governador e a Casa de Câmara/Cadeia. O governador-geral tinha a obrigação de centralizar a administração, estimular o povoamento, proteger as capitanias contra as adversidades, principalmente as invasões estrangeiras, e combater os índios tupinambá, hostis ao colonizador. Foram criados também, para auxiliar o governo, os cargos de **Ouvidor-Mor** (justiça), **Provedor-Mor** (finanças) e **Capitão-Mor** (Defesa), que correspondiam aos poderes máximos da colônia em suas áreas.

7.1.1. Os Primeiros Governadores

- ✓ **Tomé de Souza (1549-1553):** foi o primeiro governador-geral. Com ele vieram todos os funcionários necessários à administração e também os **primeiros jesuítas**, dando início à obra de evangelização dos indígenas. É criado o **primeiro Bispado do Brasil**: o Bispado de



Salvador, sob a responsabilidade do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha. Veio com ele o Jesuíta Manuel da Nóbrega, que trouxe o primeiro grupo de Jesuítas.

- ✓ **Duarte da Costa**(1553-1558):enfrentou várias crises em seu governo. Teve que combater **os primeiros conflitos entre povoadores e jesuítas em torno da escravidão indígena**, além disso, foi durante seu governo que a França iniciou a tentativa de estabelecer a *França Antártica* no Rio de Janeiro.
- ✓ **Mem de Sá**(1558-1572):consolidação do Governo-Geral e expulsão dos Franceses com a destruição da colônia de Huguenotes (calvinistas franceses), denominada França Antártica. Depois fundaram a cidade do Rio de Janeiro, com o nome São Sebastião do Rio de Janeiro.



CURIOSIDADE

Dom Luís Fernandes de Vasconcelos foi nomeado pelo rei como sucessor de Mem de Sá, contudo morreu em combate num ataque de piratas.

7.1.2. As Câmaras Municipais

As dificuldades de contato entre as diferentes regiões e a capital Salvador criavam uma situação em que o **localismo político** era estimulado. Os poderes e os homens do Estado português estavam sempre muito longe, então os principais centros de decisão eram de fato as **Câmaras Municipais**, o órgão público administrativo mais antigo do Brasil. Elas se localizavam nas vilas mais importantes. Os poderes locais eram representados pelos grandes proprietários, que se autodenominavam “**homens bons**”, o que significava homens brancos, católicos, ricos e que não realizavam trabalhos manuais, ou seja, senhores de escravos. As câmaras abrigavam os trabalhos legislativos e jurídicos da colônia, elas possuíam uma arquitetura interessante, pois a cadeia era construída na parte inferior do prédio.

A administração colonial era bastante complicada, principalmente devido à dificuldade de locomoção (o litoral brasileiro é planáltico e com vegetação de Mata atlântica)causada pela carência de infraestrutura. Dessa forma, era difícil o contato entre as capitanias pelo comércio interno, assim como também era difícil fazer cumprir o **exclusivo colonial**. Mais mudanças estariam por vir na administração colonial. Portugal, em 1580, passou por uma crise sucessória em seu trono, e o reino português foi unificado ao reino espanhol. É o período conhecido como **União Ibérica**, que durou de 1580 até 1640. Estudaremos esse assunto na próxima aula, ele é muito importante, pois explica a razão da invasão dos holandeses ao Brasil colonial.



7.1.3. As Atividades Econômicas Complementares



As principais atividades destacadas nos mapas são:

- 1- O cultivo tradicional da **cana-de-açúcar** no litoral;
- 2- A **pecuária**;
- 3- As **Drogas do Sertão**.

No século XVIII teve início o ciclo da mineração em MG e MT (estudaremos este tópico em detalhes nas aulas a seguir), além da produção de **algodão** no Maranhão. Apesar de não estar destacada nesses mapas, havia uma importante produção de **tabaco** na Bahia, ele era usado como elemento de troca por escravos africanos que eram conseguidos por meio do escambo (os escravos eram trocados por tabaco e aguardente). Podemos citar as atividades de sertanismo, também chamadas de *Bandeirantismo*.

- ✓ **Pecuária**: era a principal atividade complementar da colônia, pois fornecia carne, couro e transporte. Era realizada mais ao interior do território brasileiro, onde a vegetação da Caatinga e o **Cerrado** foram encontrados. A pecuária desenvolveu-se principalmente nas regiões de cerrado, por suas sempre verdes pastagens naturais. Uma coisa diferenciava fundamentalmente a pecuária das outras atividades: **o uso de mão de obra livre, normalmente indígena**. O vaqueiro, como era chamado, recebia sua remuneração em filhotes das crias.



8. O BANDEIRANTISMO

As bandeiras eram expedições com objetivos comerciais e privados. Elas não eram as únicas expedições que ocorriam em nosso território. Havia as expedições de reconhecimento, enviadas pela coroa, que eram chamadas de **Entradas**. A atividade dos bandeirantes teve início em São Vicente. A capitania, nos primeiros anos de ciclo do açúcar, junto com Pernambuco, foram as únicas que tiveram sucesso. No entanto, a atividade açucareira logo entrou em decadência, principalmente devido à distância maior de Portugal, o que encarecia o frete. Além disso, o açúcar pernambucano era de melhor qualidade. Os paulistas se viram obrigados a se dedicarem a uma atividade econômica alternativa, que foi o bandeirismo. Havia basicamente três tipos de expedições bandeirantes:

- ✓ **Bandeirismo de Contrato:** grupos contratados para capturar escravos fugidos e destruir quilombos.
- ✓ **Bandeirismo de Preação ou apresamento:** expedições cujo objetivo era capturar indígenas e escravizá-los (por isso sempre entravam em conflito com os padres jesuítas que os protegiam).
- ✓ **Bandeirismo de Prospecção:** expedições para buscar jazidas de ouro, prata ou pedras preciosas. Foram os paulistas que encontraram o ouro no início do século XVIII, dando início ao ciclo da mineração.

Como a movimentação pelo território era muito difícil devido às florestas e ao relevo planáltico, os rios ocupavam uma posição de destaque para viabilizar as expedições. Eram chamadas de **Monções** as expedições bandeirantes feitas por rio. Por meio deles, os bandeirantes percorreram todo o território brasileiro, explorando o nordeste através do rio São Francisco (também chamado de rio dos currais devido à pecuária e também como rio da integração nacional, pois integra o sudeste e o nordeste). Em 1647, a bandeira de Fernão Dias Paes abriu caminho para o interior de Minas Gerais e, poucos anos depois, a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, abriu caminho para as minas de Goiás. Fernão Dias, no norte de Minas, no vale do rio Jequitinhonha, encontrou turmalinas e pensou que eram pedras preciosas verdadeiras.



9. TEXTOS COMPLEMENTARES

9.1. FORAL DE DUARTE COELHO

No trecho seguinte, extraído de um documento real (o foral de Duarte Coelho), estão expostos alguns dos direitos do rei e deveres dos donatários:

A quantos esta minha carta virem faço saber que eu "fiz ora doação e mercê a Duarte Coelho, fidalgo de minha casa, para ele e todos os seus filhos, netos, herdeiros e sucessores [...] para sempre, da capitania e governança de sessenta léguas de terra na minha costa do Brasil [...] e por ser muito necessário haver aí foral dos direitos, foros e tributos e coisas que se na dita terra hão de pagar, tanto de que a mim e à Coroa de meus reinos pertencerem como do que pertencerem ao dito capitão por bem da dita doação, eu, havendo respeito à qualidade da dita terra e a se ora novamente ir morar, povoar e aproveitar [...] houve por bem de mandar ordenar e fazer o dito foral na forma e maneira seguinte.

O pau do Brasil da dita capitania, e assim como qualquer especiaria ou drogaria de qualquer qualidade que seja que nela houver, pertencerá a mim e será tudo sempre meu e de meus sucessores, sem o dito capitão nem outra alguma pessoa poder tratar nas ditas coisas, [...] nem as poderão vender, nem tirar para meus reinos ou senhorios, nem para fora deles, sob pena de quem o contrário fizer perder por isso toda sua fazenda para a Coroa do Reino e ser degredado para a Ilha de São Tomé para sempre. E, porém, quanto ao Brasil, hei por bem que o dito capitão, assim como os moradores da dita capitania, se possam dele aproveitar aí na terra no que lhes for necessário, não sendo em o queimar, porque queimando-o incorrerão nas sobreditas penas.

Todas as pessoas, tanto de meus reinos e senhorios como de fora deles, que à dita capitania forem não poderão tratar, nem comprar, nem vender coisa alguma com os gentios da terra e tratarão somente com o capitão e povoadores dela, comprando, vendendo e resgatando com eles [...] e quem o contrário fizer hei por bem que perca em dobro toda a mercadoria e coisas que com ditos gentios contratarem [...]

Quaisquer pessoas que na dita capitania carregarem seus navios, serão obrigados antes que comecem a carregar e antes que saiam fora da dita capitania de o fazerem saber ao capitão dela para prever e haver que se não tiverem mercadorias defesas, nem partirão [...] sem licença do dito capitão e não fazendo assim, ou partindo dela sem a dita licença, perder-se-ão em dobro para mim todas as mercadorias que carregarem, posto que não defesas, e isto porém se entenderá enquanto na dita capitania não houver feitor ou oficial meu, porque havendo [...] a ele se fará saber [...] e a ele pertencerá fazer a dita diligência e dar as ditas licenças.

Os moradores e povo da dita capitania serão obrigados em tempos de guerra a servir nela com o capitão se lhe necessário for [...]

Foral de Duarte Coelho - da capitania de Pernambuco (24 de setembro de 1534) p. 42, 44-6.



1. O que é foral?
2. Enumere os direitos do rei português garantidos no documento.
3. Enumere os deveres dos donatários cobrados no documento.
4. Explique por que o Estado português não assumiu o encargo da ocupação.

9.2. COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO COM SEUS ESCRAVOS

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas. Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastante industriais e bons não somente para o serviço de casa, mas para as oficinas e para o meneio da casa.

Uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida e para se lhes encomendar um barco, para levarem recados e fazerem qualquer diligência das que costumam ordinariamente ocorrer. As mulheres usam de fouce e de enxada, como os homens; porém, nos matos, somente os escravos usam de machado. Dos ladinos, se faz escolha para caldeireiros, carapinas, calafates, tacheiros, barqueiros e marinheiros, porque estas ocupações querem maior advertência. Os que desde novatos se metem em alguma fazenda, não é bem que se tiram dela contra sua vontade, porque facilmente se amofinam e morrem. Os que nasceram no Brasil, ou se criaram desde pequenos em casa dos brancos, afeiçoando-se a seus senhores, dão boa conta de si; e levando bom cativo, qualquer deles vale por quatro boçais.

[...] Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor, para que não se descuidem; e isto serve para que não padeçam fome nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha. Porém, não lhes dar farinha, nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia, e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo?

Se o negar a esmola a quem com grave necessidade a pede é negá-la a Cristo Senhor nosso, como Ele o diz no Evangelho, que será negar o sustento e o vestido ao seu servo?

Não castigar os excessos que eles cometem seria culpa não leve, porém estes se hão de averiguar antes, para não castigar inocentes. E se hão de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoites moderados ou com os meterem em uma corrente de ferro por algum tempo ou tronco. Castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria e com instrumentos



terríveis e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardentes, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos. O certo é que, se o senhor se houver com escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometerem com misericórdia o justo e merecido castigo.

André João Antonil. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 159-63. (Col. Roteiro do Brasil).

André João Antonil é um pseudônimo de João Antônio Andreoni, um jesuíta de origem italiana que viveu no Brasil no final do século XVII e início do século XVIII. Neste texto, ele dá vários conselhos aos senhores de engenho.

Visto que “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho”, Antonil recomenda uma forma determinada de tratamento a ser dispensado aos escravos.

Fonte: KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denize Manzy Frayze. História do Brasil no Contexto da História Ocidental. 8 ed. São Paulo; Atual, 2003.



10. ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR



10.1. INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

1. Inicialmente, é fundamental lembrar que, com as Grandes Navegações Europeias em busca de novas rotas até às Índias, empreendidas entre os séculos XIV e XVI, o comércio das especiarias passou a gerar uma grande fonte de riqueza para Portugal. Neste cenário de expansão marítima, as novas rotas encontradas desembocaram, também, em novas terras, até então desconhecidas.
2. A frota de Pedro Álvares Cabral, que chegou às “novas” terras em 22 de abril de 1500, possui controvérsias sobre sua casualidade ou intencionalidade, devido ao fato de terem ocorrido navegações anteriores, por exemplo, a de Vasco da Gama, que já havia reconhecido terras na região.
3. A colonização da “América Portuguesa” se concentrou nas regiões litorâneas, a partir do século XVII teve início o processo de interiorização do país, marcado por uma série de lutas e disputas pelas terras e riquezas naturais (por exemplo, o pau-brasil, sobretudo no século XVI, e o açúcar, no XVII).
4. Entre os anos de 1500 e 1530, as especiarias ainda rendiam lucros a Portugal, dessa forma, a atenção à sua colônia recém-descoberta não foi dada de forma significativa, o que resultou na adoção do termo pré-colonizador para o período.
5. A primeira riqueza natural a ser explorada foi o pau-brasil, árvore cuja pigmentação avermelhada era extraída, servindo como corante para roupas na Europa.
6. Para a sua extração, a Coroa Portuguesa se valia do trabalho dos indígenas, os quais derrubavam, cortavam e carregavam as árvores até o local de embarque nos navios. Inicialmente, esse trabalho era obtido por meio do **escambo**, ou seja, objetos sem valor trazidos pelos portugueses (tecidos, anzóis, espelhos, canivetes) eram trocados pelo trabalho dos nativos.
7. O Tratado de Tordesilhas (1494) estabelecia o monopólio das terras descobertas **apenas** a Portugal e à Espanha. No entanto, elas foram disputadas por franceses, holandeses e ingleses.
8. Em 1530, com o intuito de ocupar as terras e evitar as invasões de outros países europeus, uma expedição comandada por Martim Afonso de Souza foi enviada por Portugal em 1532, o comandante fundou a primeira vila do Brasil, **São Vicente**.



9. Em São Vicente, os primeiros colonos (portugueses) iniciaram o cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, instalaram o primeiro engenho no Brasil, destinado ao cultivo da cana e à fabricação do açúcar.
10. Com a implantação dos engenhos, Portugal deixava de lado a exclusividade da extração do pau-brasil e iniciava uma organização do sistema colonial.
11. O sistema colonial era baseado, principalmente, no **monopólio comercial**, uma ferramenta de domínio econômico feita pela metrópole (Portugal) em relação à colônia (Brasil). Por meio dele, a Metrópole comprava os produtos coloniais por preços mais baixos, e os artigos metropolitanos eram vendidos aos colonos no Brasil por preços mais altos.
12. O trabalho indígena, por sua vez, foi se tornando mais conflituoso à medida que os nativos passaram a resistir à exploração europeia. Com isso, os colonos passaram a utilizar a violência e a impor a escravidão.
13. **Guerra Justa** é o nome dado à guerra contra os indígenas, autorizada pela Coroa Portuguesa, e que era justificada nos casos em que os indígenas se recusavam à conversão à fé cristã ou que impediam a propagação do cristianismo, a partir de meados do século XVI.
14. A mão de obra indígena foi amplamente disputada, uma vez que a expansão açucareira crescia para além do litoral, alcançando o interior de São Paulo, Maranhão e Pará.
15. No século XVII, outras atividades econômicas também ganharam relevância para os colonos, como a agricultura (feijão, milho, mandioca) e a extração das **chamadas drogas do sertão** (guaraná, castanha, cravo, plantas aromáticas e medicinais).

10.2. ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA COLONIAL

1. Principais características administrativas das terras descobertas:
 - 1.1. Terra dividida em grandes porções (as chamadas **capitanias**, 15 no total).
 - 1.2. Seus “proprietários” ficaram conhecidos como **capitães** ou **donatários**.
 - 1.3. Quando ocorria a morte de seu donatário, a porção de terras era passada aos seus descendentes, por isso o nome **capitanias hereditárias**.
 - 1.4. O vínculo entre o rei de Portugal e os donatários se dava por meio da carta de doação ou da carta foral.
 - 1.5. Tinham, como direito, distribuir partes de sua terra (**sesmarias**) a quem desejasse cultivá-las.
 - 1.6. Parte dos lucros obtidos deveria ser enviada a Portugal como forma de pagamento pelo uso das terras.
2. Contudo, o sistema das capitanias hereditárias não obteve o sucesso esperado, à exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente, sobretudo em virtude da produção



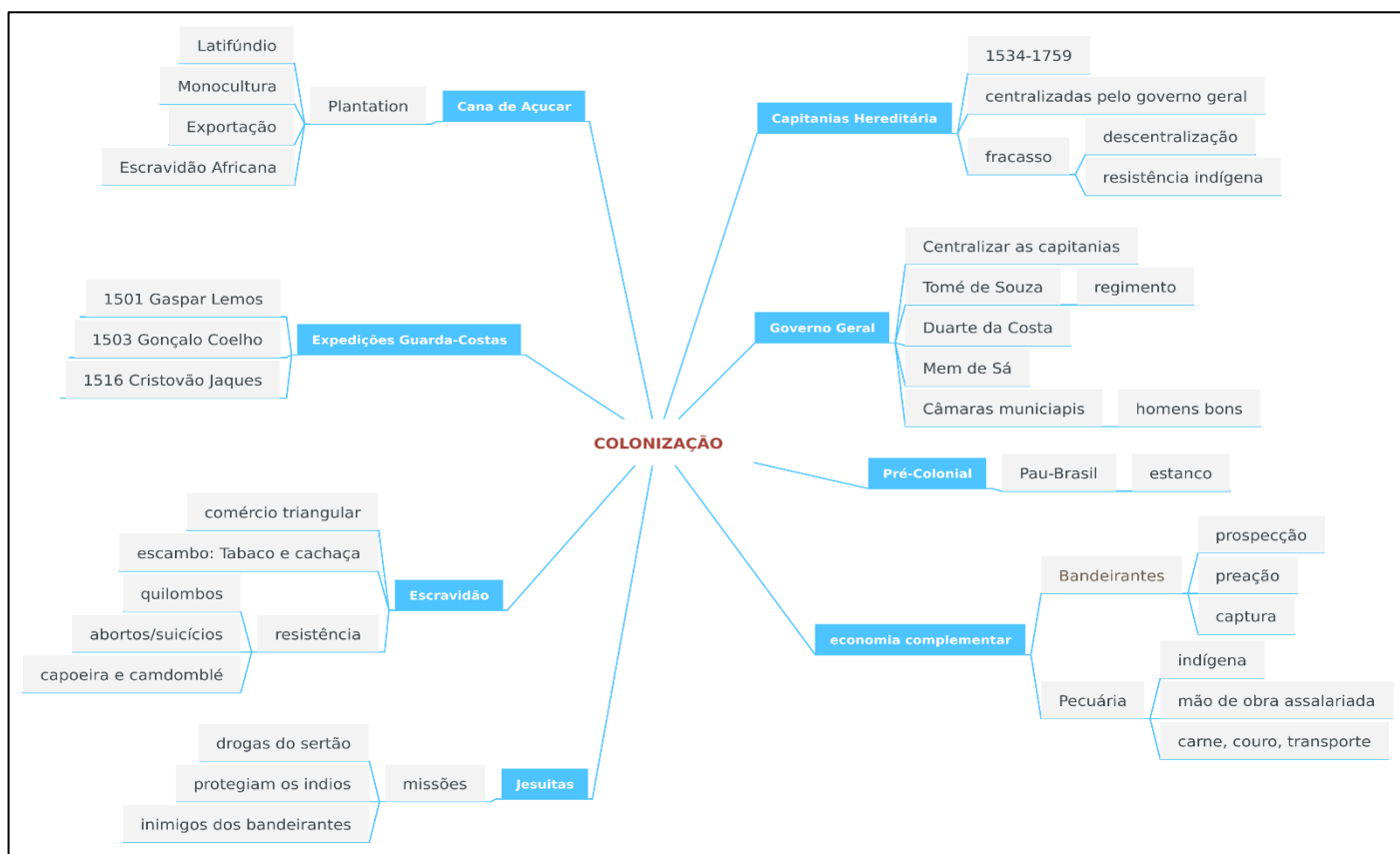
açucareira. Como as terras eram muito vastas, muitos donatários perdiam o interesse de sua exploração, às vezes até mesmo pela insuficiência financeira.

3. Para solucionar tal impasse, a Coroa implantou o chamado **Governo-Geral**, o qual coexistiu com as capitanias até 1759, cuja sede era a capitania da Bahia, onde foi fundada a primeira capital do Brasil, Salvador.
4. As principais funções dos governadores-gerais eram: defender militarmente a colônia, administrar as finanças, nomear funcionários de justiça e indicar sacerdotes para as paróquias.
5. O governador-geral contava com o apoio de 3 auxiliares: **ouvidor-mor** (encarregado dos negócios da Justiça), **provedor-mor** (assuntos da Fazenda) e **capitão-mor** (defesa do litoral). Além dos problemas relacionados à distância entre as capitanias, os governadores-gerais também enfrentavam a oposição dos chamados **homens bons**: proprietários de terra, de escravos ou de gado, que já residiam nas cidades e exerciam o poder político nas chamadas Câmaras Municipais.
6. Os primeiros governadores-gerais do Brasil foram: Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá. Junto com Tomé de Sousa (1549-1553) vieram 6 jesuítas, chefiados pelo padre português Manoel da Nóbrega.
7. Em 1551 ocorreu a fundação do primeiro **bispado** (território subordinado à autoridade de um bispo) no Brasil, chefiado por D. Pero Fernando Sardinha.
8. Com Duarte da Costa (1553-1558) vieram mais jesuítas para o território brasileiro, entre os quais se destaca José de Anchieta. Fundou, em conjunto com Manuel da Nóbrega, o Colégio de São Paulo, junto ao qual surgiu a vila que originaria a cidade de São Paulo.
9. Durante o governo de Duarte da Costa, alguns franceses, com o apoio de grupos indígenas (por exemplo, os tupinambás), invadiram o Rio de Janeiro e fundaram um povoamento que recebeu o nome de **França Antártica**.
10. Mem de Sá (1558-1572), com a ajuda de seu sobrinho, Estácio de Sá, expulsou os franceses no ano de 1567. Além disso, o então governador foi responsável pela luta contra os indígenas que resistiam à colonização, levando à destruição de inúmeras aldeias do litoral brasileiro no século XVI.
11. Entre 1580 e 1640, em razão de problemas na sucessão dinástica, Portugal foi governado por Felipe II, rei da Espanha. Consequentemente, nesse período, o Brasil fez parte do amplo reino espanhol, cujo domínio durou até 1640, ano da chamada **Restauração**, em que D. João IV subiu ao trono português e deu início à Dinastia de Bragança.
12. Durante a colonização, a lei definia que a religião oficial em Portugal era o catolicismo. Se algum súdito não fosse católico, estaria sujeito a perseguições feitas por parte da **Inquisição** (ou Santo Ofício).
13. O governo português e a Igreja católica estavam ligados pelo regime do **Padroado**, ou seja, um acordo entre o papa e o rei que estabelecia direitos e deveres da Coroa Portuguesa em relação à Igreja. Podemos destacar entre seus deveres: a expansão do catolicismo às terras



conquistadas por Portugal; a construção e a conservação de igrejas; a remuneração de sacerdotes pelo seu trabalho. Como direitos da Coroa temos: a nomeação de bispos; a criação de dioceses; o recolhimento do **dízimo** ofertado pelos fiéis.

14. Em virtude da fusão de elementos de diversas religiões e crenças (africanas, europeias e indígenas) no Brasil, o que ficou conhecido como **sincretismo**, visitas do Santo Ofício foram realizadas entre os séculos XVI e XVII, em que processos eram abertos contra as pessoas acusadas de práticas heréticas contra a fé cristã. Muitos acusados foram levados a Portugal para julgamento por acusações diversas: feitiçaria, blasfêmia, prostituição, homossexualidade, além de perseguições aos **cristãos-novos** (judeus convertidos ao cristianismo).
15. Nesse período, a economia açucareira ganhou ampla relevância graças ao trabalho compulsório de indígenas e, posteriormente, negros escravizados. As diferenças sociais existentes nos engenhos (locais onde se produzia o açúcar) eram amplas, tendo como sua principal marca a existência dos **senhores de engenho**, residentes na Casa Grande, e dos negros escravizados, os quais vivam nas **senzalas**.



11. EXERCÍCIOS



1. (IBFC - Pref. de Cabo de Santo Agostinho-PE - Professor de História /2019)

Os sítios mais antigos que conhecemos são construções edificadas com valvas de moluscos, chamadas sambaquis; aparecem entre 7000 e 5000 anos atrás. Seus autores eram caçadores e pescadores que também coletavam mariscos. Instalavam-se geralmente em baías como as de Guanabara, Iguape, Paranaguá, Joinville, Laguna, no limite entre vários ambientes complementares (mar aberto, enseadas profundas, mangue) que forneciam, cada um, alimentos específicos e recursos em água, madeiras e rochas diferentes (PROUS, 2006).

A Pré-História do Brasil compreende a existência de uma crescente variedade linguística, cultural e étnica, que acompanhou o crescimento demográfico das primeiras levas constituídas por poucas pessoas. Considere o período compreendido no texto e analise as afirmativas abaixo.

() Discute-se muito a existência de uma diferenciação social dos "sambaquianos". Como em qualquer sociedade, devia haver tarefas específicas de cada sexo. Por exemplo, a ossificação do ouvido interno observada nos esqueletos de sexo masculino, sugere que aos homens eram reservadas as tarefas que demandavam mergulho frequente.

() Os "homens dos sambaquis" tinham um aspecto físico bastante diferente da população de Lagoa Santa. Completamente mongolizados - como as populações indígenas modernas, possuíam crânios mais largos que os lagoassantenses.

() Uma única leva imigratória humana chegou à América há 70 mil anos e dela descendem as populações indígenas brasileiras atuais, incluindo os sambaquis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) F, V, F
- B) V, V, V
- C) F, F, F
- D) V, V, F

Comentários:

A alternativa D está correta, portanto a sequência é V,V,F.



Não se sabe muito quanto à cultura e organização social destes povos, porém sabe-se que eles são divididos socialmente de acordo com o sexo e a capacidade do seu corpo em fazer determinadas tarefas.

Quanto aos aspectos físicos dos esqueletos encontrados, observa-se que os sambaquis tinham características bem diferentes, como a cor da pele e porte físico.

Na verdade, enquanto a teoria mais aceita do povoamento das Américas postula que os primeiros humanos chegaram no continente há 15.000 anos, alguns dos sítios arqueológicos de Guidon contém artefatos que datam de até 58.000 anos atrás.

(SALLES, 2020)

Gabarito: D

2. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Sobre os primeiros contatos dos portugueses com os indígenas, marque (V) para as alternativas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

() Os primeiros momentos de aproximação entre indígenas e portugueses foram relativamente pacíficos, uma vez que os lusos ofertavam aos nativos presentes como colares, facas, machados e panelas, objetos que configuravam uma grande novidade na América.

() A princípio, como os portugueses não tivessem encontrado o ouro que tanto cobiçavam, o sistema de trocas lhes pareceu uma boa opção. Dentro desse sistema, os indígenas realizavam o trabalho de corte e de transporte de madeira (principalmente de pau-brasil) até os navios portugueses.

() O período inicial de relativa calma entre indígenas e colonos não se estendeu por muito tempo, já que, após o sistema de trocas mostrar-se desgastado e os portugueses sentirem uma necessidade de efetiva colonização das terras americanas e terem passado a obrigar os nativos a trabalharem para eles em caráter forçado e supervisionado. Tal atitude, é claro, gerou uma série de conflitos.

() Após um período de intensos conflitos na segunda metade do século XVI e devidamente controladas as epidemias que matam cerca de 20% da população nativa, os indígenas que se destacaram no trabalho com os portugueses e na construção de casas e povoados passaram a ocupar lugares de prestígio entre a sociedade que se formava na chamada América Portuguesa.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- A) V – V – F – F.
- B) F – V – F – V.
- C) V – F – V – F.
- D) F – F – V – F.
- E) V – V – V – F.



Comentários:

A primeira afirmativa é verdadeira, pois, durante os primeiros anos do descobrimento, os nativos foram tratados "como parceiros comerciais", uma vez que os interesses portugueses voltavam-se ao comércio do pau-brasil, realizado na base do escambo. Segundo os cronistas da época, os indígenas consideravam os europeus amigos ou inimigos, conforme fossem tratados: amistosamente ou com hostilidade. Com o passar do tempo, e ante a necessidade crescente de mão de obra dos senhores de engenho, essa relação sofreu alterações. Com a instalação do governo-geral, em 1549, intensificou-se a escravidão dos indígenas nas diversas atividades desenvolvidas na colônia, gerando constantes conflitos.

A segunda afirmativa é verdadeira, pois, quando os portugueses começam a explorar o pau-brasil das matas, começam a escravizar muitos indígenas ou a utilizar o escambo. Davam espelhos, apitos, colares e chocalhos para os indígenas em troca de seu trabalho. Interessados nas terras, os portugueses usaram a violência contra os índios. Para tomar as terras, chegavam a matar os nativos ou até mesmo transmitir doenças a eles para dizimar tribos e tomar as terras. Esse comportamento violento seguiu-se por séculos, resultando no pequeno número de índios de hoje.

A terceira afirmativa é verdadeira, pois no século XVI, poucos empreendimentos foram efetivados no território colonial. As principais realizações portuguesas, utilizando a mão de obra indígena escravizada, foram: nomear algumas localidades no litoral, confirmar a existência do pau-brasil e construir algumas feitorias. A submissão e o extermínio dos indígenas pelos europeus estavam apenas começando na história do Brasil, entretanto não devemos esquecer a resistência que os povos indígenas empreenderam.

A quarta afirmativa é falsa, pois a escravidão indígena existe desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, sobretudo entre os anos de 1540 até 1570. Trata-se de uma alternativa à mão de obra africana durante todo o período do Brasil Colônia. Contudo, como os indígenas eram considerados súditos da Coroa portuguesa, escravizá-los era relativamente polêmico. Mesmo assim, isso era legalmente possível e foi prática recorrente até o final do século XVIII.

Assim, a resposta correta é a letra E).

(CARVALHO. 2020; ITU. 2008)

Gabarito: E

3. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

São características do sistema de plantation utilizado na efetiva colonização do Brasil.

- A) Monocultura, minifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado interno.
- B) Monocultura, latifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado externo.
- C) Policultura, minifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado externo.
- D) Monocultura, latifúndio, mão de obra assalariada e produção para o mercado interno.
- E) Policultura, latifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado interno.

Comentários:



Plantation é, portanto, um sistema agrícola, e foi bastante utilizado durante a exploração das Américas, visto que aqui se possuía um solo fértil e propício para o cultivo das mais variadas espécies vegetais. Foram cultivadas principalmente as plantas tropicais, já que se adaptavam bem ao clima e às condições do solo, fazendo com que os gastos fossem muito menores. Dentro desse mega-sistema agrícola, um país apoiava sua suposta economia no cultivo de apenas uma espécie vegetal, fazendo com que essa fosse levada para fora do país. Para a concretização, muitas vezes foi usada a mão-de-obra escrava ou indígena, bem como a dominação de classes mais baixas, camponeses que não possuíam terras e eram obrigados a trabalhar nas plantações alheias a troco de praticamente nada.

Apesar de ter sido mais utilizado na colonização da América, hoje em dia ainda é praticado em países subdesenvolvidos. É um sistema de monocultura para exportação, tecnicamente falando, e ainda teve suas variações quando foi levada à África e Ásia, pelos mesmos europeus que a trouxeram para cá, com o intuito, sempre, de complementar sua agricultura. Lá era denominado cultivo especulativo, e não visava nenhum interesse ou melhora do país em que era estabelecido. Quase toda a produção era exportada e o que permanecia no país eram apenas os produtos de menor qualidade.

Ao “descobrir” as Américas, os europeus mantiveram aqui as chamadas colônias de exportação, as quais caracterizavam-se por serem totalmente dependentes de seus colonizadores, como se fossem propriedade dos mesmos. A presença da “plantation” era uma forte característica das colônias de exploração, as quais sempre mantinham as mesmas práticas, ou seja:

- Grandes espaços de terra eram distribuídos para alguns exploradores, formando assim os latifúndios.
- Existia sempre um “produto-rei” o qual regia toda a produção do país, já que era priorizado, e era sempre destinado à exportação, caracterizando assim uma monocultura.
- A mão-de-obra utilizada era a escrava, geralmente com negros trazidos da África até a colônia de destino, somente para esse fim.

A partir dessa realidade se instalou durante muito tempo a “plantation”. No Brasil, especialmente nas localidades que cultivam cana-de-açúcar ou café, a plantation ainda é utilizada, e muitas vezes fazem uso até de mão-de-obra escrava, mesmo sendo terminantemente proibida.

Assim, a resposta correta é a letra B).

(ARAÚJO. 2020)

Gabarito: B

4. (IBADE - Pref. Municipal de Vilhena-RO – Prof. De Geografia / 2019)

Devido a grande quantidade de sítios arqueológicos, o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sul do estado do Piauí, é considerado patrimônio cultural nacional e mundial desde a década de 1990. É correto afirmar que:

- A) apesar de produzirem belíssimos painéis de pinturas rupestres, os grupos humanos que habitaram a Serra da Capivara aparentemente não dominavam o fogo ou a agricultura.



B) os painéis de pinturas rupestres e antigas fogueiras identificadas no Parque apontam para uma ocupação humana bastante antiga, com algumas das datações alcançando até 59.000 anos atrás.

C) os sepultamentos humanos identificados no parque não são de populações ameríndias, o que indica um povoamento do continente americano por grupos de origem africana ou austronésia.

D) a presença humana no nordeste brasileiro é bastante recente, somente alcançando aquela região após contato com colonizadores europeus.

E) apesar da grande quantidade de pinturas rupestres e oficinas líticas identificadas na área do Parque, até o momento não foram encontrados quaisquer sepultamentos no local.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois enormes oficinas líticas onde os homens obtinham a matéria prima e a lascavam para fabricar ferramentas foram encontradas na região Norte em 2002. Em uma delas, milhares de vestígios líticos estavam no solo sobre uma superfície de aproximadamente 25.000 m². Existem atualmente 737 sítios arqueológicos catalogados onde foram encontrados artefatos líticos, esqueletos humanos, pinturas rupestres com aproximadamente 30.000 figuras coloridas, que representam cenas de sexo, de dança, de parto, entre outras.

A Alternativa B) é correta, pois o Parque Nacional Serra da Capivara, que se localiza no Estado do Piauí, ao Sudeste do Estado, possui vários sítios arqueológicos. No sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada, 63 datações por carbono-14 (C-14) permitiram o estabelecimento de uma coluna crono-estratigráfica que vai de 59.000 até 5.000 anos AP. Numerosas pinturas rupestres se encontram na área. Ocre vermelho utilizado para desenhar nas rochas foi encontrado em camadas com datações de entre 17.000 e 25.000 anos AP. Recentes trabalhos no pedestal do Boqueirão da Pedra Furada e no local ao ar livre próximo do Vale da Pedra Furada têm produzido mais evidências para a ocupação humana que se estende por mais de 20.000 anos, argumento é apoiado por uma série de datações por C-14 e OSL (luminescência estimulada opticamente), e pela análise técnica do conjunto de ferramentas de pedra.

A Alternativa C) é incorreta, pois ao longo de 14 trilhas e 64 sítios arqueológicos abertos à visitação, encontramos tesouros, como os pedaços de cerâmicas mais antigas das Américas, de 8.960 anos, descobertos na Toca do Sítio do Meio. No circuito dos Veadozinhos Azuis, podemos encontrar quatro sítios com pinturas azuis, a primeira desta cor descoberta no mundo.

A Alternativa D) é incorreta, pois é área de maior concentração de sítios pré-históricos do continente americano e Patrimônio Cultural da Humanidade - UNESCO, além de contar com os mais antigos exemplares de arte rupestre do continente. Contém a maior quantidade de pinturas rupestres do mundo. Estudos científicos confirmam que a Serra da Capivara foi densamente povoada em períodos pré-históricos. Os artefatos encontrados apresentam vestígios do homem que podem ter 50.000 anos, os mais antigos registros na América.

A Alternativa E) é incorreta, pois é um local com vários atrativos, monumental museu a céu aberto, entre belíssimas formações rochosas, onde encontram sítios arqueológicos e paleontológicos espetaculares, que testemunham a presença de humanos e animais pré-históricos. O parque



nacional foi criado graças, em grande parte, ao trabalho da arqueóloga Niède Guidon, que hoje dirige a Fundação Museu do Homem Americano, instituição responsável pelo manejo do parque. Pelo seu valor histórico e cultural, o parque foi declarado pela UNESCO, em 1991, Patrimônio Cultural da Humanidade. Os homens utilizaram a parte protegida dos abrigos como casa, acampamento, local de enterramentos e suporte para a representação gráfica da sua tradição oral. Sobre os vestígios deixados por um grupo humano, a natureza depositava sedimentos que os cobriam. Novos grupos, novos vestígios, nova sedimentação. A repetição desse ciclo durante milênios forma as camadas arqueológicas, nas quais os arqueólogos encontram todos os elementos que permitem a reconstituição da vida dos povos pré-históricos.

(FUMDHAM. 2020)

Gabarito: B

5. (IBADE - Pref. Municipal de Vilhena-RO – Prof. De Geografia / 2019)

As expedições bandeirantes, ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, foram fundamentais para a expansão territorial da América Portuguesa. Ao mesmo tempo, os bandeirantes também foram responsáveis pela descoberta de diversas minas de metais preciosos, assim como pela escravização de milhares de indígenas. Assinale abaixo a opção que melhor descreve essas expedições.

- A) Embora tenham percorrido diversas rotas e caminhos antigamente utilizados pelos ameríndios, incorporando-os muitas vezes nas expedições, os bandeirantes evitavam se envolver em disputas entre tribos rivais
- B) As expedições bandeirantes tinham como foco somente o apresamento de indígenas e a busca por metais preciosos, evitando se envolver com questões administrativas coloniais, como a fundação de vilas e povoados
- C) Apesar dos diversos serviços prestados à Coroa Portuguesa desde o início da colonização, as expedições bandeirantes foram eventualmente consideradas ilegais, sendo muito de seus líderes executados no fim do século XVIII
- D) Ao contrário da visão tradicional, as Bandeiras eram majoritariamente compostas por indígenas ou mestiços, os quais utilizavam preferencialmente armas indígenas – como arcos e flechas e zarabatanas – devido ao seu menor tempo de recarga
- E) Devido à sua origem ibérica, região conhecida pela hidrografia deficiente, os bandeirantes pouco fizeram uso das rotas fluviais ameríndias, preferindo se deslocar pela costa atlântica

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois as entradas podem ser consideradas como expedições oficiais de exploração do território na busca por suas potencialidades econômicas. As bandeiras podem ser tomadas como expedições fortemente armadas organizadas por particulares. Os principais objetivos dessas expedições foram a busca por mão de obra indígena; guerras e escravidão de muitos indígenas hostis à colonização; localização e destruição de quilombos formados por negros e indígenas fugidos dos núcleos coloniais e a busca por metais preciosos.



A Alternativa B) é incorreta, pois como dito, desde o início da colonização, os bandeirantes se lançaram ao apresamento de indígenas, chegando muitas vezes a invadir Missões Jesuíticas, onde milhares de índios vivenciavam outros processos de desestruturação cultural com base na evangelização e catequese. Conforme apontou John Monteiro, ao longo do século XVII, colonos de São Paulo, assolaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões e trouxeram milhares de índios de diferentes grupos étnicos para suas fazendas, obrigando-os a trabalhar de modo compulsório. As frequentes expedições bandeirantistas alimentaram um verdadeiro sistema de mão de obra indígena no planalto paulista que possibilitou a produção e o transporte de gêneros agrícolas para abastecimento de uma complexa rede comercial que incluía outras partes da América Portuguesa e mesmo outras bandas do Atlântico Meridional.

A Alternativa C) é incorreta, pois no ano de 1748, os bandeirantes já haviam se estabelecido nas capitanias de Goiás e de Mato Grosso, bem como ao sul de Laguna, em Santa Catarina. Nesse ínterim, seus descendentes se fixaram nos territórios conquistados e o movimento de bandeiras foi declinando.

A Alternativa D) é correta, pois os Bandeirantes empreenderam várias expedições denominadas de bandeiras. Estas reuniam indivíduos que iam aos sertões coloniais com a intenção de capturar indígenas para uso como mão de obra escrava. Nestas primeiras expedições, o armamento básico utilizado eram arco e flecha (mesmo poderio bélico de muitos indígenas que se intencionava capturar). Por conta de seus propósitos, muitas bandeiras se constituíram como verdadeiras expedições de apresamento. No contexto da União Ibérica (1580-1640), os bandeirantes ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas (1494) e ampliaram os domínios portugueses na América.

A Alternativa E) é incorreta, pois, de partida, vale ressaltar que os bandeirantes se concentraram no atual estado de São Paulo, por onde sua passagem gerou inúmeros vilas, que viraram cidades. Usando o rio Tietê e seus afluentes, eles eram capazes de cruzar as densas florestas que separavam o litoral do planalto, transformando São Paulo num entreposto avançado, logo após a Serra do Mar, ligando São Vicente no litoral com o interior da colônia, lembrando que o povoamento português se concentrou no litoral, onde eram praticados o extrativismo do pau-brasil e o plantio da cana-de-açúcar.

(FERNANDES. 2020; MOTA; BRAICK, 2005)

Gabarito: D

6. (IBADE - Pref. Municipal de Vilhena-RO – Prof. De Geografia / 2019)

Em 9 de julho de 2017, o Cais do Valongo recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, sendo considerado um dos poucos marcos físicos da chegada de milhares de negros escravizados às Américas. As práticas de aquisição e venda de escravos africanos, bem como seu papel enquanto base econômica dos sistemas coloniais europeus são processos fundamentais para a compreensão das sociedades americanas até os dias de hoje.

Com base no exposto, assinale abaixo a opção que melhor descreve aspectos da escravização africana no Brasil.



- A) Em geral, havia pouca variabilidade religiosa entre os africanos escravizados na América Portuguesa, razão pela qual o candomblé e a umbanda tornaram-se tão difundidos no período colonial
- B) O comércio atlântico de escravos teve seu auge em fins do século XIX, apesar dos diversos embargos comerciais empreendidos pelas frotas britânica e norte-americana
- C) A escravização de africanos no Brasil raramente gerava homogeneidades étnicas nas fazendas e vilas, deliberadamente dificultando o entendimento entre os vários grupos e evitando possíveis rebeliões
- D) Em geral, os africanos escravizados eram pouco utilizados nas regiões de mineração do Brasil Central, sendo privilegiada a mão-de-obra indígena nesses contextos
- E) A escravização de africanos se concentrou nas regiões mais meridionais da América Portuguesa, uma vez que lá estavam as capitanias hereditárias que demandavam mais mão de obra

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois traços fortes da cultura africana podem ser encontrados hoje em variados aspectos da cultura brasileira, como a música popular, a religião, a culinária, o folclore e as festividades populares. Os estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os mais influenciados pela cultura de origem africana, tanto pela quantidade de escravos recebidos durante a época do tráfico como pela migração interna dos escravos após o fim do ciclo da cana-de-açúcar na região Nordeste.

A Alternativa B) é incorreta, pois a escravidão no Brasil, também referida como escravismo ou escravatura, foi a forma de relação social de produção adotada, de uma forma geral, no país desde o período colonial até pouco antes do final do Império. É marcada principalmente pela exploração da mão de obra de negros trazidos da África e transformados em escravos no Brasil pelos europeus colonizadores do país. Muitos indígenas também foram vítimas desse processo. A escravidão indígena foi abolida oficialmente pelo Marquês de Pombal, no final do século XVIII. Os escravos foram utilizados principalmente na agricultura — com destaque para a atividade açucareira — e na mineração sendo, assim, essenciais para a manutenção da economia. Alguns deles desempenhavam também vários tipos de serviços domésticos e/ou urbanos.

A Alternativa C) é correta, pois relações de parentesco permitiam ao escravo articularem uma rede de solidariedade bem mais extensa que as proporcionadas pela união sanguínea. Porém havia também as famílias onde o casal ou os filhos não viviam na mesma casa ou nem na mesma fazenda, seja pela venda ou aluguel de escravos ou até mesmo pela alforria. Nesse caso, muitos escravos (livres ou libertos) se esforçavam para obter a liberdade de familiares e entes queridos, como forma de evitar a desagregação da família. Vale lembrar que a proibição aos senhores de separarem por venda ou outros motivos, os cativos que constituíam famílias, somente seria legalizada em 1871, com a Lei nº 2.040 de 28 de setembro, “Art. 4º, onde se diz: § 7.º - Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de 12 anos do pai ou mãe”.



A Alternativa D) é incorreta, pois a escravidão veio para o Brasil através do mercantilismo: os negros africanos vinham substituir os nativos brasileiros na produção canavieira, pois esse tráfico dava lucro à Coroa Portuguesa, que recebia os impostos dos traficantes. Até 1850 a economia era quase que exclusivamente movida pelo braço escravo. O cativo estava na base de toda a atividade desde atividades econômicas com a produção do café, açúcar, algodão, tabaco e transporte de cargas, às mais diversas funções no meio urbano: carpinteiro, pintor, pedreiro, sapateiro, ferreiro, marceneiro, entre outras, embora várias dessas profissões fossem exercidas principalmente por cristãos-novos.

A Alternativa E) é incorreta, pois os escravos foram utilizados principalmente na agricultura — com destaque para a atividade açucareira — e na mineração sendo, assim, essenciais para a manutenção da economia. Alguns deles desempenhavam também vários tipos de serviços domésticos e/ou urbanos. Os escravizados trabalhavam nos mais diferenciados ofícios como carpinteiros, sapateiros, pedreiros, cortadores de cana, carneadores nas charqueadas e trabalhos domésticos, como cozinheiras, ama-de-leite, engomadeiras, entre outros. De forma geral, quanto mais especializado era considerado o ofício, mais alto era o preço do trabalhador escravizado. Muitos eram alugados ou trabalhavam para si e eram obrigados a pagar um jornal (espécie de taxa mensal previamente estipulada) para seus senhores. Em função da diversidade de experiências de cativo, não é possível generalizar o trabalho nos cafezais do Sudeste ou nos engenhos de açúcar no Nordeste para o resto do país. Afirmção oposta sobre como o escravo era tratado por seus senhores fez o cafeicultor e deputado estadual paulista Martinho da Silva Prado Júnior (Martinico Prado), na sessão da Assembleia Provincial de São Paulo de 16 de março de 1882, manifestar-se condenando a proibição do comércio de escravos entre as províncias brasileiras; Martinico Prado relata aos deputados paulistas que muitos proprietários de escravos de Minas Gerais não queriam se separar de seus escravos, quando migravam para São Paulo.

(MOTA; BRAICK, 2005; NEVES. 2020)

Gabarito: C

7. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)





Vasco Fernandes, *Adoração dos Reis Magos*, 1501-1506 (detalhe)

O quadro acima representa a visita dos três reis magos ao menino Jesus, em que o indígena da costa brasileira é retratado como rei mago, inovando a tradicional cena do relato bíblico.

Sobre o projeto missionário português, assinale a afirmativa correta.

- A) Incorporou os nativos, a fim de universalizar a religião cristã.
- B) Segregou os indígenas, relegando sua evangelização a ordens religiosas.
- C) Converteu os indígenas, a partir de uma visão multiculturalista.
- D) Equiparou heresia e paganismo, para submeter os povos autóctones.
- E) Negou a humanidade dos nativos, em função de suas crenças politeístas.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois o primeiro grupo de missionários desembarcou na cidade de Salvador, na Bahia, em 1549, acompanhando a armada que trazia o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa. Designados para converter os pagãos da terra a fé cristã, os membros da Companhia de Jesus encontrariam demasiadas dificuldades para tal empreendimento. Nos primeiros anos das missões, são vários os obstáculos encontrados à conversão. Entre eles podemos citar a inconstância dos Brasis que pouco tempo após terem recebido os ensinamentos cristãos voltavam a viver de acordo com seus costumes “pecaminosos”; 12 o exemplo dado pelos colonos e o tratamento destes para com os indígenas; 13 e por fim, a corrupção do clero secular.¹⁴ Os problemas não param por aí. Após a implementação das Aldeias, um número pequeno de missionários jesuítas teria que se preocupar com os perigos de um extenso território hostil, a fim de convencer grupos indígenas a transferir-se para estas propriedades.

A Alternativa B) é incorreta, pois os jesuítas (padres missionários católicos) começaram a chegar ao Brasil por volta de meados do século XVI. Eram integrantes, principalmente, da Companhia de

Jesus, que tinha metas principais difundir o catolicismo nas terras recém-descobertas (América e África) e fazer a catequização dos povos nativos (indígenas).

A Alternativa C) é incorreta, pois as primeiras missões foram organizadas na região costeira do Brasil. Os jesuítas contavam com a ajuda de soldados portugueses para tirar os índios das aldeias, levando-os para os aldeamentos (missões). Porém, este sistema, que muitas vezes contava com o uso de força e violência, não deu resultados positivos em função da resistência dos índios. Outro problema comum neste processo era que muitos nativos contraíam doenças em contato com os homens brancos, gerando mortes entre eles.

A Alternativa D) é incorreta, pois, designados para converter os pagãos da terra a fé cristã, os membros da Companhia de Jesus encontrariam demasiadas dificuldades para tal empreendimento. Nos primeiros anos das missões, são vários os obstáculos encontrados à conversão.

A Alternativa E) é incorreta, pois os jesuítas negavam a civilidade dos nativos em função de suas práticas pagãs e desconhecimento sobre o catolicismo, a religião “civilizada”.

(RAMOS, 2020; FLUCK, 1991; SANTOS, 2005).

Gabarito: A

8. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)

Sobre a colonização portuguesa na América, no século XVII, assinale a afirmativa correta.

- A) A mão de obra comum a todo o território colonial era composta por africanos escravizados.
- B) Os senhores de engenho compunham o segmento mais abastado das regiões açucareiras.
- C) A exploração de mão de obra indígena havia sido extinta por pressão jesuítica.
- D) O caráter predatório da ocupação inviabilizou a diversificação do mercado interno.
- E) Os lavradores das minas investiam parte de seu capital na abertura de vias comerciais com a região do Prata.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois a escravidão indígena existe desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, sobretudo entre os anos de 1540 até 1570. Trata-se de uma alternativa à mão de obra africana durante todo o período do Brasil Colônia. Contudo, como os indígenas eram considerados súditos da Coroa portuguesa, escravizá-los era relativamente polêmico. Mesmo assim, isso era legalmente possível e foi prática recorrente até o final do século XVIII.

A Alternativa B) é correta, pois engenhos de açúcar eram de propriedade do chamado senhor de engenho e eram constituídos da casa-grande, senzala e moenda (onde ocorria a produção de açúcar). O canavial e o curral também faziam parte da estrutura do engenho. Assim, é importante concluir que os senhores de engenho, pessoas ricas, fidalgos, pessoas que faziam parte da aristocracia em Portugal e no Brasil, eram as pessoas que mandavam no engenho e tinham grande influência em toda a região.



A Alternativa C) é incorreta, pois como os escravos africanos eram caros demais para aqueles que possuíam terra e a demanda por mão de obra somente crescia, a escravidão indígena tornou-se uma alternativa. Os senhores de engenho passaram a recorrer à escravização de índios por meio de expedições conhecidas como “bandeiras de apresamento”. Entretanto, impedimentos legais foram surgindo a partir do século XVI. Conforme a lei, o índio somente poderia ser escravizado em situações de “Guerra Justa”, ou seja, quando eram hostis aos colonizadores. Apenas o Rei poderia decretar uma “Guerra Justa” contra uma tribo, apesar de que Governadores de Capitânicas também o tenham feito. Não obstante, a mão de obra indígena era muito valorizada na povoação do território ou para ocupar fronteiras. Era utilizada em larga escala em combates, para conter escravos africanos ou para auxiliar os capitães do mato na captura de escravos fugidos.

A Alternativa D) é incorreta, pois o período que ficou conhecido como Ciclo do Ouro iria permitir a criação de um mercado interno, já que havia demanda por todo tipo de produtos para o povoamento das Minas Gerais. Era preciso levar, Serra da Mantiqueira acima, escravos e ferramentas, ou, rio São Francisco abaixo, os rebanhos de gado para alimentar a verdadeira multidão que para lá ocorreu. A população de Minas Gerais rapidamente se tornou a maior do Brasil, sendo a única capitania do interior do Brasil com grande população.

A Alternativa E) é incorreta, pois a essa época maioria da população de Minas Gerais, aproximadamente 78%, era formada por negros e mestiços. A população branca era formada em grande parte por cristãos-novos vindos do norte de Portugal e das Ilhas dos Açores e Madeira. Os cristãos novos foram muito importantes no comércio colonial e se concentraram especialmente nos povoados em volta de Ouro Preto e Mariana. Ao contrário do que se pensava na Capitania do Ouro a riqueza não era mais bem distribuída do que em outras partes do Brasil. Hoje se sabe que foram poucos os beneficiados no solo mais rico da América no século XVIII. Apesar de modificar a estrutura econômica, manteve a estrutura de trabalho vigente, beneficiando apenas os ricos e os homens livres que compunham a camada média. Outro fator negativo foi a falta de desenvolvimento de tecnologias que permitissem a exploração de minas em maior profundidade, o que estenderia o período de exploração (e conseqüentemente mais ouro para Portugal).

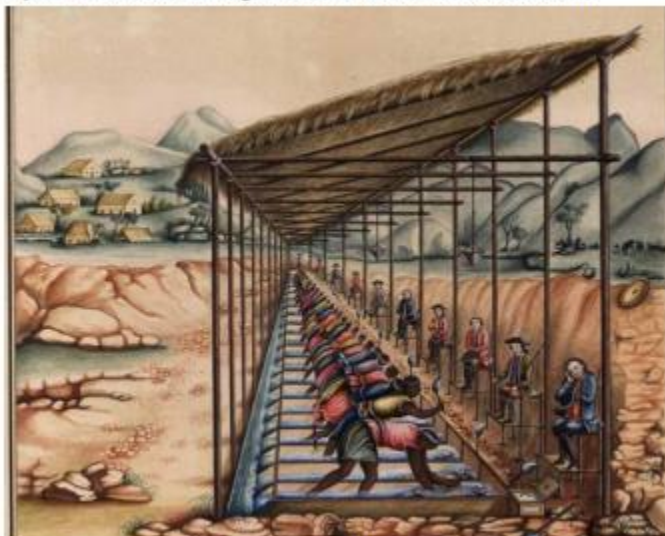
(BRITO, 2020)

Gabarito: B

9. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)

A gravura a seguir exemplifica o trabalho de lavagem do cascalho, feito por escravos, na região das minas, no século XVIII.





A respeito da escravidão nas regiões mineradoras da América Portuguesa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em Minas Gerais, a escravidão foi a principal forma de exploração de mão de obra, tanto nas lavras, como nas atividades urbanas, nos séculos XVII e XVIII.
- II. As Minas Gerais apresentavam média menor de posse de cativos por proprietário do que as zonas açucareiras.
- III. A região mineradora apresentava médias de alforria mais elevadas do que as verificadas, ao longo do século XVIII, em Pernambuco e Bahia.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentários:

O Item I é correto, pois o forte poder atrativo da mineração sobre a população metropolitana está na raiz da verdadeira explosão demográfica que se segue. As possibilidades (reais e imaginárias) de rápido enriquecimento foram as motivadoras deste deslocamento, para a América, de portugueses de origens as mais diversas. Aliado a isto, a abertura de uma nova frente de expansão econômica deu-se com base no trabalho escravo, dando continuidade a este que é um dos grandes traços característicos da colonização das Américas. Em função disso, o boom aurífero provocou o rápido incremento do tráfico atlântico de escravos.

O Item II é correto, pois dadas as condições particulares da atividade mineratória, os escravos tiveram aí maiores oportunidades para exercer sua autonomia e resistir ao controle senhorial. A

dispersão espacial das lavras auríferas, a possibilidade de os trabalhadores se apropriarem de parte dos resultados da extração ou o próprio controle que detinham sobre o processo de trabalho (como no caso notório dos pretos-minas, reputados como grande mineradores no período) ampliaram sobremaneira a autonomia escrava. Por essas razões, os senhores recorreram com frequência a meios não coercitivos para garantir a regularidade da extração, o que, por sua vez, facilitou o acúmulo de numerário e a compra da alforria pelos cativos. Os números do tráfico bem o demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar

O Item III é correto, pois algumas evidências sugerem que, naquele período conturbado da economia açucareira, as alforrias ganharam impulso. É certo que a manumissão de escravos se fez presente na Colônia desde os primeiros anos. No entanto, a existência de documentação seriada da prática apenas na segunda metade do século XVII talvez indique que ela tenha se disseminado só após essa época. As alforrias em Minas Gerais, enfim, em linhas gerais reiteraram o modelo que Stuart Schwartz encontrou para a Bahia já em fim do século XVII. Esse padrão obedeceu a uma norma básica: quanto mais afastados da experiência do tráfico negreiro transatlântico, maiores seriam as possibilidades de os escravos e as escravas ganharem alforria; o homem africano, predominante nos tumbeiros, dificilmente a obteria, mas seus descendentes, em uma ou mais gerações, sim.

Assim, a resposta correta é a letra E).

(MARQUESE, 2006; BOTELHO, 2000)

Gabarito: E

Acerca do período colonial brasileiro, julgue os itens a seguir.

10. (CEBRASPE – Prof. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A convergência entre a busca de mão de obra indígena e o interesse em localizar recursos minerais impulsionou a ação das entradas e bandeiras paulistas.

Comentário: A questão está correta, porque, visto que na altura tinha-se a esperança de se achar dentro do território brasileiro recursos mineiros que se iguallassem à riqueza daqueles achados na América espanhola, além disso, os bandeirantes iam com o principal intento de capturar indígenas para serem usados como mão de obra escrava.

Gabarito: Certo

11. (CEBRASPE – Prof. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A maioria dos escravos fugidos durante o período colonial se dirigiam para os quilombos, que eram distantes dos centros urbanos e isolados da sociedade colonial.



Comentário: A questão é verdadeira, desde que, no período de escravidão no Brasil (séculos XVII e XVIII), os negros que conseguiam fugir se refugiavam com outros em igual situação em locais bem escondidos e fortificados no meio das matas. Estes locais eram conhecidos como quilombos. Nestas comunidades, eles viviam de acordo com sua cultura africana, plantando e produzindo em comunidade. Na época colonial, o Brasil chegou a ter centenas destas comunidades espalhadas, principalmente, pelos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas.

(HISTÓRIA DOS QUILOMBOS)

Gabarito: Certo

12. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

Os bantos eram conhecidos por seu domínio das técnicas de metalurgia, consideradas superiores às europeias.

Comentário: A questão está precisa, dado que, os bantos tiveram participação expressiva na formação da cultura e do povo brasileiro. Várias palavras do português falado no Brasil têm origem no quimbundo, uma língua banta de Angola. Alguns exemplos são: moleque, cafuné, quilombo, caçula, macumba, senzala, fubá e farofa. Na música, o gosto dos bantos pela dança e pelos instrumentos de percussão teve influência decisiva em ritmos brasileiros como o samba, a bossa nova, a congada, o maracatu e o pagode. Também são de origem banta o berimbau, a cuíca e a capoeira.

(BANTO)

Gabarito: Certo

13. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A vingança ocupava lugar central na organização dos povos tupis. A captura de prisioneiros que seriam devorados em cerimônias após conviverem com esses povos era a principal razão de suas incursões bélicas.

Comentário: A questão está certa, uma vez que, um dos traços culturais do povo tupi é a prática do antropofagismo, no qual acreditavam que ao comer um dos seus inimigos eles seriam capazes de assimilar as suas características positivas que o tornaram num ótimo guerreiro.

Gabarito: Certo

14. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

Calundus e batuques eram cerimônias religiosas protagonizadas por africanos escravizados e marcadas por atos de cura.

Comentário: A questão está imprecisa, já que, o calundu era uma celebração religiosa de caráter religioso que tinha como função entrar em contato com entes sobrenaturais e o batuque uma



prática religiosa que floresceu entre a queda da indústria do charque e a chegada de escravos ao ambiente urbano da capital Porto Alegre; nos meados do século XIX, esse deslocamento fez com que vários negros tivessem mais tempo para desenvolver suas práticas religiosas. Mediante as possibilidades de desenvolvimento de uma fé própria, o Estado logo foi se transformando em espaço para diversos cultos de influência africana.

(SOUSA)

Gabarito: Errado

15. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

A colonização inicial da Capitania do Espírito Santo realizou-se em duas fases, pois:

A) Vasco Fernandes Coutinho fundou em 1535 o núcleo de povoamento que mais tarde ficaria conhecido como Vila Velha, abandonado após confrontos com colonos da Vila de Nossa Senhora da Vitória, fundada em 1561 por Duarte Lemos e nomeada capital em 1592.

B) Duarte Lemos fundou em 1535 a Vila de Nossa Senhora da Vitória, mas os colonos foram expulsos pelos índios tupinambás, e Vasco Fernandes Coutinho funda em 1561 novo povoamento conhecido inicialmente como Vila Nova e, em 1592, nova cabeça da capitania.

C) Vasco Fernandes Coutinho fundou em 1535 a Vila do Espírito Santo, mas abandonada após retorno do donatário a Portugal, Duarte Lemos fundou, em 1561, a Vila Nova, mais tarde nomeada Vila de Nossa Senhora da Vitória e, em 1592, capital da capitania.

D) Duarte Lemos fundou a Vila do Espírito Santo em 1535, mas conflitos em torno da escravização de nativos levou à expulsão dos jesuítas que, sob liderança de José de Anchieta, fundaram em 1561 a Vila de Nossa Senhora da Vitória, que em 1592 já era a principal da capitania.

E) Vasco Fernandes fundou a Vila de Nossa Senhora do Espírito Santo em 1535, mas logo foi morto por indígenas tupinambás, a capitania faliu e só voltou a ser ocupada quando Duarte Lemos fundou a Vila Nova da Vitória.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois Vasco Coutinho desembarcou na capitania em dia 23 de maio de 1535, desembarcando na atual Prainha de Vila Velha, onde fundou o primeiro povoamento. Como era oitava de Pentecostes, o donatário batizou a terra de Espírito Santo, em homenagem à terceira pessoa da Santíssima Trindade.

A Alternativa B) é incorreta, pois Duarte de Lemos fundou Vitória — chamada de Vila Nova — na ilha de Santo Antônio, em posição estratégica, mais vantajosa que Vila Velha para a defesa contra os constantes ataques dos silvícolas. Para lá se transferiu a sede da capitania. À mesma época, chegaram os missionários jesuítas, empenhados na catequese, o que provocou choques com os colonos, que preferiam a dominação do gentio pela escravidão. A presença do padre José de Anchieta deu um sentido muito especial à ação dos padres da Companhia de Jesus em terras do Espírito Santo. Desde 1561, Anchieta elegeu para seu refúgio a aldeia de Reritiba, de onde teve de



se afastar constantemente, em virtude de seus encargos, ora em São Paulo, no Rio de Janeiro ou na Bahia. Como em Vila Velha não oferecia muita segurança contra os ataques dos índios que habitavam a região, Vasco Coutinho procurou em 1549 um lugar mais seguro e encontrou numa ilha montanhosa onde fundou um novo núcleo com o nome de Vila Nova do Espírito Santo, em oposição ao primeiro, que passou a ser chamado de Vila Velha. As lutas contra os índios continuaram até que no dia 8 de setembro de 1551, os portugueses obtiveram uma grande vitória e, para marcar o fato, a localidade passou a se chamar Vila da Vitória e a data como a de fundação da cidade.

A Alternativa C) é correta, pois em 23 de maio de 1535, o fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, veterano das campanhas da África e da Índia, aportou em terras da capitania, que lhe destinara o rei D. João III. Como era um domingo do Espírito Santo, chamou de vila do Espírito Santo a povoação que mandou construir nas terras que lhe couberam: cinquenta léguas de costa, entre os rios Mucuri e Itapemirim, com outro tanto de largo, sertão adentro, a partir do ponto em que terminava, ao norte, o quinhão concedido a Pero de Campos Tourinho, donatário da capitania de Porto Seguro. A Vila do Espírito Santo é hoje a cidade de Vila Velha. Ainda em 1535, a vila passou à capitania, em 1822 a província e em 1889 a estado. Duarte de Lemos fundou Vitória — chamada de Vila Nova — na ilha de Santo Antônio, em posição estratégica, mais vantajosa que Vila Velha para a defesa contra os constantes ataques dos silvícolas. Para lá se transferiu a sede da capitania. À mesma época, chegaram os missionários jesuítas, empenhados na catequese, o que provocou choques com os colonos, que preferiam a dominação do gentio pela escravidão. A posição estratégica da capitania, dada a proximidade com o Rio de Janeiro, ocasionou algumas tentativas estrangeiras de invasão. Em 1592, os capixabas rechaçaram uma investida dos ingleses, sob o comando de Thomas Cavendish. Em 1625, o donatário Francisco de Aguiar Coutinho enfrentou a primeira investida dos holandeses, comandados por Pieter Pieterszoon Heyn, luta em que se destacou a heroína capixaba Maria Ortiz. As lutas contra os índios continuaram até que no dia 8 de setembro de 1551, os portugueses obtiveram uma grande vitória e, para marcar o fato, a localidade passou a se chamar Vila da Vitória e a data como a de fundação da cidade.

A Alternativa D) é incorreta, pois a história capixaba começou em 23 de maio de 1535, quando os colonizadores portugueses, chefiados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, desembarcaram na Capitania do Espírito Santo. Nesse mesmo ano, foi fundada a povoação de Vila Velha, o primeiro núcleo populacional da capitania. Na tarefa de catequese dos índios da região, destacou-se a figura de José de Anchieta. A presença do padre José de Anchieta deu um sentido muito especial à ação dos padres da Companhia de Jesus em terras do Espírito Santo. Desde 1561, Anchieta elegera para seu refúgio a aldeia de Reritiba, de onde teve de se afastar constantemente, em virtude de seus encargos, ora em São Paulo, no Rio de Janeiro ou na Bahia.

A Alternativa E) é incorreta, pois a fixação da vila foi uma história de lutas, pois os nativos não entregaram aos portugueses, sem resistência, suas roças e malocas. Recuaram até a floresta, onde se concentraram para iniciar uma luta de guerrilhas que se prolongou, com pequenas tréguas, até meados do século XVII. Foi assim das mais duras a empresa cometida a Vasco Fernandes Coutinho. Para o patriarca do Espírito Santo a capitania foi um prêmio se transformou em castigo; teve de empenhar todos os haveres para conservar sua vila acabou por morrer pobre e desvalido. Além da insubmissão dos indígenas, o donatário teve de enfrentar as dissensões entre os portugueses. A



seus companheiros Jorge de Meneses e Duarte Lemos concedera extensas sesmarias, usando os poderes que recebera juntamente com a carta de doação. Com isso, criou dois rivais implacáveis. A Batalha do Cricaré, epopeia de uma esquadra enviada da Bahia por Mem de Sá, governador-geral do Brasil, em socorro a Vasco Fernandes Coutinho e sua gente, que estavam sob cerco dos tamoios na ilha de Vitória.

(VENTORIM. 2020)

Gabarito: C

16. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

Leia o texto abaixo:

A certa altura, Milton Ohata (“O elo perdido da civilização brasileira”, *Novos Estudos*, nº59) estranha a inexistência da noção de pacto colonial no livro *O trato dos viventes* de Alencastro, que, a seu ver, “privilegia tão só a ‘autonomia’ do comércio bilateral e do colonato brasílico”. E se pergunta: “sendo a colônia ‘autônoma’ naquilo que lhe era imprescindível, por que motivo continuou durante tanto tempo, ligada à metrópole?”

(BICALHO, Fernanda B. *Monumenta Brasiliae: O Império Português no Atlântico Sul*. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 11, 2001, pp. 267- 273. [adaptado])

A historiografia brasileira atual tende a responder à questão colocada no texto observando que a ligação com a metrópole também se construía na:

- A) adesão aos valores católicos e ibéricos, que tendiam a igualar em direitos e deveres para com a Coroa portuguesa todos os súditos, fossem reinóis ou ultramarinos.
- B) manutenção de uma situação de dependência administrativa e intelectual, impedindo a abertura de imprensa e universidades e assim retardando o desenvolvimento social na América.
- C) supressão da atuação de vassalos ultramarinos em determinados cargos, instituições e esferas políticas, assegurando, ante aparente autonomia, o monopólio do mando à metrópole.
- D) concepção contratual ou pactícia, que não era estranha à teoria do direito ibérico no Antigo Regime, tampouco era estranha aos demais vassalos portugueses, reinóis e ultramarinos.
- E) formação de redes clientelares que expressariam uma dinâmica fundamentada em relações pessoais, familiares e societárias que, apesar de autônoma, ligava-se em última instância à metrópole.

Comentário:

A Alternativa A) é incorreta, pois a separação entre ‘homem ultramarino’ e ‘homem colonial’ corre o risco de nos remeter, mais uma vez, à visão dicotômica metrópole versus colônia, perdendo-se a perspectiva mais geral e inovadora, que, aliás, pautou toda a leitura e a compreensão que o autor tem do processo de formação do Brasil no Atlântico Sul, ou seja, a perspectiva do Império. No interior deste, tanto o ‘homem ultramarino’, quanto o ‘homem colonial’ são ambos produto de



redes e interesses comerciais e políticos, que lhe teceram não apenas a geografia, mas também a soberania.

A Alternativa B) é incorreta, pois a partir da discussão dessas duas estratégias podemos entender o surgimento de um outro entrave para a administração metropolitana: a formação de uma elite local. Para superar o obstáculo da colonização, a solução encontrada pelas metrópoles foi o povoamento dos territórios com gente civilizada, em geral oriunda da Europa — como foi o caso das capitâneas hereditárias brasileiras — ou a aliança com tribos e nativos locais, no intuito de organizar ou modificar o sistema produtivo para a realização da empreitada mercantilista. Desde, pelo menos, a Assembleia Constituinte do Império, em 1823, que foi tentada a instalação das primeiras universidades Brasil. Antes, podem ter existido sonhos e projetos, mas só naquela ocasião se tomaram providências concretas, embora frustradas, no sentido de realizar uma grande aspiração brasileira.

A Alternativa C) é incorreta, pois, em contrapartida a demonstrações de empenho e vassalagem na manutenção e na defesa do Império, os brasílicos — fosse pernambucanos, fluminenses ou paulistas — reivindicavam para si uma série de distinções e um acesso privilegiado ao governo nas conquistas. Ao retribuir os feitos de seus vassalos, a Coroa reafirmava o pacto político que unia súditos — reinóis e coloniais — a si própria, tecendo as malhas da soberania portuguesa sobre o Império ultramarino.

A Alternativa D) é correta, pois o imaginário político que deu corpo a esse discurso — baseado na pretensão de que os pernambucanos deviam ser considerados como “súditos políticos” do rei de Portugal, por lhe terem restituído o domínio da capitania — fundava-se numa concepção contratual ou pactícia, que não era estranha à teoria do direito ibérico no Antigo Regime. Tampouco era estanha aos demais vassalos portugueses, reinóis e ultramarinos. Assim, embora o ‘autonomismo paulista’ possuísse todo um significado antimetropolitano e antieuropeu — porque, segundo Alencastro, “evoluindo fora das redes mercantis estabelecidas, as expedições preadoras de índios escapavam ao controle social metropolitano”, tornando-se potencialmente perigosas para o domínio colonial — também eles, paulistas, esperavam receber o devido reconhecimento da Coroa, dados os “grandiosos subsídios de farinhas, legumes e carnes” que haviam remetido para o sustento das tropas na Bahia.

A Alternativa A) é incorreta, pois o tráfico atlântico de africanos modificou de maneira contraditória o sistema colonial, pois, desde o século XVII interesses luso-brasileiros ou, melhor dizendo, brasílicos, se cristalizaram nas áreas escravistas sul-americanas e nos portos africanos de trato carreias bilaterais vinculam diretamente o Brasil à África Ocidental.

(BICALHO. 2001; CHACON. 1974)

Gabarito: D

17. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

Leia o texto e responda:

“Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas



vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos”.

(MOURA, Clóvis. Quilombos, Resistência ao Escravismo, São Paulo, Editora Ática, 1987, p.12-13).

Aponte a alternativa que melhor define conceitualmente os quilombos:

- A) uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para implementar uma outra estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura sócio-política.
- B) ajuntamento permanente de grande número de escravos fugidos em locais de difícil acesso, praticantes de hábitos sócio-culturais africanos, entre eles a escravização de outros negros.
- C) eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos.
- D) foram embriões revolucionários em busca de uma mudança social, com o intuito de reformulação da ordem colonial e liberdade aos escravos africanos, ainda que não buscassem a independência.
- E) povoamento de regiões inóspitas de ex-escravos, quase sempre de origens islâmicas, pois alfabetizados tiveram historicamente mais capacidade de se organizarem e resistirem.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois a utilização do trabalho escravo no Brasil foi uma prática marcada por diversas manifestações de resistência contra esse tipo de relação de trabalho opressivo. Entre tantas alternativas, a constituição dos quilombos foi uma das mais ousadas e bem articuladas ações que buscavam quebrar as imposições da administração colonial. Apesar de sua relevância, poucos são os registros que demonstram a presença e o funcionamento desse tipo instituição no período colonial.

A Alternativa B) é incorreta, pois, formado a partir da reunião de vários escravos fugitivos, um quilombo passava a constituir um tipo de comunidade bastante diferente das que foram criadas pela ação dos colonizadores portugueses. Os habitantes dos quilombos, chamados de “quilombolas”, participavam de todo o trabalho que envolvia a obtenção de alimentos e construíam pequenas oficinas onde fabricavam suas roupas, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho e móveis.

A Alternativa C) é correta, pois, mais do que uma simples comunidade, o quilombo era formado em locais de difícil acesso. Tal medida visava impedir a recaptura dos escravos fugidos. Geralmente, o quilombo também era organizado na proximidade de estradas para que os quilombolas pudessem assaltar os viajantes que por ali transitavam. Não se limitando ao abrigo de escravos africanos, os quilombos também serviam de morada para índios e criminosos que



escapavam da justiça. Nessas comunidades, conforme aponta alguns relatos, houve o desenvolvimento de um código moral e de justiça bastante peculiares.

A Alternativa D) é incorreta, pois, embrenhados nas matas, selvas ou morros, esses núcleos se transformaram em aldeias, dedicando-se à economia de subsistência e às vezes ao comércio, alguns tendo mesmo prosperado. Existem registros de quilombos em todas as regiões do país, com destaque ao estado de Alagoas, na região do atual município de União dos Palmares, onde surgiu o principal e maior quilombo que já existiu: o Quilombo dos Palmares, na então Capitania de Pernambuco, quando Alagoas era ainda comarca pernambucana.

A Alternativa E) é incorreta, pois Os seus habitantes, denominados de "quilombolas", eram, originalmente, agrupamentos de ex-escravos fugidos de seus senhores desde os primeiros tempos do período colonial. Em algumas épocas e locais, tentaram reproduzir a organização social africana, inclusive com a escolha de reis tribais.

(SOUSA. 2020)

Gabarito: C

18. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Trecho I

Tem o sertão do Piauí, pertencente à nova Matriz da Nossa Senhora da Vitória, quatro rios correntes, vinte riachos, com cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, à beira das quais estão 129 fazendas de gados, em que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. [...].

(CARVALHO, Pe. Miguel de. Descrição do Sertão do Piauí. Teresina: IHGPI, 1993.p.14)

Trecho II

[...]. Daquelas 129 fazendas de gado e que se refere o Padre Carvalho, umas são administradas pelos próprios donos em sítios que arrendam a dez mil réis de foro cada um a Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, esta, no momento, representante dos Ávila. Outras (e entre estas, algumas eram de Mafrense) são administradas por vaqueiros [...].

(NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI/FCCM, 2007, p, 100. v.1)

Com a leitura desses textos, conclui-se que

- A) predominou a presença de fazendeiros no processo de conquista e ocupação do Piauí, sendo o vaqueiro um elemento secundário.
- B) as fazendas de gado foram primordiais na ocupação do solo piauiense, tendo a mão de obra escrava indígena predominado na administração desse processo.
- C) o processo de povoamento do Piauí teve nas fazendas de gado o seu núcleo central e no vaqueiro o seu elemento primordial.



D) a relação entre ambos os trechos permite concluir que tanto o elemento indígena, quanto o trabalho escravo negro foram primordiais na administração das primeiras fazendas de gado.

E) a instalação das fazendas de gado estiveram condicionadas pela existência de núcleos populacionais e a facilidade de rios, riachos e outros cursos de águas.

Comentários:

A alternativa A está incorreta, porque, o vaqueiro foi sim um elemento principal, e não secundário.

A alternativa B também é incorreta, visto que, não foi a mão de obra indígena que predominou na administração e sim a mão de obra escrava.

A alternativa C está correta, de tal modo que, segundo a interpretação de texto é possível referenciar as fazendas de gado e os vaqueiros como os principais elementos movimentadores da economia na região.

A alternativa D é incorreta, pois, apesar da interpretação de texto dos dois documentos relatar a presença da mão de obra escrava e indígena, que estava altamente relacionada com a produção agrícola, esse não foi o principal foco da questão sendo apenas referenciando bem curtamente.

A alternativa E está incorreta, sendo que, na época em questão os núcleos populacionais ainda não estavam devidamente formados, sendo que as fazendas de gado foram um estágio mais primordial do que os próprios núcleos populacionais.

Gabarito: C

19. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

[...]. A Igreja recomendava aos pais batizar seus filhos assim que possível. O batismo de crianças livres ou escravas era ministrado por párocos ou capelães, sem delongas, para garantir aos inocentes que morressem a chance de ir direto ao Céu sem passar pelo Purgatório. Escravos adultos eram batizados em ritos extremamente sumários e, na maior parte, coletivos. Na intimidade, a preocupação com o crescimento dos filhos era recorrente. Testamentos feitos entre os séculos XVII e XVIII registram instantâneos de como se concebia a criação da prole: aos machos devia se ensinar a ler, escrever e contar. Às fêmeas, coser, lavar e os bons costumes; ambos deviam sempre ‘apartar-se do mal e chegar-se ao bem [...].

(PRIORE, Mary Del. Ritos da vida privada. p.276-330. In: SOUZA, Laura de Mello. (Orgs.). História da Vida Privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 311).

A privacidade na colônia era realizada mediante diversos ritos cotidianos que

A) seguiam as orientações da metrópole, a exemplo do respeito às tradições da Igreja Católica, que, ao estabelecer o batismo do escravo e sua posterior aceitação da fé, dotava-o de condições diferenciadas no universo colonial.



B) estão evidenciados no papel atribuído à mulher nesse ambiente, tida como responsável pelo controle do lar, educação dos filhos e auxiliar do cônjuge nas questões de interesse público.

C) permitiam aos habitantes da colônia, independente de sexo ou condição jurídica, aprender a ler, escrever e a contar, além de desenvolver bons costumes como rezar antes das refeições, toda manhã e à noite.

D) pontuavam o curso regular das coisas cotidianas, o fundo permanente de pequenos e grandes acontecimentos diários, produzindo o tecido mesmo de existência humana daquela sociedade colonial.

E) colocavam o batismo como um sacramento que protegia a criança colonial do universo do mal, ou seja, no caso de morte ela era guiada direta ao céu, rito frequente apenas em áreas da grande lavoura.

Comentários:

A alternativa A é incorreta, porque, o batismo do escravo não o dotava de condições diferenciadas no universo colonial.

A alternativa B está incorreta, de tal modo que, o texto não diz respeito ao fato da mulher ter que auxiliar o cônjuge nas questões de interesse público.

A alternativa C é incorreta, sendo que, os privilégios abordados não eram permitidos independente de sexo ou condição jurídica, visto que nem a mulher, nem o escravo, apresentam ter tais privilégios.

A alternativa D está correta, pois, se consegue ver na plenitude todos os fatores discursados da alternativa no texto em si, sendo que a constituição da sociedade colonial era de fato regulada por rituais de passagem e eventos ditados pela religiosidade cristã.

A alternativa E também é incorreta, visto que, o rito do batismo não era apenas frequente em áreas da grande lavoura.

Gabarito: D

20. (NUCEPE/UESPI – Prof. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e, se mandava pedir as coisas e outras às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nestas terras andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.

(SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil: 1500-1627. Livro I, cap.II, p.42-3, NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.14).

As condições de privacidade na colônia eram marcadas



- A) pela ausência de empecilhos à sua constituição, haja vista a preocupação das autoridades portuguesas em estabelecer, por decreto, uma clara distinção entre esfera pública e esfera privada.
- B) por uma absorção da esfera privada pela esfera pública, em decorrência da baixa expressividade que os núcleos familiares possuíam no processo de produção e circulação de bens.
- C) pela grande diversidade quanto às suas formas de manifestação, tendo em vista a proliferação dos espaços públicos de sociabilidades, em detrimento dos espaços privados de convivência.
- D) por uma absorção da esfera pública pela esfera privada, como resultado da política de estatização dos espaços de satisfação das necessidades do consumo privado de bens e serviços.
- E) pela imbricação entre as esferas do público e do privado, que contribuía para a atribuição de funções de utilidade pública à esfera privada, nos arranjos de sociabilidades desenvolvidos entre os diferentes sujeitos.

Comentários:

A alternativa A está incorreta, visto que, segundo a interpretação de texto, o texto demonstra, na verdade, uma despreocupação das autoridades portuguesas em realizar uma clara distinção entre esfera pública e esfera privada.

A alternativa B também é incorreta, pois, demonstra claramente no texto que os núcleos familiares demonstram uma enorme expressividade no processo de produção e circulação de bens.

A alternativa C está incorreta, de tal modo que, não se encontra diretamente tal diversidade nesse contexto histórico.

A alternativa D também é incorreta, sendo que, no texto citado na questão demonstra que, pela falta de mercadorias nas ruas da colônia, a esfera privada é quem está assumindo a função da esfera pública de prover as necessidades do consumo privado de bens e serviços, no entanto, não houve uma política desenvolvida pelo governo português que procurasse tal resultado.

A alternativa E está correta, porque, na ausência de poder e disponibilidade pela esfera pública, a esfera privada acabou assumindo a função de prover as necessidades do consumo privado de bens e serviços segundo os arranjos feitos na própria comunidade entre os diversos sujeitos.

Gabarito: E

21. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

[...]. A história da família de elite no Piauí Colonial apresenta estreita relação com a luta pela hegemonia do poder travada a partir das primeiras décadas do século XVIII. Esta relação entre as estruturas familiares e de poder decorreu da contemporaneidade existente entre o processo de formação das famílias e o da estrutura político-administrativa da Capitania do Piauí. Contudo, além desta concomitância, a profunda correlação entre os referidos



processos foi determinada pela coincidência dos interesses políticos da Metrópole e dos grupos que formaram a base local da estrutura de poder no Piauí. [...].

(BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder. Teresina: FCMC, 1995.p.290).

A abordagem da historiadora Tanya Brandão sobre a formação da elite colonial no Piauí evidencia que

A) as lutas familiares foram importantes na consolidação do poder, porém esses atritos provocaram o abandono das propriedades por seus senhores, facilitando o maior controle da capitania pela metrópole.

B) a influência política das elites foi determinada pela união estabelecida entre os grupos de famílias, que se fortaleceram por laços de parentesco, casamentos e fidelidades, orientando o processo de organização administrativa da capitania.

C) na formação do poder colonial piauiense, a estruturação de extensas famílias fragilizou a elite local, ao promover uma pulverização da parentela, que enfraquecia a centralização do núcleo familiar.

D) desde o início da colonização, a formação da elite colonial piauiense ajustou-se ao domínio metropolitano, pois os condicionantes internos favoreceram o controle dos poderes locais pela Coroa.

E) a formação do poder familiar colonial é posterior ao processo de organização político-administrativa da capitania. Portanto, não se constituiu como elemento dificultador do controle da colônia pela metrópole.

Comentários:

A alternativa A é incorreta, sendo que, a formação da elite colonial no Piauí não foi realizado através de um abandono das propriedades pelos senhores, que resultaria num maior controle da capitania pela metrópole, mas sim, pela proliferação da quantidade de indivíduos pertencentes à elite local, que permitiu com que o poder se tornasse menos centralizado.

A alternativa B está correta, de tal modo que, as elites se fortaleceram através das relações de compadrio estabelecidas entre as famílias, formando grupos oligárquicos fortes e influentes.

A alternativa C é incorreta, porque, com a determinada pulverização de parentela, a elite piauiense foi perdendo cada vez mais a soberania do Piauí para a metrópole, tanto que, no próprio texto da questão, a historiadora Tanya Brandão declara que tal fragilização da elite foi de acordo com os interesses da metrópole.

A alternativa D também está incorreta, pois, a elite piauiense nem sempre esteve alinhada com as vontades da metrópole.

A alternativa E é incorreta, visto que, a formação do poder colonial é simultâneo ao processo de organização político-administrativa da capitania.

Gabarito: B

22. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)



Móbil, instável, e mais ainda dispersa, a população na Colônia devia provavelmente angustiar-se diante da dificuldade de sedimentar laços primários. E note-se que essa dispersão decorre diretamente dos mecanismos básicos da colonização de tipo plantation.

(NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. IN: NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.21)

A relação mencionada no texto resulta

A) da interiorização do processo de ocupação do território colonial, estimulada pela economia açucareira, que motivou o desenvolvimento de intensas redes internas de trocas comerciais.

B) da homogênea distribuição da população na área litorânea, possibilitada pelo cultivo da cana-de-açúcar, em detrimento das demais regiões do interior do território colonial.

C) de um quadro econômico no qual a adoção da mão de obra escrava de origem africana contribuiu para um esvaziamento demográfico do território, na medida em que desestimulou fluxos migratórios.

D) da distribuição irregular da população pelo território colonial, em função da tendência à maior concentração demográfica nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar, que representava uma atividade capaz de reproduzir-se multissecularmente.

E) do caráter não itinerante da ocupação, já que o cultivo da cana-de-açúcar não apresentava natureza predatória, mas estimulava uma rede de relações comerciais que se expandia por todo o território colonial.

Comentários:

A alternativa A está incorreta, sendo que, o cultivo da cana-de-açúcar (que obteve seu auge entre o final do século XVI e meados do século XVII), baseado no sistema colônia-metrópole, estruturou o comércio e o desenvolvimento das cidades nordestinas, principalmente na faixa litorânea. Portugal ampliou seu comércio açucareiro com os recursos investidos principalmente em Pernambuco, com base no trabalho indígena e capital estrangeiro (holandês). Para produzir de acordo com as necessidades da colônia, foram trazidos os negros africanos. Esse sistema consolidou a estrutura fundiária encontrada na região até os dias atuais, marcada por uma concentração de terras e influência de oligarquias e famílias tradicionais nas decisões políticas e econômicas. A economia açucareira norteou outras atividades, como a criação de gado (carne, transporte, energia para os engenhos, sebo, lenha para as caldeiras), sendo que esta atividade acabou por se expandir para áreas do sertão, constituindo a base de sua economia. Ao final do século XVII, o açúcar produzido nas Antilhas aumentou a oferta do produto no mercado internacional, abaixando vertiginosamente seu preço. Com o declínio da produção açucareira, a pecuária absorveu grande parte da população.

A alternativa B é incorreta, pois, a distribuição da população pelo litoral não foi homogênea, no qual o maior foco populacional se encontrava no nordeste brasileiro.



A alternativa C também está incorreta, visto que, a adoção de mão de obra escrava, em nenhuma circunstância, desestimulou fluxos migratórios, especialmente não nessa época no qual o seu uso era deveras decorrente na Europa e nas Américas.

A alternativa D é a resposta correta, sendo que a cultura do açúcar concentrada nas regiões litorâneas teve consequências demográficas óbvias, sendo que o litoral foi mais ocupado e teve maior desenvolvimento em relação às áreas colonizadas no interior do sertão.

A alternativa E também está incorreta, de tal modo que, o cultivo da cana-de-açúcar não estimulou uma rede de relações comerciais que se expandia por todo o território colonial, sendo que, existia muito território que ainda não tinha sido explorado pelos portugueses.

(SILVA)

Gabarito: D

23. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

A diversidade foi a principal característica do comércio na América Portuguesa o que gerou um amplo espectro de tipos de comerciantes, de atividades e de estabelecimentos. Os comerciantes compunham, portanto, uma camada heterogênea [...].

(VENÂNCIO, Renato Pinto e FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, tratantes e mascates. In: DEL PRIORE, Mary. Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: 2000, p.95)

Um fator que explica a diversidade da camada dos comerciantes na América Portuguesa está associado

A) à intensidade das atividades de troca entre a colônia e diversas outras regiões da América e Europa, motivadas pelo Pacto Colonial.

B) ao circuito de trocas internas, geralmente praticadas de forma ilegal, que contribuía para integrar diferentes regiões da colônia.

C) ao processo de integração territorial da colônia, propiciado pelas medidas desenvolvimentistas adotadas pela metrópole no século XVII.

D) às medidas administrativas de estímulo à produção e ao comércio na colônia, adotadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII.

E) ao impacto positivo, exercido pelas revoluções atlânticas do século XVIII, sobre as atividades de trocas praticadas no interior da colônia.

Comentários:

A alternativa A é incorreta, de tal modo que, o Pacto Colonial proibia as transações comerciais da colônia com outros territórios, sendo a metrópole a única a poder comerciar os produtos da colônia.

A alternativa B está incorreta, visto que, o circuito de trocas internas não contribuiu de forma tão relevante para integrar diferentes regiões da colônia, em relação ao impacto resultante das revoluções atlânticas.



A alternativa C também é incorreta, porque, não ocorreu um processo de integração territorial da colônia no século XVII.

A alternativa D está incorreta, sendo que, Marquês de Pombal restringiu a produção e o comércio na colônia, em vez de estimular.

A alternativa E é correta, pois, com as revoluções atlânticas do século XVIII, os territórios que ganharam a independência começaram a vender os produtos que antes só podiam ser vendidos pela metrópole, o que fez com que produtos especialmente encontrados nessas regiões, comessem a ter mais entrada no mercado. Tal acontecimento surtiu efeito nas trocas internas da colônia, no qual decidiram seguir o exemplo de ampliar a diversidade de mercado brasileiro.

Gabarito: E

24. (NUCEPE/UESPI – Prof. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Há muito que a posição geográfica do Piauí havia despertado atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. Prevendo que a independência do Brasil seria apenas uma questão de tempo, é opinião de abalizados historiadores que o governo português planejava ficar com uma parte para ele, isto é, o norte, recriando o Estado do Maranhão que compreenderia as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí.

(MONSENHOR CHAVES, Obra Completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, p. 266)

No processo de independência do Brasil, o domínio do território piauiense era estratégico, pois

A) sua posição geográfica favorecia a navegação do norte para Portugal, reduzindo o tempo de viagem em relação à saída pelo Pará ou Pernambuco. Porém, a rota encontrava obstáculos nos ventos contrários e/ou nas calmarias das viagens por mar para a Europa.

B) tinha uma comunicação direta por terra com o Ceará, a Bahia e com Pernambuco, onde os movimentos de independência estavam muito fortes. Sendo o Piauí um fornecedor de carnes, para essas Províncias, dominá-lo era estratégico para contenção dos grupos rebeldes.

C) em Parnaíba existia uma fábrica de pólvora, produzida de contrabando, que poderia ser utilizada para abastecer a resistência do norte, caso fosse necessário o enfrentamento do movimento pró-independência nessa parte do Brasil.

D) a província estava tranquila, sem a penetração de ecos do que acontecia lá fora. A população letrada defendia fortemente a Constituição portuguesa, sem ocorrência de fatos subversivos.

E) as rendas nacionais da Província, obtidas nas exportações do algodão, couro de sola, carne verde e frutos do mar representavam grande numerário para a Coroa, pois, sendo cobradas de forma rigorosa, davam-lhe uma renda líquida correspondente a 80% do rendimento bruto.

Comentários:



A alternativa A é incorreta, pois, a questão do domínio do território piauiense não era relacionado com a questão geográfica em relação a Portugal mas em relação ao Brasil.

A alternativa B é a resposta correta, sendo que no processo de independência a luta pela libertação do Piauí do domínio português começou no dia 19 de outubro de 1822 em uma solenidade realizada na Câmara Municipal de Parnaíba, no litoral piauiense, por meio do juiz de fora João Cândido de Deus e Silva, o fazendeiro Simplício Dias e o poeta Leonardo Carvalho. E, em 13 de março de 1823, na cidade de Campo Maior, onde ocorre o primeiro embate sangrento, conhecida como a Batalha do Jenipapo.

A alternativa C é incorreta, sendo que uma solenidade realizada na Câmara Municipal de Parnaíba, no litoral piauiense, no dia 19 de outubro de 1822 formalizava a luta contra a Independência.

A alternativa D está incorreta, porque, um dos maiores confrontos para a Guerra da Independência Brasileira foi a Batalha do Jenipapo que ocorreu na aldeia de Vila Maior, Piauí, que ajudou a consolidar o território brasileiro.

A alternativa E também é incorreta, de tal modo que, a renda líquida da Província não correspondia a 80% do rendimento bruto.

Gabarito: B

25. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

O corpo escravo se constitui assim como o horizonte fantasmático universal das relações sociais, como se o colonizador tivesse conseguido instaurar sua exploração do corpo da terra como metáfora última das relações sociais. E, de fato, o corpo escravo é onipresente. Os jornais nos falam regularmente da escravatura que ainda existe e que a polícia persegue. E há aquela que a polícia não persegue. Um mal-estar permanente nas classes privilegiadas, com relação às condições de indigência de uma grande parte da população, manifesta o sentimento de que algo, no vínculo empregatício, ainda participe ou possa participar da escravatura.

(CALLIGARIS, Contardo. Hello, Brasil! – psicanálise da estranha civilização brasileira. São Paulo: Três Estrelas, 2017)

O texto conduz o leitor a uma reflexão em torno

- A) da persistência da escravidão como instituição organizadora das relações sociais e, mais especificamente, das relações de trabalho no Brasil.
- B) da persistência da escravidão como elemento significativo de valores que norteiam formas de relacionamento que se verificam, por exemplo, no mundo do trabalho.
- C) do processo de superação da escravidão como modelo assumido pelas relações sociais em geral e pelas relações de trabalho em particular.
- D) da persistência da escravidão como modelo das relações de trabalho em geral, assim como importante significativo de outras formas assumidas pelas relações sociais.



E) do gradual processo de superação da escravidão nas relações de trabalho, assim como nas relações sociais de forma geral.

Comentários:

A alternativa A está incorreta, em razão de que, a persistência da escravidão na sociedade é notada como modelo ou processo, e não uma instituição em si.

A alternativa B é a correta, já que, na sociedade brasileira é perfeitamente visível a persistência da escravidão na forma como as relações sociais ocorrem no Brasil, mais especificamente, no trabalho no qual, depois de tantos anos após a abolição da escravatura, é notável a desigualdade entre as classes sociais e como elas se formulam no mundo empregatício, em que se vê as possibilidades de emprego, de salário e até mesmo qualidade na área de trabalho.

A alternativa C está incorreta, desde que, não ocorreu o processo de superação da escravidão, mas sim a sua persistência.

A alternativa D também é incorreta, porque, o texto se refere em específico da persistência da escravidão como modelo das relações sociais, em geral, e não especificamente do trabalho.

A alternativa E é incorreta, sendo que, não ocorreu o processo de superação da escravidão, mas sim a sua persistência.

Gabarito: B

26. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“As infindáveis leis sobre as aldeias, bem como as intensas disputas em torno delas, revelam, além de sua importância, o considerável interesse que despertavam nos diferentes agentes sociais da colônia. Índios, colonos, missionários e autoridades locais e metropolitanas enfrentavam-se na legislação e na prática por questões relativas à realização de suas expectativas quanto à formação e ao funcionamento das aldeias. A rica documentação sobre essas disputas permite perceber que elas tinham diferentes funções e significados para os vários grupos nelas envolvidos”.

ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Após a leitura do fragmento acima, o professor pede aos educandos que montem um quadro com os possíveis interesses da Coroa, dos colonos e dos missionários, sobre os índios no período colonial. Acertaram aqueles alunos que indicaram os seguintes fatores, respectivamente:

- A) preservação do território; uso da mão-de-obra compulsória; catequização por meio da missionação.
- B) aumento do número de súditos; uso de mão de obra livre; extirpação da idolatria e controle sexual.
- C) pagamento de impostos; uso da mão-de-obra escravizada; uso exclusivo de sua força de trabalho.



D) escravidão; uso de mão de obra compulsória; liberdade dos índios.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois com efetivo início da colonização do Brasil, os portugueses tinham a necessidade de empreender um modelo de exploração econômica das terras que fosse capaz de gerar lucro em pouco tempo. Para tanto, precisariam de uma ampla mão-de-obra capaz de produzir riquezas em grande quantidade e, dessa forma, garantir margens de lucro cada vez maiores para os cofres da Coroa Portuguesa. Inicialmente, os portugueses pensaram em aproveitar do contato já estabelecido com os índios na atividade de extração do pau-brasil. Nesse período, os índios realizavam essa extração por meio de um trabalho esporádico recompensado pelos produtos trazidos pelos lusitanos na prática do escambo. Em contrapartida, o trabalho nas grandes propriedades exigia uma rotina de trabalho longa e disciplinada que ia contra os hábitos cotidianos de boa parte dos indígenas. Como se não bastasse esses fatores de ordem cultural, biológica e social, a escravidão indígena também foi extensamente combatida pela Igreja no ambiente colonial. Representados pela Ordem Jesuíta, os clérigos que aportavam em terras brasileiras se envolveram em uma série de disputas em que repudiavam o interesse dos colonos em converter os índios em escravos. Tal postura se justificava no interesse que os clérigos católicos tinham em facilitar o processo de conversão religiosa dos índios.

A Alternativa B) é incorreta, pois, apesar de sua influência e autoridade, muitos padres foram explicitamente afrontados pela ganância de colonos que saíam pelo território em busca de índios. Na maioria das vezes, a escravidão indígena servia como alternativa à falta e ao alto custo de pessoas escravizadas trazidas da África. Preferencialmente, os colonos atacavam as populações indígenas ligadas às missões jesuíticas, pois estes já se mostravam habituados à rotina e aos valores da cultura ocidental. Não há menção ao controle sexual.

A Alternativa C) é incorreta, pois a principal fonte de mão de obra indígena escrava eram as entradas e bandeiras de apresamento, facilitadas pelas desavenças e guerras intertribais dos indígenas brasileiros. Os locais onde se aprisionavam os indígenas eram chamados de "casas de preamento". Os portugueses dividiam os índios em dois grupos: os "índios mansos" e os "índios bravos". Os índios "bravos" eram inimigos e faziam alianças com europeus inimigos: eram considerados estrangeiros, justificando as chamadas "guerras justas". Os índios "mansos" eram os aliados dos portugueses, eram fundamentais para o fortalecimento dos portugueses, eram vassallos do Rei de Portugal e defensores das fronteiras do Brasil português.

A Alternativa D) é incorreta, pois a escravidão indígena foi oficialmente extinta no século XVIII, momento em que o marquês de Pombal estabeleceu um conjunto de transformações na administração colonial. Primeiramente, ordenou a expulsão dos jesuítas do Brasil mediante a ampla influência política e econômica que tinha dentro da colônia. Logo depois, em 1757, proibiu a escravidão indígena e transformou algumas aldeias em vilas submetidas ao poderio da Coroa.

(SOUSA, 2020)

Gabarito: A

27. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)



“A partir de fins do século XVI a Coroa aprende a fazer os rios coloniais correrem para o mar metropolitano; os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol. Só assim podem se coordenar e se completar a dominação colonial e a exploração colonial. [...] Já no século XVII, o tráfico atlântico de africanos modifica de maneira contraditória o sistema colonial, e os interesses lusobrasileiros ou, melhor dizendo, brasílicos, se cristalizam nas áreas escravistas sul-americanas e nos portos africanos de trato [...] carreiras bilaterais vinculam diretamente o Brasil à África Ocidental”.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.(adaptado).

Conforme o entendimento do autor citado, é correto afirmar que:

A) a colonização portuguesa promoveu relações comerciais exclusivas entre as colônias e a metrópole, inviabilizando, a um só tempo, tanto o comércio com outros reinos europeus concorrentes e, por extensão, seus respectivos espaços ultramarinos, como também as trocas com outras colônias portuguesas.

B) a América portuguesa formou-se sob a lógica conhecida como “Antigo Regime nos Trópicos”, na qual os pactos políticos e as redes clientelares eram os pilares de uma hierarquia social costumeira construída pela interação de agentes sociais coevos que tinham o rei português como cabeça de toda a sociedade.

C) a exploração aurífera na região das Minas criou uma sociedade mais dinâmica que promovia tanto o escalonamento social fruto da riqueza (e não do “privilégio” ou do “costume”), como sua acelerada monetarização e mercantilização, sendo, por isso, frequentemente associada à formação da elite brasileira.

D) a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista, situada no litoral da América do Sul, e uma zona de reprodução de escravos, centrada em Angola, ambas se complementam num só sistema de exploração colonial.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois as primeiras experiências portuguesas de plantio e cultivo da cana-de-açúcar e o processamento do açúcar nos engenhos aconteceram primeiramente na Ilha da Madeira (situada no Oceano Atlântico, a 978 km a sudoeste de Lisboa, próximo ao litoral africano). Em razão da grande procura e do alto valor agregado a este produto na Europa, os portugueses levaram a cultura da cana-de-açúcar para o Brasil (em virtude da grande quantidade de terras, da fácil adaptação ao clima brasileiro e das novas técnicas de cultivo), desenvolvendo os primeiros engenhos no litoral paulista e no litoral do Nordeste (atual estado de Pernambuco), a produção do açúcar se tornou um negócio rentável.

A Alternativa B) é incorreta, pois com a ameaça da ocupação do território brasileiro por outros povos, como os franceses, a coroa portuguesa decidiu, no início da década de 1530, estabelecer o controle de fato da colônia, instituindo o Governo Geral. O primeiro dos governadores gerais do



Brasil foi Tomé de Souza. A partir da fase dos governos gerais, começou-se o estabelecimento de uma estrutura econômica um pouco mais sofisticada. A montagem dos engenhos de açúcar e do sistema da plantation (latifúndios monocultores), bem como o emprego da mão de obra escrava, inicialmente indígena e, posteriormente, negra (africana), fez parte das decisões do Governo Geral.

A Alternativa C) é incorreta, pois ao mesmo tempo, da então Capitania de São Paulo saíram os empreendimentos conhecidos como bandeiras e entradas, que se caracterizaram pelo desbravamento do interior do país, pelo apresamento de índios e pela ampliação de territórios. A formação da sociedade colonial passou a articular-se a partir desses elementos: economia açucareira, sistema escravista e adentramento no interior do país. Posteriormente, o ciclo econômico do ouro, no século XVIII, que se concentrou na região Sudeste, sobretudo em Minas Gerais, deu novos contrastes à formação da sociedade brasileira e espaço para novas ideias políticas. Essa formação social culminou também nas famosas Rebeliões Nativistas e Rebeliões Separatistas, das quais se destacaram, por exemplo, a Revolta de Beckman e a Inconfidência Mineira.

A Alternativa D) é correta, pois o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar faz crescer o número de escravos africanos desembarcados nas colônias portuguesas da América, vindos sobretudo da África Ocidental Portuguesa (atual Angola) e da chamada Costa da Mina para o litoral do atual nordeste brasileiro. A imigração portuguesa continuou reduzida, tendo em vista que o Reino de Portugal não tinha população suficiente para mandar grande número de colonos para ocupar suas possessões na América. A população se concentrou nas regiões litorâneas que formam as atuais regiões nordeste e sudeste do Brasil. O restante das possessões portuguesas na América segue sem ocupação europeia, abrigando povos indígenas estabelecidos e também aqueles refugiados das regiões litorâneas. No século XVII desembarcaram 550 mil africanos e 50 mil portugueses.

(FERNANDES, 2020; CARVALHO, 2020)

Gabarito: D

28. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“Talvez o segredo da integridade do Império português após a Restauração (1640) ou a possibilidade desse imenso território, com a sua diminuta população, ter se mantido sob o manto da monarquia brigantina sem se desintegrar, tenha sido a natureza política dessa mesma monarquia: polissinodal e corporativista.”

João Fragoso. ‘Introdução’ In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). O Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 1 (adaptado)

Segundo o autor citado, América portuguesa foi possível pela combinação de três fatores, dentre os quais, NÃO se inclui o seguinte fator:

A) A vinculação e o compromisso do governo-geral, com sede em Salvador, qual o exclusivo metropolitano e acumulação primitiva de capital.



- B) A ideia de autogoverno dos municípios como base da organização política das comunidades do Antigo Regime luso.
- C) A disciplina e a obediência introjetadas pelas práticas católicas naquelas mais de 35 mil pessoas diante da monarquia e Deus.
- D) O sentimento de pertencimento daquela população à monarquia católica, via relações pessoais (sistema de mercês).

Comentários:

A Alternativa A) é a resposta certa, pois, Colonização essa que o professor português António Manuel Hespanha defende ser influenciada pelo corporativismo característico do Antigo Regime português. No artigo denominado Corporativismo e Estado de polícia como modelos das sociedades euroamericanas do Antigo Regime, Hespanha e José Manuel Subtil entendem que o regime político português compósito e diferenciado que se autorregulava foi importante para manutenção da soberania portuguesa na América. Essa forma de pensar o governo foi, aos poucos, substituída, no século XVIII, pelo Estado de Polícia, o qual adotou padrões de normalização do “bom governar”.

A Alternativa B) não é a resposta certa, pois com a ameaça da ocupação do território brasileiro por outros povos, como os franceses, a coroa portuguesa decidiu, no início da década de 1530, estabelecer o controle de fato da colônia, instituindo o Governo Geral. O primeiro dos governadores gerais do Brasil foi Tomé de Souza. A partir da fase dos governos gerais, começou-se o estabelecimento de uma estrutura econômica um pouco mais sofisticada. A montagem dos engenhos de açúcar e do sistema da plantation (latifúndios monocultores), bem como o emprego da mão de obra escrava, inicialmente indígena e, posteriormente, negra (africana), fez parte das decisões do Governo Geral. Em 1534, houve a tentativa de transplantar o sistema de capitânicas hereditárias, que, na época, era adotado na pequena Ilha de Madeira, a sudeste da costa portuguesa. Assim, o território brasileiro foi dividido em 14 capitânicas, que, por sua vez, dividiam-se entre membros da nobreza de confiança do rei português D. João III. Porém, o modelo não obteve muito sucesso, durando apenas 16 anos. Apenas duas capitânicas destacaram-se: a de Pernambuco e a de São Vicente (hoje São Paulo), onde de fato se iniciou um processo de colonização.

A Alternativa C) não é a resposta certa, pois junto com Tomé de Souza chegam os primeiros jesuítas da Companhia de Jesus. Chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega, dedicam-se à catequese dos indígenas e à educação dos colonos. Entre os séculos XVI e XVIII constroem igrejas e fundam colégios. Na região das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, como também na Amazônia, eles instalam as missões, aldeamentos onde buscam cristianizar os índios e preservá-los da escravidão.

A Alternativa D) não é a resposta certa, pois João Fragoso afirma que o sistema de mercês era uma velha prática da sociedade portuguesa, sendo que tal sistema teve suas origens nas guerras de Reconquista contra os mulçumanos, no período da Idade Média, em que o rei concedia à aristocracia terras e privilégios como recompensa por serviços prestados à Coroa. O autor trabalhou com o conceito de economia do bem comum, para demonstrar que a velha prática de conceder mercês também foi estendida aos domínios ultramarinos portugueses, nos quais o rei



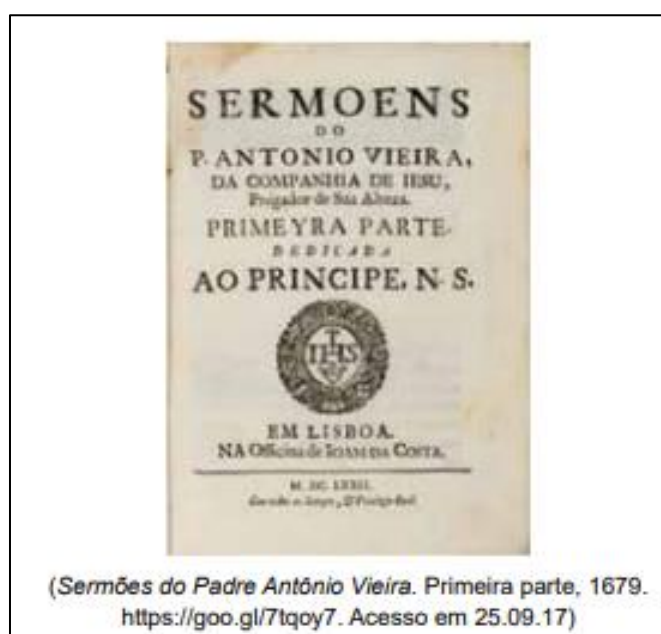
concedia cargos, honras e privilégios àqueles que lhes prestassem algum tipo de serviço, conferindo-lhes vantagens econômicas e prestígio social e, acima de tudo, reforçando os vínculos de lealdade dos vassallos do além-mar com a coroa portuguesa. O rei concedia mercês às pessoas cujos serviços prestados teriam defendido os seus interesses e, portanto, do bem comum. Tanto o senado da câmara quanto a coroa – enquanto cabeças do governo – retiravam do mercado e da livre concorrência um conjunto de bens e serviços indispensáveis ao público, passando a ter sobre eles o exercício da gestão.

(FERREIRA, 2012; QUEIROZ, 2020)

Gabarito: A

29. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017)

Observe a imagem a seguir.



(Sermões do Padre Antônio Vieira. Primeira parte, 1679.
<https://goo.gl/7tqoy7>. Acesso em 25.09.17)

O Padre Antônio Vieira fez parte do esforço missionário jesuíta na América, que via a catequese como fundamental em um contexto de:

- A) ampliação das atividades econômicas agroexportadoras na América portuguesa, o que tornou a cristianização de povos indígenas parte fundamental na arregimentação de mão de obra escravizada para o trabalho nos engenhos coloniais.
- B) intensificação do processo de interiorização da presença portuguesa na América do Sul, o que fortaleceu a aliança entre jesuítas e bandeirantes, com o objetivo de dominarem os nativos e ampliarem as possessões portuguesas no continente.
- C) refluxo da Igreja Católica na Europa por conta das Reformas protestantes, o que levou alguns jesuítas a se aproximarem das línguas nativas para cristianizarem os ameríndios com o objetivo de conquistar novos fiéis para a Igreja.
- D) aprofundamento das disputas e conflitos entre a Coroa Portuguesa e os jesuítas, o que resultaria, poucos anos depois, na expulsão da Companhia de Jesus da América devido aos enclaves autônomos das missões no continente.

E) disputa entre as Coroas Espanhola e Portuguesa pelas terras da América do Sul, de tal forma que os jesuítas se constituíram como aliados estratégicos dos portugueses na ampliação dos seus domínios territoriais coloniais.

Comentários

A **Companhia de Jesus**, fundada em 1534 por Inácio de Loyola e cujos membros são conhecidos como **jesuítas**, teve um papel fundamental na propagação da fé católica em meio ao contexto das **Reformas Protestantes** da Europa, a partir de 1517, com Martinho Lutero e a redação das suas “95 Teses”, na Alemanha, do Anglicanismo, na Inglaterra, do Calvinismo, na Suíça, dentre outros movimentos que se difundiram na sociedade europeia a partir do século XVI.

Em meio a um **refluxo** da doutrina da Igreja Católica na Europa, marcada por escândalos de venda de indulgências (perdão), usura, luxo excessivo, dentre outros aspectos, procurou-se alcançar aqueles povos que, segundo se afirmava, não possuíam religião (fato este que sabemos que não condiz com a realidade, uma vez que os nativos possuíam deuses e rituais religiosos próprios, porém, diferentes daqueles que pertenciam ao catolicismo).

Neste sentido, as **missões jesuíticas** se direcionaram à **cristianização de ameríndios**, em busca de alcançar novos fiéis e fortalecer a Igreja Católica, na qual o Padre Antônio Vieira esteve inserido com os seus famosos “Sermões”. Era comum, ademais, que os jesuítas aprendessem as línguas nativas, com o intuito de se comunicarem mais facilmente e, dessa forma, propagar a fé católica através da **catequização** dos ameríndios.

Gabarito: C

30. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017)

Observe a imagem a seguir



A obra de Victor Meirelles, realizada à época do Império de D. Pedro II, tem o seu contexto de produção associado à dedicação de vários membros da Academia Imperial de Belas Artes à

representação de momentos importantes da política e da história nacional, com vistas a desenvolver um sentimento ufanista.

Essa obra busca representar o descobrimento:

A) como um encontro pacífico e ordenado de raças, com a Igreja e o Estado ao centro e os indígenas curiosos e passivos, de forma a silenciar sobre os conflitos do passado e do presente, tais como a invasão e o genocídio indígena do século XVI e a escravidão negra do século XIX.

B) de maneira apologética, de forma a conferir legitimidade à presença portuguesa na América, com o objetivo de justificar, em pleno século XIX, a guerra levada adiante pelo Brasil contra o Paraguai, evidenciando a pretensão brasileira de se constituir como potência hegemônica no Cone Sul.

C) como uma projeção pretérita da importância das elites de grandes proprietários do século XIX, ressaltando, com isso, o projeto dessas oligarquias em relação à derrubada da monarquia e ao estabelecimento de uma República que contemplasse os interesses das várias regiões do país.

D) de modo laudatório, ressaltando o papel essencial da Igreja e dos bandeirantes no processo de colonização do Brasil, o que ensejaria, no século XIX, o desejo da aristocracia rural do Nordeste de se afirmar como grupo social político e economicamente hegemônico no Império.

E) de forma crítica, ressaltando o caráter violento da conquista portuguesa e da ação da Igreja Católica, com o objetivo de denunciar as marcas de violência ainda presentes na sociedade imperial, tais como a escravização de negros africanos e a exploração de imigrantes italianos.

Comentários

A obra produzida por Victor Meirelles, em 1860, ainda sob o Segundo Reinado (1840-1889), é reflexo de uma preocupação, por parte dos membros da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em atribuir os valores **nacionalistas** e **ufanistas** de determinados acontecimentos históricos brasileiros, recuperando a imagem positiva da colonização portuguesa no Brasil.

No presente caso, a obra retrata, de forma **romantizada**, a revalorização da história nacional através da presença indígena, retratada na obra de forma **idealizada** e que, diferentemente do elemento negro, até então considerado como uma figura anônima da nação, a imagem indígena representaria uma presença mais ativa na confluência do europeu com os nativos.

Dessa forma, a obra retrata que não houve resistência por parte dos nativos, pelo contrário, coloca-os de forma **pacífica** e **curiosa** com relação ao que está acontecendo. Tal imagem procura, dentre outros aspectos, transmitir uma visão que **silencie os conflitos existentes no passado e, conseqüentemente, no presente**, como mencionados no texto apresentado pela banca. Ademais, busca minimizar o impacto do genocídio indígena do século XVI e da escravidão dos negros, sobretudo, no século XIX.

Gabarito: A



31. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.

(Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil. Adaptado).

O “meio rural e patriarcal” a que se refere o trecho está relacionado:

- A) à exploração das drogas do sertão no vale amazônico, em que os comandantes das expedições de extrativismo cumpriam o papel simultâneo de autoridades públicas e agentes comerciais.
- B) à interiorização da ocupação no vale do Rio São Francisco, graças à expansão da pecuária que abastecia os engenhos da zona da mata, centrada na figura dos vaqueiros.
- C) à produção de açúcar no engenho, no qual se constituíram relações sociais marcadas pela escravidão e pelo convívio familiar, organizadas em torno da autoridade do senhor.
- D) ao bandeirantismo, em que os bandeirantes portugueses exerciam o poder sobre uma vasta população de negros, índios e mestiços que adentravam o continente em busca de ouro.
- E) às missões jesuíticas, em que os jesuítas escravizavam povos indígenas com o objetivo de explorar a sua mão de obra para fins comerciais relacionados à monocultura exportadora.

Comentários

Sérgio Buarque de Holanda, um dos mais importantes historiadores brasileiros, em seu famoso livro “Raízes do Brasil” procura criticar um aspecto presente na sociedade brasileira, o qual ele nomeia como a **cordialidade** e que é visto desde o período colonial, enquanto herança das relações privadas e que, de forma característica, se expande para as relações públicas dentro da sociedade.

Dito isto, um exemplo claro em que se imiscuem as relações rurais e patriarcais, citadas pelo historiador, encontra-se nos **engenhos de açúcar**, localizados em grandes porções de terras pertencentes ao **senhor de engenho** e que, dessa forma, as relações sociais eram marcadas, por parte dos escravos, pelo trabalho compulsório e, por parte da autoridade senhorial, no convívio da sua família em torno de sua figura.

Assim sendo, os engenhos de açúcar eram lugares nos quais as relações sociais refletiam as diferenças existentes entre os mais ricos e aqueles que deveriam se dedicar ao trabalho braçal, em torno da figura **patriarcal** do senhor de engenho.

Gabarito: C



32. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

Certa vez, um velho Tupinambá me perguntou: “Por que vocês, mairs [franceses] e perós [portugueses], vêm de tão longe para buscar lenha? Por acaso não existem árvores na sua terra?” Respondi que sim, que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não as queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir. “E precisam de tanta assim?”, retrucou o velho Tupinambá. “Sim”, respondi, “pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que se possa imaginar, e um só deles compra todo o pau-brasil que possamos carregar.” “Ah!”, tornou a retrucar o selvagem. “Você me conta maravilhas. Mas me diga: esse homem tão rico de quem você me fala, não morre?” “Sim”, disse eu, “morre como os outros”. Aqueles selvagens são grandes debatedores e gostam de ir ao fim em qualquer assunto. Por isso, o velho indígena me inquiriu outra vez: “E quando morrem os ricos, para quem fica o que deixam?” “Para seus filhos, se os têm”, respondi. “Na falta destes, para os irmãos e parentes próximos.” “Bem vejo agora que vocês, mairs, são mesmo uns grandes tolos. Sofrem tanto para cruzar o mar, suportando todas as privações e incômodos dos quais sempre falam quando aqui chegam, e trabalham dessa maneira apenas para amontoar riquezas para seus filhos ou para aqueles que vão sucedê-los? A terra que os alimenta não será por acaso suficiente para alimentar a eles? Nós também temos filhos a quem amamos. Mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu nutrirá também a eles. Por isso, descansamos sem maiores preocupações.”

(BUENO, Eduardo. Pau Brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002).

O diálogo entre o pastor calvinista Jean de Léry (1534-1611) e o velho Tupinambá, travado em algum momento da estada de Léry no Rio de Janeiro, entre março de 1557 e janeiro de 1558, é revelador

- A) da aliança entre portugueses e franceses no Atlântico sul, o que permitiu aos dois países explorarem conjuntamente as riquezas da América e, ao mesmo tempo, isolarem os espanhóis na porção mais ocidental do continente.
- B) da necessidade que Portugal tinha em exigir do papado um posicionamento favorável à partilha das terras “recém- descobertas e por descobrir” apenas entre portugueses e espanhóis, o que só aconteceu no final do século XVII.
- C) do permanente conflito ocorrido entre os povos nativos da América e os colonizadores europeus, que não conseguiram estabelecer nenhuma forma de diálogo com os povos indígenas e participaram de constantes guerras de extermínio.
- D) da importância econômica que o pau-brasil tinha para os europeus no início da colonização e das intensas disputas entre portugueses e franceses pelas terras da América do Sul no século XVI, há pouco descobertas pela Coroa Portuguesa.
- E) da proximidade de pensamento entre os povos indígenas e os franceses, em geral mais respeitosos na relação com a natureza e com os nativos da América do que os portugueses, responsáveis por uma prática econômica predatória.



Comentários

O diálogo trata de um produto que foi extremamente explorado no início da colonização brasileira: o **pau-brasil**, árvore da qual era extraída uma tinta vermelha extremamente utilizada e valiosa na Europa para o tingimento de roupas, cujo lucro era remetido à Metrópole Portuguesa. No diálogo, observamos a conversa entre o pastor francês Jean de Léry e um indígena, o que retrata o grande interesse, por parte dos franceses, na extração do pau-brasil.

A disputa pela **ocupação** e consequente **extração** destes produtos, em relação ao território brasileiro, aconteceu entre os séculos XVI e XVII, sendo que houve tentativas, por parte dos franceses, em colonizar o Brasil, tais como as expedições realizadas até o Rio de Janeiro em busca de implantar a **França Antártica** (1555), e em São Luís (1612), com o objetivo de implantar a **França Equinocial**. Ambas as tentativas, contudo, foram controladas pelos portugueses e não obtiveram o sucesso esperado.

Gabarito: D

33. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Observe as imagens para responder à questão.



Cacau, Guaraná e Castanha-do-pará: forte ligação com a História do Brasil.

Os três produtos representados nas imagens estiveram relacionados à interiorização da colonização, principalmente entre os séculos XVII e XVIII. O processo histórico que explica essa relação é:

- A) a tentativa da Coroa Portuguesa de cultivar tais produtos na região do Maranhão e Grão-Pará, para garantir a Portugal a ocupação de um território historicamente pouco habitado.
- B) a instalação de missões jesuíticas no atual sul do Brasil, o que garantiu a Portugal a posse sobre algumas terras que até então estavam sob o controle da Coroa Espanhola.
- C) o movimento de conquista e desbravamento do interior do Nordeste por vaqueiros e pecuaristas, que cuidavam do gado ao mesmo tempo em que procuravam tais produtos.

D) a busca incessante dos bandeirantes por algumas riquezas no interior do país, entre as quais as “especiarias tropicais”, mais valorizadas no comércio internacional do que o próprio ouro.

E) a exploração das drogas do sertão ao longo do vale amazônico tanto por jesuítas, preocupados também com a catequização dos indígenas, quanto por colonos.

Comentários

As imagens retratam três produtos muito importantes para o período colonial, que contribuíram para a exportação à Europa (devido ao fator exótico de tais produtos) e para o comércio exterior. Tais produtos foram encontrados no **norte** e **nordeste** brasileiros e, por se tratar de produtos não conhecidos na Europa, tiveram seu consumo estimulado entre os séculos XVI e XVIII.

A partir das expedições rumo à interiorização do país (as **bandeiras**) e a busca por metais preciosos, os bandeirantes tomaram conhecimento de novos produtos, como o cacau, o guaraná e a castanha-do-pará, que foram amplamente comercializados com países europeus. Para a sua extração, era utilizada a **mão de obra indígena** e, posteriormente à sua proibição, adotou-se a **mão de obra negra escravizada**.

Para o controle da exploração de tais produtos e da simultânea **catequização** dos indígenas, utilizados na extração das drogas, a Coroa Portuguesa enviou os **jesuítas**, a fim de manterem um certo monopólio da extração. Além disso, os colonos também faziam a extração das **drogas do sertão**, ação esta que não interessava à Metrópole, a qual buscava o lucro exclusivo de tais produtos.

Gabarito: E

34. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Para responder à questão, leia um trecho adaptado de uma entrevista concedida pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello ao Jornal do Comercio, de Recife, em 22 de janeiro de 2008, por ocasião do bicentenário da chegada da família real ao Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental.

JORNAL DO COMMERCIO – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para o Nordeste?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto, segundo, houve a espoliação das províncias promovida pela família real, em terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas.



Entre as reações à política estabelecida pela família real, é possível citar:

A) a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, que questionavam a espoliação fiscal e a centralização do poder promovidas pelo Rio de Janeiro, capital do Império Português a partir de 1808 e, depois de 1822, capital do Império do Brasil.

B) o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-38), ambos na Bahia, que questionavam de forma radical a ordem escravista e colocavam em xeque o poder dos grandes proprietários da região, tendo obtido, nos dois casos, apoio massivo de escravos e ex-escravos.

C) a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a Balaiada (1838- 1841), no Maranhão, que objetivavam estabelecer, no Brasil, uma república jacobina nos moldes da república existente na França, na tentativa de radicalizar as lutas sociais existentes no período regencial.

D) a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, que tinham como princípio político fundamental a defesa do separatismo e da formação de repúblicas democráticas em que não haveria escravidão.

E) o Golpe da Maioridade (1840) e a Política de Conciliação (1850-1870), que buscavam romper com a herança política de D. João VI e D. Pedro I a partir de uma proposta de implementar no Brasil o federalismo, que descentralizava o poder e garantia autonomia às províncias.

Comentários

A vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, em decorrência das invasões napoleônicas à Portugal, representou um novo tipo de administração para a colônia. Primeiramente, mantinha os privilégios dos grupos políticos mais influentes no Brasil: os comerciantes portugueses e os membros das **elites rurais** brasileiras.

Em segundo lugar, a administração da colônia era diretamente influenciada pelas transformações europeias, o que se pode evidenciar pela expansão de grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, que passou a ocupar o lugar de **capital do império português**.

Neste contexto, a criação de um **aparelho estatal centralizador**, que transferiu a capital do império de Salvador para o Rio de Janeiro, trouxe medidas por parte da corte portuguesa que desagradaram aos brasileiros: os gastos da Corte, o aumento dos impostos e a ocupação de cargos públicos, predominantemente, por portugueses, foram fatores que deixaram a população insatisfeita.

Assim, os revoltosos de Pernambuco, insatisfeitos com a situação, sob a liderança de Domingos José Martins, ocuparam Recife e prenderam o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, dando início, em 1817, à Revolução Pernambucana, de caráter separatista.

Outro acontecimento daí decorrente foi a Confederação do Equador (1824), fruto da transferência do eixo econômico brasileiro, que passou da região nordeste para a sudeste, após um período de crises no abastecimento e do baixo crescimento no século XIX, e da dissolução da Assembleia Constituinte e respectiva outorga da Constituição de 1824, feitas por D. Pedro I.



Sob a liderança de **Frei Caneca** e **Cipriano Barata**, seria adotado um regime republicano e de caráter liberal. O movimento não resultou como o esperado e os envolvidos foram condenados.

Gabarito: A

35. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

A exaltação dos bandeirantes, em São Paulo, está presente na nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos. Monumentos que vão desde a bela obra do escultor Brecheret junto ao Parque Ibirapuera até o assustador Borba Gato, gigante de botas plantado no bairro de Santo Amaro. A estátua, aliás, é muito pouco realista, pois existem boas indicações de que muitos bandeirantes marchavam descalços.

(Bóris Fausto, História do Brasil)

A exaltação dos bandeirantes descrita costuma omitir, mascarar e esconder algumas das suas atividades. Trata-se de uma tentativa de esquecer e apagar da História algumas ações não tão nobres dos bandeirantes, tais como

- A) a descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais.
- B) a contribuição para a extensão territorial do Brasil.
- C) o trabalho relacionado à produção de açúcar.
- D) a contribuição com os jesuítas na catequização de indígenas.
- E) o combate e a repressão aos quilombos.

Comentários

O texto apresentado pelo historiador brasileiro Bóris Fausto trata de uma temática concernente ao período **colonial brasileiro**, no caso aqui mencionado, aquele em que os **bandeirantes** ganharam ampla importância para a exploração do interior do Brasil.

Inicialmente em busca de metais preciosos e de mão de obra indígena, uma prática recorrente na ação dos bandeirantes era a **captura** de indígenas e a destruição de **quilombos** organizados pelos negros fugitivos.

A figura dos bandeirantes é extremamente valorizada, ainda que contraditória, sobretudo na região sudeste do Brasil, por conta da importância econômica que eles tiveram ao contribuir, nos séculos XVII e XVIII, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais e do avanço no “desbravamento” do interior brasileiro.

Gabarito: E

36. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011)

O principal motivo da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, foi impedir que os espanhóis tomassem a região e chegassem a Goiás e Minas Gerais. Era a época em que Portugal e Espanha discutiam as cláusulas do Tratado de Madri, finalmente assinado em 1750, que fixou os contornos aproximados da atual fronteira brasileira, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494).



(Masilia Aparecida da Silva Gomes. Comer, beber, governar. In Revista de História da Biblioteca Nacional, set. de 2010, n.º 60.)

A expansão territorial da América portuguesa teve relação com

- A) as colônias de povoamento do sul e a cafeicultura.
- B) a produção de algodão e as oficinas de artesanato.
- C) as missões jesuíticas e a mineração.
- D) a produção de tabaco em São Paulo e os desterrados portugueses.
- E) as manufaturas e as feitorias do nordeste.

Comentários

O período a que o enunciado se refere abarca o século XVIII, quando do estabelecimento do **Tratado de Madri** (1750), que previa, dentre outros preceitos, a adoção do *uti possidetis*, ou seja, a premissa de que “**quem possui de fato, deve possuir de direito**”, que dava a posse das terras a quem tivesse ocupado e povoado o território.

Tal Tratado é contrário às premissas do Tratado de Tordesilhas (1494), que estabelecia a posse através de uma demarcação de 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, sendo que a parte **oriental** das terras descobertas na América pertenceria a Portugal, e a parte **ocidental**, à Espanha. Neste período, a atividade que representa a ocupação do território brasileiro por meio dos portugueses e, dessa forma, justifica o princípio do *uti possidetis*, é a **extração de minérios** no século XVIII, principalmente na região das Minas Gerais.

A expansão territorial na América Portuguesa aconteceu por conta da necessidade de se ocupar o interior do país e de se explorar as **riquezas minerais** (através das **entradas e bandeiras**). Por meio do Tratado de Madri (1750) e do princípio do *uti possidetis*, passou-se a expandir as **missões jesuíticas no Brasil** em busca do controle do ouro e da catequização de indígenas.

Gabarito: C

37. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

O vozerio interrompido e sempre repetido com que os negros levam de um lado para o outro cargas sobre varas, o chiado de um tosco carro de bois de duas rodas, em que as mercadorias são conduzidas pela cidade, os frequentes tiros de canhão dos castelos e dos navios de todos os países do mundo que entram e o estrondo de foguetes com que os habitantes quase que diariamente e já pela manhã festejam os dias santos, confundem-se num estardalhaço ensurdecedor.

(J. B. Spix e C. F. P. von Martius. Viagem pelo Brasil, 1817-1820).

O texto, relativo à cidade do Rio de Janeiro no final da segunda década do século XIX, faz referência:

- A) ao pacto colonial e à sua estreita dependência em relação a Portugal.



- B) à crise causada pelo Bloqueio Continental, decretado por Napoleão.
- C) à importância do comércio na cidade, que abrigava a Corte portuguesa.
- D) ao crescimento das importações, incentivadas pelos lucros da mineração.
- E) à transformação da cidade em um centro produtor de manufaturas.

Comentários

O texto apresentado pela banca faz referência às dinâmicas sociais existentes na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, especificamente entre os anos de 1817 e 1820. É preciso se lembrar, para a correta solução da questão, que no ano de 1808 ocorreu a transferência da **Corte Portuguesa** para o Brasil, fruto de um projeto que já estava sendo pensado e que foi antecipado em decorrência das invasões napoleônicas a Portugal.

Com a transmigração da Família Real e de todo o seu aparelho estatal burocrático e administrativo, o Rio de Janeiro passou por um primeiro momento de transformações, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais quanto econômicos. Neste sentido, o texto de Spix e von Martius, que consolida uma narrativa sobre a fauna e flora brasileiras, também nos apresenta características da sociedade oitocentista.

No trecho em destaque, podemos ressaltar a **relevância** que o **comércio** possuía na cidade, uma vez que os autores descrevem o trabalho dos negros, de um lado para o outro da cidade, carregando os produtos que seriam comercializados, bem como as mercadorias transportadas nos carros de bois.

Gabarito: C

38.(VUNESP/PM-SP/2011 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

Leia as assertivas sobre o Brasil colonial.

- I. A opção portuguesa pela produção açucareira esteve relacionada com o fato de os portugueses não encontrarem, no século XVI, metais e pedras preciosas no litoral.
- II. A questão da escravização dos indígenas gerou uma série de conflitos entre os colonos e os jesuítas.
- III. Durante todo o período colonial, as autoridades portuguesas permitiram apenas a entrada de escravos originários da região de Moçambique.
- IV. O “exclusivo metropolitano” obrigava o colono do Brasil a comercializar apenas com Portugal.
- V. Um efeito importante da exploração de ouro em Minas Gerais foi a formação de um mercado interno.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.



- C) I, II, IV e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

Comentários

Para o melhor entendimento, vamos comentar as assertivas apresentadas:

I. **Correta.** Devido à alta quantidade de cana de açúcar no Brasil, optou-se por este tipo de produção, associada ao fato de que, inicialmente, os portugueses não encontraram ouro e metais preciosos no litoral brasileiro, diferentemente dos espanhóis, que tiveram grande êxito em suas colônias.

II. **Correta.** No século XVII, sobretudo após a publicação do *breve* (um tipo de decreto) feita pelo Papa Urbano VIII, em 1639, houve uma série de conflitos entre os colonos e os jesuítas. Tal decreto estabelecia que os indígenas deveriam possuir a liberdade, ou seja, não deveriam ser mais cativos dos colonos. Isto fez com que os colonos ficassem insatisfeitos com os jesuítas e, dessa forma, alguns deles foram até expulsos do território.

III. **Incorreta.** Temos relatos de que escravos vieram de várias regiões africanas, como Cabo Verde, Congo, Zimbábue, Zaire, Moçambique, entre outras.

IV. **Correta.** Como visto anteriormente, o Pacto Colonial ou Exclusivo Metropolitano estabelecia a unilateralidade entre a Metrópole e a Colônia.

V. **Correta.** A extração de ouro no Brasil, feita a partir do século XVIII por meio das *bandeiras* (expedições rumo ao interior do país, sobretudo Minas Gerais), favoreceu o estabelecimento de um mercado interno, uma vez que a extração de ouro proporcionava a circulação de valores de troca entre produtos (matérias primas) e moedas. Dessa forma, o que anteriormente era extraído sem possuir um valor, com a descoberta do ouro passou a ser negociado.

Assim sendo, ficamos com a alternativa “C”, que destaca as quatro assertivas corretas.

Gabarito: C

39.(VUNESP/PM-SP/2014 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

A economia colonial brasileira baseou-se na:

- A) grande lavoura mercantil, na monocultura e no trabalho escravo.
- B) exploração de minério e na utilização de mão de obra indígena.
- C) pecuária extensiva conduzida por imigrantes portugueses.
- D) exploração madeireira das florestas e no trabalho escravo.
- E) monocultura com utilização de trabalho livre.

Comentários

Nesta questão, é preciso identificar que o enunciado trata da economia colonial brasileira, ou seja, diz respeito à economia entre 1500 (início da colonização) e 1815 (quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves). Dito isto, devemos ter em mente que o Brasil se beneficiou, sobretudo, de uma produção através do cultivo da terra e da plantação de determinados produtos, com características monocultoras. Podemos destacar, dentre os produtos



cultivados, a cana de açúcar, presente em abundância sobretudo no nordeste do país entre os séculos XVI e XVII, e as lavouras de café, na região sudeste, principalmente a partir do século XIX. Para a extração de tais produtos, houve a utilização de mão de obra cativa, primeiramente a indígena e, posteriormente, a negra. Assim sendo, a alternativa “B” está incorreta porque apresenta apenas a exploração de minério e uso da mão de obra indígena; a “C”, porque apresenta a pecuária como presente no período todo, além do uso exclusivo de mão de obra imigrante portuguesa; a “D”, pois destaca apenas a exploração madeireira (sobretudo o pau-brasil), e a “E” por fazer referência ao trabalho livre, algo que somente foi feito posteriormente ao período colonial. Dessa forma, a única alternativa correta é a “A”.

Gabarito: A

40. (VUNESP/PM-SP/2007 – SOLDADO 2ª CLASSE)

Considere o mapa.



(Divalte Garcia Figueira, *História*)

Os limites do Estado Brasileiro foram definidos, em grande parte, no período da dominação portuguesa, como é possível observar no mapa. Com base no princípio de que “quem possui de fato, deve possuir de direito”, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que garantiu a Portugal o direito sobre terras que até então estavam sob o domínio espanhol.

As ações dos portugueses, que os levaram a possuir de fato essas terras, foram, entre outras:

- A) a expansão cafeeira e a formação dos quilombos na região do Nordeste da colônia.
- B) a ação dos jesuítas nas guerras guaraníticas e a extração desenfreada do pau-brasil.
- C) a formação das capitanias hereditárias e a exploração do tabaco e do algodão.
- D) o plantio e a fabricação da cana-de-açúcar e a expansão da atividade pecuária.
- E) a exploração das riquezas minerais e a captura dos índios pelos bandeirantes.



Comentários

O período a que o enunciado se refere abarca o século XVIII, quando do estabelecimento do Tratado de Madri (1750), que previa, dentre outros preceitos, a adoção do *uti possidetis*, ou seja, a premissa de que “quem possui de fato, deve possuir de direito”, que dava a posse das terras a quem tivesse ocupado e povoado o território, ao contrário do Tratado de Tordesilhas (1494), que estabelecia a posse através de uma demarcação de 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, sendo que a parte oriental das terras descobertas na América pertenceria a Portugal, e a parte ocidental, à Espanha. Neste período, a atividade que representa a ocupação do território brasileiro por meio dos portugueses e, dessa forma, justifica o princípio do *uti possidetis*, é a extração de minérios no século XVIII, principalmente na região das Minas Gerais. Portanto, a alternativa correta apresentada é a “E”.

Gabarito: E

41. (VUNESP/PM-SP/2011 – SOLDADO - SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO)

Foram características dominantes no Nordeste açucareiro, durante o Brasil colonial, a:

- A) intensa vida urbana e a policultura de exportação.
- B) posse comunitária da terra e a servidão indígena.
- C) enorme chance de mobilidade social e o minifúndio.
- D) produção para o mercado interno e o trabalho familiar.
- E) grande propriedade rural e a mão de obra escrava.

Comentários

Durante o período colonial brasileiro, dentre os produtos que fizeram parte deste mecanismo, destaca-se a cana de açúcar, sobretudo no nordeste brasileiro, pautada pelo uso de uma grande propriedade rural e da mão de obra escrava. Estão **incorretas**:

1. A alternativa “A”, que fala sobre uma intensa vida urbana, uma vez que o Nordeste ainda não possuía tais características e a maioria da população pertencia ao meio rural;
2. A alternativa “B”, pois a posse não era comunitária, mas pertencia a grandes proprietários de terras, os chamados “senhores de engenho”;
3. A alternativa “C”, que discorre sobre a enorme chance de mobilidade social. Deve-se destacar que neste período, a mobilidade social era mais restrita às pessoas que possuíam terras e riquezas. Além disso, a adoção de minifúndio não era predominante no período, sendo o latifúndio o uso predominante;
4. A alternativa “D”, pois a produção era voltada para o mercado externo, sobretudo para o lucro da Metrópole. Ademais, o uso de trabalho escravo indígena e, posteriormente, negro, foi adotado na Colônia.

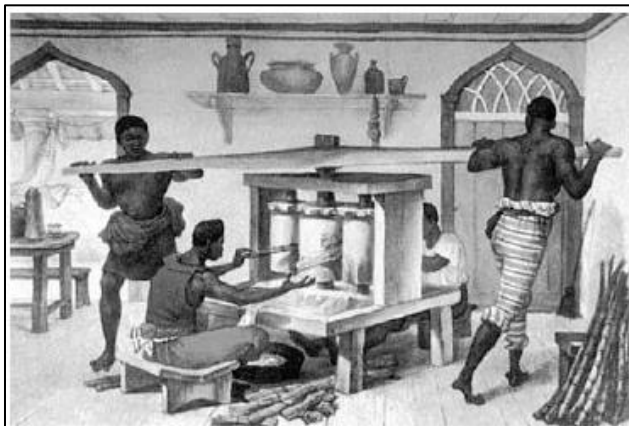
A alternativa que é correta, portanto, é a alternativa “E”, apresentada pela grande propriedade rural (o latifúndio) e pela mão de obra escrava.

Gabarito: E



42. (VUNESP/PM-SP/2012 – SOLDADO - SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO)

Observe a imagem.



(www.brasiliana.usp.br)

A ilustração de Jean-Baptiste Debret pode ser associada, no Brasil colonial:

- A) ao fim da escravidão.
- B) à produção de açúcar.
- C) ao crescimento urbano.
- D) à extração de ouro.
- E) ao trabalho assalariado.

Comentários

A imagem retrata a produção de açúcar em um engenho brasileiro, retratado por Debret, que veio ao Brasil com a Missão Artística Francesa de 1816, tendo feito uma série de gravuras do dia a dia dos escravos e da vida no Brasil Colônia. Esta imagem evidencia a vida dos escravos que, de forma integral, participavam da produção do açúcar, desde o momento do plantio da cana, até a sua colheita e conseqüente refinamento. O uso de escravos foi adotado para garantir um maior lucro aos senhores do engenho. A alternativa “B” é, dessa forma, a correta.

Gabarito: B

43. (VUNESP/PM-SP/2010 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

Sobre o processo de colonização do Brasil, é correto afirmar que:

- A) a principal tarefa do espaço colonial era o de fornecer para a metrópole riquezas materiais, como os escravos indígenas e as pequenas manufaturas.
- B) a metrópole incentivava o livre comércio da colônia com as nações europeias e os colonos tinham plena autonomia para escravizar os indígenas.
- C) a colônia, produtora de matérias-primas, de gêneros tropicais e consumidora de manufaturados metropolitanos, estava submetida ao monopólio comercial da metrópole.

D) o pacto colonial instituiu relações econômicas igualitárias entre a colônia e a metrópole, o que garantiu um forte desenvolvimento manufatureiro na colônia.

E) o exclusivo metropolitano assegurava para o espaço colonial liberdade política e religiosa, além de incentivar a utilização de mão de obra livre na colônia.

Comentários

No que diz respeito ao processo de colonização do Brasil, a questão traz uma série de características que identificam fases deste processo. A alternativa “A” não está correta, uma vez que o objetivo principal do espaço colonial não era fornecer riquezas materiais para a metrópole. De início, a ocupação mais intensa do território brasileiro, que viria a ser chamado de Brasil, aconteceu a partir da década de 1530 e se deu por dois motivos principais:

1. Devido à redução no lucro da compra e venda de especiarias vindas das Índias, causada pelos fortes gastos em manter as colônias na África e na Ásia, além da concorrência com outros países que também buscavam as especiarias.

2. Para que o Brasil não sofresse tentativas de invasão por parte de outros países europeus, como a França, que já contrabandeava pau-brasil há algum tempo, o que justifica a alternativa “B” estar errada. Diante disso, foram estabelecidas as **Capitanias Hereditárias**. Portugal dividiu o Brasil em faixas de terras concedidas a nobres portugueses, que deveriam cuidar e cultivar as suas posses. Havia 15 capitanias, distribuídas entre 12 donatários, que tinham certos direitos, como escravizar os índios e cobrar tributos, além de extrair recursos naturais das suas capitanias. Neste contexto, temos a instituição do **Pacto Colonial**, ou **Exclusivo Metropolitano**, um acordo feito entre a Metrópole (Portugal) e a Colônia (Brasil) que procurava, sobretudo, beneficiar Portugal com relação à extração de matérias primas e de mão de obra indígena. A partir deste Pacto, notamos que as relações entre Brasil e Portugal se tornaram mais estreitas, visto que a Metrópole ansiava pelo lucro referente à extração dos recursos presentes na Colônia.

Não foi, dessa forma, uma relação justa e igualitária entre ambas, o que elimina as alternativas “D” e “E”, também pelo fato da religião católica ter sido implantada como oficial no território recém explorado. Diante disso, a alternativa “C” é a correta, pois trata da submissão da Colônia à Metrópole por meio de um monopólio português.

Gabarito: C

Leia o texto abaixo.

Com a capitulação dos holandeses em 1654, os negros palmarinos continuaram a desafiar o poder colonial. Nos anos de 1670, duas expedições contra Palmares não cantaram vitória: a de 1675, chefiada pelo capitão Manoel Lopes Galvão, e a de 1677, comandada pelo capitão Fernão Carrilho, que pensou ter derrotado os negros, quando na verdade apenas pôs as mãos em alguns palmarinos, entre eles os parentes do chefe Ganga-Zumba.

Palmares entre sangue e fogo desde 1602, Flavio José Gomes Cabral. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/flavio-jose-gomes-cabral>). Acesso em 11/04/2016.



44. (SEDUC-CE / 2016)

Analise as proposições abaixo.

I. Nos quilombos (geralmente localizados em lugares de difícil acesso), os escravos viviam em liberdade, produziam seus alimentos, fabricavam roupas, móveis e instrumentos de trabalho, cultivavam também as crenças, as tradições e os costumes africanos. O adultério, o roubo e o homicídio eram punidos com a pena de morte.

II. Os quilombos estavam espalhados em todo o território colonial, porém, a falta de registros impede que estudiosos descubram mais detalhes sobre eles. Mesmo assim, ainda encontramos comunidades remanescentes de antigos quilombos no interior do Brasil.

III. O mais famoso de todos os quilombos chamava-se Palmares e ficava em Alagoas. Esse quilombo possuía aproximadamente 20 ou 30 mil habitantes. Dentre os seus líderes destacava-se Zumbi.

IV. Durante o século XVII, vários governos (portugueses e holandeses) quiseram destruir o quilombo dos Palmares. Foram várias tentativas, em 80 anos de conflito, mas Palmares resistia bravamente e chegou a derrotar cerca de 30 expedições enviadas.

São verdadeiras as proposições:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa E é a resposta certa.

Na medida em que a proposição I. está correta ao ressaltar que os quilombos foram uma via de resistência à escravidão, onde os escravos fugitivos estabeleciam uma relação de sociabilidade que instaurava uma vida à margem da sociedade escravocrata como forma de sobrevivência.

Do mesmo modo, a proposição II. também está correta, pois de fato pouco se sabe da dimensão e do cotidiano dos quilombos. Também é fato que algumas comunidades ainda vivem no interior do Brasil, algumas ainda bastante isoladas dos grandes centros urbanos, mas outras se tornaram mais sociáveis e a maioria delas usa como base econômica a agricultura e o comércio de produtos excedentes, plantando e vendendo, principalmente, verduras, algumas frutas regionais e legumes.

Também a proposição III. está correta. O Quilombo de Palmares, o mais conhecido, foi formado, inicialmente, por Zumbi dos Palmares e seus companheiros e se transformou numa opção para muitos cativos que ansiavam por mudar sua situação miserável. A área era povoada por palmeiras, advindo daí a denominação do quilombo, que ao longo dos tempos cresceu, estendendo-se pelas ribeiras do Rio São Francisco, adentrando o Agreste Meridional e a Mata Sul pernambucana além dos limites do Cabo de Santo Agostinho.



A proposição IV. também está correta. O Quilombo dos Palmares surge no século XVII, em plena explosão das invasões holandesas e perdura por cerca de um século. Palmares teve uma prosperidade assustadora para muitos senhores e o governo colonial foi obrigado a agir, tomando providencias. Foram enviadas expedições para destruir o quilombo e recapturar escravos fugitivos. Muitas destas investidas fracassaram. Os quilombolas de Palmares estavam bem armados e tinham uma excelente tática de defesa. Não foi fácil vencê-los. Somente com a captura de Antônio Soares isso foi possível. Ele revelou onde se encontrava o esconderijo de Zumbi em troca de sua liberdade. Zumbi dos Palmares foi morto em uma emboscada e teve sua cabeça cortada e exposta em praça pública na cidade de Recife para servir de exemplo a outros escravos. Com a morte de seu líder, o quilombo não resistiu.

(CABRAL, 2012; SILVA; MELO, 2011).

Gabarito: E

45. (FATEC 2015)

De acordo com o historiador Stuart B. Schwarcz, durante o período da colonização, havia um ditado popular que dizia: “Sem açúcar, não há Brasil; sem a escravidão, não há açúcar; sem Angola, não há escravos”.

(<http://tinyurl.com/njyvll6> Acesso em: 30.06.2014.)

Esse ditado traz elementos que permitem concluir que a organização colonial

- A) dependia da produção de açúcar para exportação, produzido com trabalho de escravos.
- B) era baseada na policultura de subsistência, para alimentar a grande população escrava.
- C) utilizava-se do trabalho escravo, para garantir a produção de gêneros industrializados.
- D) desenvolvia a economia do Brasil e de Angola, pois ambos dividiam os lucros do açúcar.
- E) era baseada no trabalho assalariado, porém utilizava escravos nas atividades domésticas.

Comentários

O ditado deixa claro uma tripla dependência: a Colônia precisa de Angola para fornecer escravos, dos escravos para produzir açúcar e do açúcar para ter lucro. Logo, a Colônia se organizava a partir da produção de Açúcar, no modelo de *plantation* (latifúndio monocultor, agroexportador e escravista).

Está errada a [B] pois era monocultura.

A [C] porque a sociedade era agrária.

A [D] porque o açúcar só era produzido aqui e angola era para captura de africanos e a [E] o trabalho era somente escravo.

Gabarito: A



46. (FATEC 2012)

"Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda."

(ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 89.)

No trecho citado, parte de uma obra publicada em 1711, o jesuíta Antonil:

- A) torna evidente que o trabalho escravo constituiu a base da exploração econômica em setores essenciais da economia colonial.
- B) fornece argumentos para o combate movido pela Igreja contra a escravização de indígenas e africanos nos domínios coloniais portugueses.
- C) explica por que a escravidão foi importante no empreendimento açucareiro, mas teve papel secundário e marginal na exploração mineradora.
- D) justifica a brandura da escravidão no Brasil e sugere uma explicação para a "democracia racial" predominante na sociedade colonial brasileira.
- E) condena as tentativas de introduzir trabalhadores livres, trazidos da Europa, para substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café.

Comentários

A economia colonial brasileira estava totalmente atrelada à mão de obra escrava negra. Sem os escravos, a economia perdia sua principal base de sustentação.

Estão erradas a [B], pois não fornece argumentos para a igreja, a [C] pois a escravidão foi essencial na colônia seja na lavoura ou na mineração.

A [D] a escravidão não foi nada branda e a [E] porque Antonil escreveu no século XVIII e o ciclo do café foi no Império em meados do século XIX.

Gabarito: A

47. (UEPB 2014)

Considerando a realidade da América Portuguesa nas três primeiras décadas do século XVI, é correto afirmar:

- A) A expedição exploradora de Gaspar de Lemos, em 1501, implantou o sistema de Capitânicas Hereditárias para garantir o desenvolvimento da cana-de-açúcar.
- B) A Coroa Portuguesa proibiu o estanco do pau-brasil, já que a madeira era contrabandeada por franceses e ingleses.
- C) As expedições de Cristóvão Jackes, em 1516 e 1526 não tinham caráter militar, nem combateram estrangeiros. Tinham a função específica de reconhecer o território e implantar as feitorias.
- D) A atividade desenvolvida com autorização da Coroa Portuguesa foi a extração de pau-brasil, uma atividade nômade e predatória, que não tinha a finalidade de promover o povoamento.



E) A mão de obra indígena foi pouco explorada e bastante valorizada pelos portugueses, que presenteavam os nativos com objetos de grande valor no mercado europeu.

Comentários

O ciclo do pau-brasil, feito a partir do trabalho livre indígena, não gerou a formação de núcleos urbanos de povoamento, promoveu apenas a fundação de feitorias pelo litoral brasileiro.

Está errada a [A] pois as capitanias foram criadas com a colonização depois de 1530, a [B] estanco é monopólio, e o comércio colonial era à base de monopólios, a [C] porque as expedições antes da colonização são “guarda costas” entre elas a de Jaques, e a [E] apesar da defesa da Igreja e apoio da coroa, a mão de obra indígena foi escravizada sistematicamente.

Gabarito: D

48. (UFMG 2010)

Leia este trecho do documento:

Eu el-rei faço saber a vós [...] fidalgo de minha casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes [...]

É CORRETO afirmar que, nesse trecho de documento, se faz referência:

- A) à criação do Governo Geral, com sede na Bahia.
- B) à implantação do Vice-Reinado no Rio de Janeiro.
- C) à implementação da Capitania-sede em São Vicente.
- D) ao estabelecimento de Capitanias Hereditárias, no nordeste.

Comentários

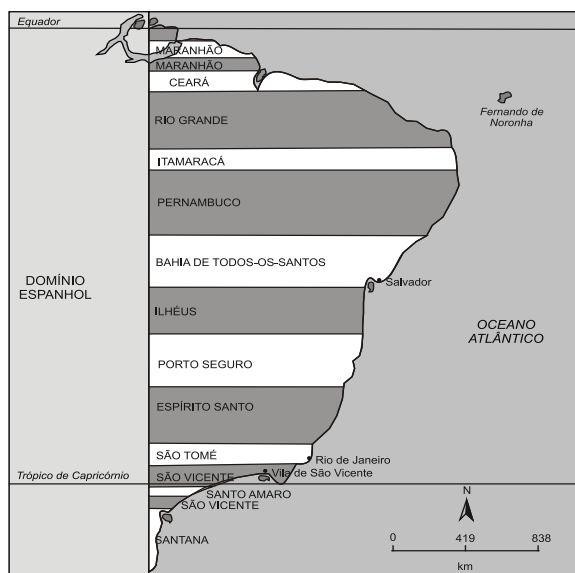
A criação do Governo Geral pelo rei de Portugal em 1548, foi motivada pelo fracasso do sistema de capitanias hereditárias adotado para promover a colonização e administração do Brasil. Com a implantação do Governo Geral, promoveu-se a centralização administrativa da colônia, mas sem que fossem suprimidas as capitanias.

Gabarito: A

49. (UFTM 2012)

Observe o mapa.





(Flávio de Campos e Miriam Dolhnhoff. *Atlas: História do Brasil*, 2002.)

O mapa faz alusão:

- A) ao Tratado de Madri, que dividiu as terras americanas entre Portugal e Espanha, colocando fim a décadas de disputas.
- B) à estratégia imaginada pelos portugueses para enfrentar o avanço dos franceses sobre suas terras na América.
- C) ao Tratado de Tordesilhas e ao sistema de capitanias, doação hereditária feita pela coroa a colonos portugueses.
- D) à ação de Martim Afonso de Souza, encarregado de iniciar a colonização efetiva das terras brasileiras.
- E) ao sistema de sesmarias, utilizado pelos portugueses para garantir a posse da terra contra ameaças estrangeiras.

Comentários

O processo de expansão marítima europeia, no decorrer do século XV, contrapôs interesses econômicos e políticos de portugueses e espanhóis. Em junho de 1494, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Tordesilhas, a partir de um meridiano localizado a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, demarcando as possessões portuguesas e espanholas no Novo Mundo. O sistema de Capitanias Hereditárias foi criado em 1534 pelo rei de Portugal, D. João III, visando a colonização efetiva do território brasileiro.

Gabarito: C

50. (VUNESP 2014)

Em 1534, a Coroa portuguesa estabeleceu o regime de capitanias hereditárias no Brasil Colônia. Entre as funções dos donatários, podemos citar:

- A) a nomeação de funcionários e a representação diplomática.
- B) a erradicação de epidemias e o estímulo ao crescimento demográfico.



- C) a interação com os povos nativos e a repressão ao trabalho escravo.
- D) a organização de entradas e bandeiras e o extermínio dos indígenas.
- E) a fundação de vilas e cidades e a cobrança de impostos.

Comentários

Em 1534, o Brasil foi dividido em capitânicas hereditárias, lotes de terras entre o litoral e a linha de Tordesilhas. Estas terras foram doadas aos donatários que eram nobres portugueses incumbidos de iniciar o processo de colonização. Havia dois documentos relativos as capitânicas hereditárias, a “Carta de Doação” que consistia em um documento que dava direito ao donatário de explorar a sua capitania e o “Foral” que estabelecia os direitos e deveres dos donatários. Cabia aos donatários, entre outros, a fundação de vilas e cidades e a cobrança de impostos e doação de sesmarias.

Gabarito: E

51.

Os vestígios dos povos Tupi-guarani encontram-se desde as Missões e o rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.

PROUS. A. *O Brasil antes dos brasileiros*. Rio de Janeiro: JorgeZahar. Editor, 2005.

Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiam de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se:

- A) a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.
- B) a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semissedentário de sua organização social.
- C) a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.
- D) o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.
- E) o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

Comentários

As tribos Tupis-guaranis, que ocuparam grande parte do território brasileiro, conforme é descrito no texto, possuíam as características básicas dos nativos do Brasil, vivendo principalmente da



agricultura rudimentar – que tinha como complemento a caça e pesca – praticada de forma nômade ou seminômade. A guerra teve certa importância para as tribos, porém, diferentemente de outros povos, não era a atividade que garantia poder ou controle sobre outros povos. A prática da antropofagia era comum e tinha caráter ritualístico, religioso, uma vez que acreditavam que a ingestão da carne de inimigos mortos lhes fortaleceria. Não há dúvidas, toda a alternativa está correta. O que há de errado nas outras alternativas?

- (A) O chefe - cacique - não era eleito.
- (C) Eram essencialmente guerreiros mas não dominaram diretamente vários territórios, pois a guerra indígena tinha outro caráter que não a dominação direta de territórios.
- (D) A economia não era agropastoril e sua agricultura era rudimentar, de mandioca e abóbora.
- (E) A antropofagia era praticada por quase todas as tribos do ramo linguístico tupi.

Gabarito: B

52. (FUVEST 2016)

Eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao estado e aumento dos senhorios de V. A. E tudo se encerrava em vós, Senhor, trabalhades com modos honestos de fazer que esta gente não houvesse de entrar nem possuir coisa de vossas navegações, pelo grandíssimo dano que daí se podia seguir.

Serafim Leite. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, 1954.

O trecho acima foi extraído de uma carta dirigida pelo padre jesuíta Diogo de Gouveia ao Rei de Portugal D. João III, escrita em Paris, em 17/02/1538. Seu conteúdo mostra:

- A) a persistência dos ataques franceses contra a América, que Portugal vinha tentando colonizar de modo efetivo desde a adoção do sistema de capitanias hereditárias.
- B) os primórdios da aliança que logo se estabeleceria entre as Coroas de Portugal e da França e que visava a combater as pretensões expansionistas da Espanha na América.
- C) a preocupação dos jesuítas portugueses com a expansão de jesuítas franceses, que, no Brasil, vinham exercendo grande influência sobre as populações nativas.
- D) o projeto de expansão territorial português na Europa, o qual, na época da carta, visava à dominação de territórios franceses tanto na Europa quanto na América.
- E) a manifestação de um conflito entre a recém-criada ordem jesuíta e a Coroa portuguesa em torno do combate à pirataria francesa.

Comentários

Como o texto afirma no trecho “eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder



dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao estado”, as tentativas de invasão da França na América Portuguesa constituíam fator de preocupação para o governo português. Invadiram o Brasil por duas vezes, no rio de Janeiro (França antártica) e Maranhão (França equinocial). O rei da França não reconheceu o tratado de Tordesilhas. De cara letra A. Basicamente interpretativa. O que há de errado nas outras?

(B) Portugal e França não foram aliadas contra Espanha, e sim concorrentes pelo território do Brasil.

(C) Não havia conflitos entre os Jesuítas, que antes de tudo eram da mesma ordem religiosa. A atuação jesuítica foi mais intensa em terras portuguesas e espanholas.

(D) A França na época até o século XVI não tinha colônias na América. Tardiamente coloniza a Guiana, na América do Sul.

(E) A Igreja e o Estado português eram unidos pelo regime de padroado. Os jesuítas vieram na colonização em auxílio.

Gabarito: A

53.

Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

“Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro”, Bahia apud DEL PRIORE, M. *Festas e utopias no Brasil colonial*. In: CATELLI JR., R. *Um olhar sobre as festas populares brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de:

- A) exclusão social.
- B) imposição religiosa.
- C) acomodação política.
- D) supressão simbólica.
- E) ressignificação cultural.

Comentários

O Congado, ou Festa do Rei Congo, é um movimento de sincretismo religioso realizado no Brasil desde os tempos coloniais. A festa é uma mistura de cultos católicos e africanos, na qual se comemora, ao mesmo tempo, a vida de São Benedito, o encontro de Nossa Senhora do Rosário e a vida do negro Chico-Rei.

Gabarito: E



54.

A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.

GÂNDAVO, P M.A *primeira historia do Brasil*: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (adaptado).

A observação do cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada, demonstra a:

- A) simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
- B) dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
- C) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- D) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- E) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

Comentários

Os portugueses enxergaram os indígenas de maneira etnocêntrica, medindo o povo indígena a partir dos seus próprios valores. Por isso, a crítica à falta de fé, lei e rei.

Gabarito: D

55.

Iniciou-se em 1903 a introdução de obras de arte com representações de bandeirantes no acervo do Museu Paulista, mediante a aquisição de uma tela que homenageava o sertanista que comandara a destruição do Quilombo de Palmares. Essa aquisição, viabilizada por verba estadual, foi simultânea à emergência de uma interpretação histórica que apontava o fenômeno do sertanismo paulista como o elo decisivo entre a trajetória territorial do Brasil e de São Paulo, concepção essa que se consolidaria entre os historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao longo das três primeiras décadas do século XX.

MARINS, P. c. G. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. *Revista do LEB*, n. 44, tev. 2007.

A prática governamental descrita no texto, com a escolha dos temas das obras, tinha como propósito a construção de uma memória que:

- A) afirmava a centralidade de um estado na política do país.
- B) resgatava a importância da resistência escrava na história brasileira.
- C) evidenciava a importância da produção artística no contexto regional.
- D) valorizava a saga histórica do povo na afirmação de uma memória social.
- E) destacava a presença do indígena no desbravamento do território colonial.



Comentários

Na chamada República Oligárquica, o estado de São Paulo buscava ocupar um lugar de hegemonia na política nacional, uma vez que já comandava a economia brasileira devido ao ciclo do café. Assim, o uso da figura do bandeirante nas obras de arte foi uma forma de legitimar essa hegemonia.

Gabarito: A

56.

TEXTO I

O príncipe D. João VI podia ter decidido ficar em Portugal. Nesse caso, o Brasil com certeza não existiria. A Colônia se fragmentaria, como se fragmentou a parte espanhola da América. Teríamos, em vez do Brasil de hoje, cinco ou seis países distintos. (José Murilo de Carvalho)

TEXTO II

Há no Brasil uma insistência em reforçar o lugar-comum segundo o qual foi D. João VI o responsável pela unidade do país. Isso não é verdade. A unidade do Brasil foi construída ao longo do tempo e é, antes de tudo, uma fabricação da Coroa. A ideia de que era preciso fortalecer um Império com os territórios de Portugal e Brasil começou já no século XVIII. (Evaldo Cabral de Mello)

1808 – O primeiro ano do resto de nossas vidas. *Folha de S. Paulo*, 25 nov. 2007 (adaptado).

Em 2008, foi comemorado o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Nos textos, dois importantes historiadores brasileiros se posicionam diante de um dos possíveis legados desse episódio para a história do país. O legado discutido e um argumento que sustenta a diferença do primeiro ponto de vista para o segundo estão associados, respectivamente, em:

- A) Integridade territorial – Centralização da administração régia na Corte.
- B) Desigualdade social – Concentração da propriedade fundiária no campo.
- C) Homogeneidade intelectual – Difusão das ideias liberais nas universidades.
- D) Uniformidade cultural – Manutenção da mentalidade escravista nas fazendas.
- E) Continuidade espacial – Cooptação dos movimentos separatistas nas províncias.

Comentários

Os textos versam sobre a unidade territorial brasileira, buscando entendê-la – ou não – como legado da vinda da Família Real para o Brasil. O primeiro fragmento afirma ser um legado e o segundo fragmento refuta essa ideia.

Gabarito: A



57.

Os holandeses desembarcaram em Pernambuco no ano de 1630, em nome da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), e foram aos poucos ocupando a costa que ia da foz do Rio São Francisco ao Maranhão, no atual Nordeste brasileiro. Eles chegaram ao ponto de destruir Olinda, antiga sede da capitania de Duarte Coelho, para erguer no Recife uma pequena Amsterdã.

NASCIMENTO, R. L. X. A toque de caixas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 6, n. 70, jul. 2011.

Do ponto de vista econômico, as razões que levaram os holandeses a invadirem o nordeste da Colônia decorriam do fato de que essa região:

- A) era a mais importante área produtora de açúcar na América portuguesa.
- B) possuía as mais ricas matas de pau-brasil no litoral das Américas.
- C) contava com o porto mais estratégico para a navegação no Atlântico Sul.
- D) representava o principal entreposto de escravos africanos para as Américas.
- E) constituía um reduto de ricos comerciantes de açúcar de origem judaica.

Comentários

Durante o chamado período da União Ibérica, quando Portugal e Espanha passaram a ser governados pelo mesmo Monarca, os Países Baixos (Holanda), então uma possessão espanhola, decretaram sua Independência. O Rei espanhol, Filipe II, em retaliação, proibiu todas as possessões espanholas – incluindo o Brasil – de fazer comércio com sua antiga possessão. Os holandeses, reagindo a isso, decidiram invadir o Nordeste brasileiro para não perder os lucros advindos da venda do açúcar brasileiro na Europa, pois esse comércio já era feito por intermédio dos Países Baixos.

Gabarito: A

58.

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- A) incentivado o clamor popular por liberdade.
- B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.



D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.

E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

Comentários

A vinda da Família Real para o Brasil foi o primeiro passo do processo de Independência da Colônia, uma vez que elevou o status do Brasil, invertendo a posição de Portugal e Brasil no pacto colonial, e deu aos colonos uma autonomia de ação inédita.

Gabarito: B

59.

Áreas em estabelecimento de atividades econômicas sempre se colocaram como grande chamariz. Foi assim no litoral nordestino, no início da colonização, com o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o fumo, as produções de alimentos e o comércio. O enriquecimento rápido exacerbou o espírito de aventura do homem moderno.

FARIAS, S. C. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (adaptado).

O processo descrito no texto trouxe como efeito o(a):

A) acumulação de capitais na Colônia, propiciando a criação de um ambiente intelectual efervescente.

B) surgimento de grandes cidades coloniais, voltadas para o comércio e com grande concentração monetária.

C) concentração da população na região litorânea, pela facilidade de escoamento da produção.

D) favorecimento dos naturais da Colônia na concessão de títulos de nobreza e fidalguia pela Monarquia.

E) construção de relações de trabalho menos desiguais que as da Metrópole, inspiradas pelo empreendedorismo.

Comentários

O litoral colonial sempre foi mais populoso e desenvolvido que o interior, seja por uma questão de solo e clima para a prática agrícola, seja pela necessidade de escoar a produção e/ou extração colonial para a Europa pelos portos.

Gabarito: C

60.

Quando Deus confundiu as línguas na torre de Babel, ponderou Filo Hebreu que todos ficaram mudos e surdos, porque, ainda que todos falassem e todos ouvissem, nenhum entendia o outro. Na antiga Babel, houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas, já se conhecem mais de cento e cinquenta. E assim, quando lá chegamos, todos nós somos mudos e todos eles, surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho serão necessários para que esses mudos falem e esses surdos ouçam.



VIEIRA, A. Sermões pregados no Brasil. In: RODRIGUES. J. H. *História viva*. São Paulo: Global, 1985 (adaptado).

No decorrer da colonização portuguesa na América, as tentativas de resolução do problema apontado pelo padre Antônio Vieira resultaram na:

- A) ampliação da violência nas guerras intertribais.
- B) desistência da evangelização dos povos nativos.
- C) indiferença dos jesuítas em relação à diversidade de línguas americanas.
- D) pressão da Metrópole pelo abandono da catequese nas regiões de difícil acesso.
- E) sistematização das línguas nativas numa estrutura gramatical facilitadora da catequese.

Comentários

Na relação entre colonizadores – em especial os com função catequizadora – e os indígenas brasileiros a questão linguística constituiu significativa barreira. Para ultrapassá-la e conseguir concretizar o objetivo da catequização, os padres jesuítas promoveram diversas adaptações na linguagem indígena, buscando torná-la mais fácil gramaticalmente.

Gabarito: E

61.

O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos.

CALDEIRA, J. A nação mercantilista. São Paulo: Editora 34, 1999 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela:

- A) demarcação do território indígena.
- B) manutenção da organização familiar.
- C) valorização dos líderes religiosos indígenas.
- D) preservação do costume das moradias coletivas.
- E) comunicação pela língua geral baseada no tupi.

Comentários

Os padres jesuítas tiveram maior contato com os indígenas do litoral brasileiro, que pertenciam ao troco linguístico *tupi-guarani*. Nesse sentido, o domínio – por parte dos jesuítas – da língua tupi foi fundamental para a convivência e o contato.

Gabarito: E



62.

De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente.

Carta de Pero Vaz de Caminha. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001.

A carta de Pero Vaz de Caminha permite entender o projeto colonizador para a nova terra. Nesse trecho, o relato enfatiza o seguinte objetivo:

- A) Valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.
- B) Descrever a cultura local para enaltecer a prosperidade portuguesa.
- C) Transmitir o conhecimento dos indígenas sobre o potencial econômico existente.
- D) Realçar a pobreza dos habitantes nativos para demarcar a superioridade europeia.
- E) Criticar o modo de vida dos povos autóctones para evidenciar a ausência de trabalho.

Comentários

Ao afirmar que "o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar essa gente", Caminha demonstra que o português buscava, através da catequese, "civilizar" o indígena, considerado selvagem por não ter "fé, lei nem Rei".

Gabarito: A

63.

Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem logo o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos; me pareceu que não tinham nenhuma religião. Eu, comprazendo a Nosso Senhor, levarei daqui, por ocasião de minha partida, seis deles para Vossas Majestades, para que aprendam a falar.

COLOMBO, C. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

O documento destaca um aspecto cultural relevante em torno da conquista da América, que se encontra expresso em:

- A) Deslumbramento do homem branco diante do comportamento exótico das tribos autóctones.
- B) Violência militarizada do europeu diante da necessidade de imposição de regras aos ameríndios.



- C) Cruzada civilizacional frente à tarefa de educar os povos nativos pelos parâmetros ocidentais.
- D) Comportamento caridoso dos governos europeus diante da receptividade das comunidades indígenas.
- E) Compromisso dos agentes religiosos diante da necessidade de respeitar a diversidade social dos índios.

Comentários

O texto ressalta a importância educacional que os padres davam no contato com os indígenas. Podemos destacar as frases “*repetem logo o que a gente diz*” e “*para que aprendam a falar*”.

Gabarito: C

64.

É preciso ressaltar que, de todas as capitanias brasileiras, Minas era a mais urbanizada. Não havia ali hegemonia de um ou dois grandes centros. A região era repleta de vilas e arraiais, grandes e pequenos, em cujas ruas muita gente circulava.

PAIVA, E. F. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

As regiões da América portuguesa tiveram distintas lógicas de ocupação. Uma explicação para a especificidade da região descrita no texto está identificada na:

- A) apropriação cultural diante das influências externas.
- B) produção manufatureira diante do exclusivo comercial.
- C) insubordinação religiosa diante da hierarquia eclesiástica.
- D) fiscalização estatal diante das particularidades econômicas.
- E) autonomia administrativa diante das instituições metropolitanas.

Comentários

A capitania de Minas Gerais era a *menina dos olhos* de Portugal devido à exploração aurífera que abastecia os cofres portugueses. Por isso, a fiscalização sobre esta capitania era extremamente rígida, visando o não prejuízo português. Essa fiscalização e a estrutura para a exploração do ouro fizeram com que a urbanização de Minas Gerais fosse diferente da de outras capitanias.

Gabarito: D

65.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995 (fragmento).



As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da presença da Corte estavam limitadas à superfície das estruturas sociais porque

- A) a pujança do desenvolvimento comercial e industrial retirava da agricultura de exportação a posição de atividade econômica central na Colônia.
- B) a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novos hábitos conviviam com a exploração do trabalho escravo.
- C) a emergência das práticas liberais, com a abertura dos portos, impedia uma renovação política em prol da formação de uma sociedade menos desigual.
- D) a integração das elites políticas regionais, sob a liderança do Rio de Janeiro, ensejava a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- E) a dinamização da economia urbana retardava o letramento de mulatos e imigrantes, importante para as necessidades do trabalho na cidade.

Comentários

De fato, a despeito de todas as mudanças promovidas por d. João VI no Brasil, a herança escravocrata não sofreu alterações durante a presença do monarca português aqui. Então, enquanto crescíamos economicamente, em termos sociais não ocorreram alterações significativas.

Gabarito: B

66.

Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, n.º 12, dez./jan./fev. 1991-92 (adaptado).

Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a:

- A) formação de uma identidade cultural afro-brasileira.
- B) superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.
- C) reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.
- D) manutenção das características culturais específicas de cada etnia.
- E) resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.

Comentários

O texto nos remete a uma situação muitas vezes ignorada, que os africanos provinham de nações diferentes, que possuíam hábitos e língua diferentes. O senso comum do brasileiro parte de uma ideia geral de africano, baseada principalmente na cor da pele. Destaca também que as condições



de cativo, que para todos os escravos eram iguais, acabou por criar um elo entre os escravos, visto que na mesma senzala estavam pessoas de regiões diferentes que, aos olhos de proprietários e capatazes, eram todos iguais, seres inferiores, objetos de trabalho.

Gabarito: A

67.

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, A. *Sermões*. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951 (adaptado).

O trecho do sermão do Padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e

- A) a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- B) a função dos mestres de açúcar durante a safra de cana.
- C) o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.
- D) o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- E) o trabalho dos escravos na produção de açúcar.

Comentários

Apesar de considerado como de difícil leitura, as alternativas facilitam a obtenção da resposta. O texto retrata todo o processo de sofrimento de Cristo e, na colônia, somente pode ser relacionado com a vida e trabalho do escravo. Enquanto, para muitos, na época o africano escravizado era apenas um objeto de trabalho ou um ser sem alma que, portanto, poderia ser escravizado, o Padre Antonio Vieira faz um tratamento diferenciado, de cunho religioso, apesar de justificar a escravidão.

Gabarito: E

68.

Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho; e quanto os senhores são mais possantes e bem aparelhados de todo o necessário,



afáveis e verdadeiros, tanto mais são procurados, ainda dos que não têm a cana cativa, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso receberam.

ANTONIL, J. A. *Cultura e opulência no Brasil [1711]*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987 (adaptado).

Segundo o texto, a produção açucareira no Brasil colonial era:

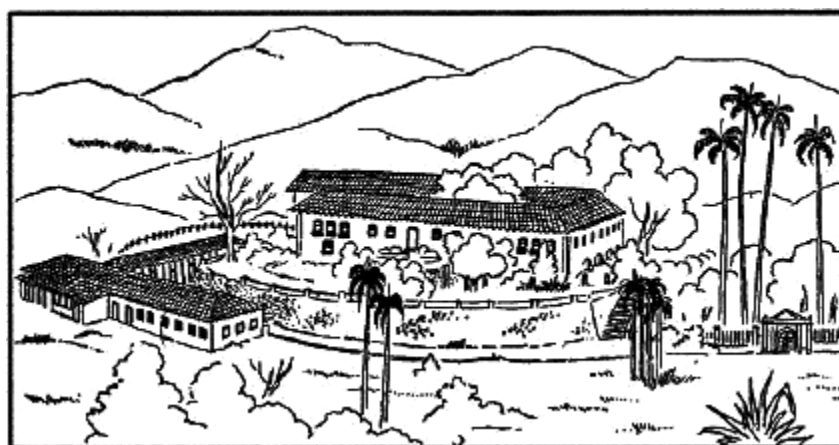
- A) baseada no arrendamento de terras para a obtenção da cana a ser moída nos engenhos centrais.
- B) caracterizada pelo funcionamento da economia de livre mercado em relação à compra e venda de cana.
- C) dependente de insumos importados da Europa nas frotas que chegavam aos portos em busca do açúcar.
- D) marcada pela interdependência econômica entre os senhores de engenho e os lavradores de cana.
- E) sustentada no trabalho escravo desempenhado pelos lavradores de cana em terras arrendadas.

Comentários

A produção açucareira no Brasil dependia, fundamentalmente, dos trabalhadores braçais que exerciam todas as etapas da produção do açúcar, desde a plantação da cana até o branqueamento do produto final. O senhor de engenho, apesar de dono das terras e das máquinas, não tinha lucro se não tivesse trabalhadores.

Gabarito: D

69.



FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

O desenho retrata a fazenda de São Joaquim da Gramma com a casa-grande, a senzala e outros edifícios representativos de uma estrutura arquitetônica característica do período escravocrata no Brasil. Esta organização do espaço representa uma:



- A) estratégia econômica e espacial para manter os escravos próximos do plantio.
- B) tática preventiva para evitar roubos e agressões por escravos fugidos.
- C) forma de organização social que fomentou o patriarcalismo e a miscigenação.
- D) maneira de evitar o contato direto entre os escravos e seus senhores.
- E) particularidade das fazendas de café das regiões Sul e Sudeste do país.

Comentários

A imagem deixa claro que a “casa-grande” encontra-se no “centro” da fazenda, assim como o “senhor de engenho” era o “centro” daquela sociedade, destacando, assim, o caráter patriarcalista da mesma. Também do “centro” da fazenda, o senhor podia observar e comandar todos os outros segmentos do seu engenho, mantendo tudo sob o seu comando direto.

Gabarito: C

70.

A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver, que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant. 2 jan. 1751. Apud CHAIM, M. M. *Aldeamentos indígenas*(Goiás: 1749-1811). São Paulo: Nobel, Brasília: INL, 1983 (adaptado).

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função:

- A) das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.
- B) da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.
- C) do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.
- D) da política racista da Coroa Portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.
- E) da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

Comentários

Apesar de considerado como um “déspota esclarecido”, uma pessoa ilustrada, influenciada pelas ideias iluministas, Pombal era líder de um governo metropolitano que entendia o Brasil como área a ser mais bem explorada e criou mecanismo para ampliar a exploração. Vale lembrar que antes de adotar tal política para os índios, Pombal promoveu a expulsão dos jesuítas, por diversas razões;



uma delas, o fato de representarem um obstáculo ao controle do Estado sobre as comunidades indígenas.

Gabarito: E

71.

Próximo da Igreja dedicada a São Gonçalo nos deparamos com uma impressionante multidão que dançava ao som de suas violas. Tão logo viram o Vice-Rei, cercaram-no e o obrigaram a dançar e pular, exercício violento e pouco apropriado tanto para sua idade quanto posição. Tivemos nós mesmos que entrar na dança, por bem ou por mal, e não deixou de ser interessante ver numa igreja padres, mulheres, frades, cavalheiros e escravos a dançar e pular misturados, e a gritar a plenos pulmões “Viva São Gonçalo do Amarante”.

BARBINAIS, Le Gentil. *Nouveau Voyage autour du monde*. Apud: TINHORÃO, J. R. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000 (adaptado).

O viajante francês, ao descrever suas impressões sobre uma festa ocorrida em Salvador, em 1717, demonstra dificuldade em entendê-la, porque, como outras manifestações religiosas do período colonial, ela

- A) seguia os preceitos advindos da hierarquia católica romana.
- B) demarcava a submissão do povo à autoridade constituída.
- C) definia o pertencimento dos padres às camadas populares.
- D) afirmava um sentido comunitário de partilha da devoção.
- E) harmonizava as relações sociais entre escravos e senhores.

Comentários

Questão de interpretação de texto, que envolve a religiosidade no Brasil colonial, já marcada pelo sincretismo quando se percebe a presença de escravos em uma manifestação católica, essa já caracterizada pela dança, influência africana.

Gabarito: D

72.

Em teoria, as pessoas livres da Colônia foram enquadradas em uma hierarquia característica do Antigo Regime. A transferência desse modelo, de sociedade de privilégios, vigente em Portugal, teve pouco efeito prático no Brasil. Os títulos de nobreza eram ambicionados. Os fidalgos eram raros e muita gente comum tinha pretensões à nobreza.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. (São Paulo: Edusp; Fundação do Desenvolvimento da Educação).

Ao reelaborarem a lógica social vigente na metrópole, os sujeitos do mundo colonial construíram uma distinção que ordenava a vida cotidiana a partir da

- A) concessão de títulos nobiliárquicos por parte da Igreja Católica.



- B) afirmação de diferenças fundadas na posse de terras e de escravos.
- C) imagem do Rei e de sua Corte como modelo a ser seguido.
- D) miscigenação associada a profissões de elevada qualificação.
- E) definição do trabalho como princípio ético da vida em sociedade.

Comentários

No Brasil colonial, o “ser senhor de engenho” era título que muitos queriam, porque o “status” social daquela época estava relacionado com o “ter terras” e “possuir escravos”. Sendo assim, a distinção social também era baseada nesses termos.

Gabarito: B

73.

O açúcar e suas técnicas de produção foram levados à Europa pelos árabes no século VIII, durante a Idade Média, mas foi principalmente a partir das Cruzadas (séculos XI e XIII) que a sua procura foi aumentando. Nessa época passou a ser importado do Oriente Médio e produzido em pequena escala no sul da Itália, mas continuou a ser um produto de luxo, extremamente caro, chegando a figurar nos dotes de princesas casadoiras.

CAMPOS, R. *Grandeza do Brasil no tempo de Antonil*(1681-1716). São Paulo: Atual, 1996.

Considerando o conceito do Antigo Sistema Colonial, o açúcar foi o produto escolhido por Portugal para dar início à colonização brasileira, em virtude de:

- A) o lucro obtido com o seu comércio ser muito vantajoso.
- B) os árabes serem aliados históricos dos portugueses.
- C) a mão de obra necessária para o cultivo ser insuficiente.
- D) as feitorias africanas facilitarem a comercialização desse produto.
- E) os nativos da América dominarem uma técnica de cultivo semelhante.

Comentários

O sistema colonial desenvolvido durante a Idade Moderna enquadra-se no processo de expansão do comércio, responsável por fortalecer o Estado absolutista e possibilitou o enriquecimento da camada burguesa. Todo o processo de exploração colonial tinha como objetivo gerar riqueza, acumulada segundo a visão mercantilista de economia.

Gabarito: A



74.



Disponível em: www.itaucultural.org.br. Acesso em: 26 jul. 2010.

Sem formação acadêmica específica em artes visuais, Heitor dos Prazeres, que também é compositor e instrumentista, é reconhecido artista popular do Rio de Janeiro. Suas pinturas de perspectivas imprecisas e com traços bem demarcados são figurativas e sugerem movimento. Essa obra retrata

- A) a confraternização de uma população socialmente marginalizada.
- B) o inconformismo da população de baixa renda da capital.
- C) o cotidiano da burguesia contemporânea da capital.
- D) a instabilidade de uma realidade rural do Brasil
- E) a solidariedade da população nordestina.

Comentários

A questão pode ser respondida sem nenhum conhecimento sobre Heitor dos Prazeres ou sua obra. Basta que o estudante consiga interpretar o quadro, identificando nele uma “população socialmente marginalizada” – os negros – em meio a uma “confraternização” – mostrada a partir de danças e instrumentos.

Gabarito: A

75.

Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra tropeiro vem de "tropa" que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos



tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido).

Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em <http://www.tribunadoplanalto.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2008.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à:

- A) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
- B) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
- C) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- D) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
- E) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

Comentários

Interpretação de texto. Nos Séculos XVII e XVIII, os tropeiros eram partes da vida da zona rural e cidades pequenas dentro do sul do Brasil. Vestidos como gaúchos com chapéus, ponchos, e botas, os tropeiros dirigiram rebanhos de gado e levaram bens por esta região para São Paulo, comercializados na feira de Sorocaba. De São Paulo, os animais e mercadorias foram para os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Gabarito: C

76.

Hoje em dia, nas grandes cidades, enterrar os mortos é uma prática quase íntima, que diz respeito apenas à família. A menos, é claro, que se trate de uma personalidade conhecida. Entretanto, isso nem sempre foi assim. Para um historiador, os sepultamentos são uma fonte de informações importantes para que se compreenda, por exemplo, a vida política das sociedades.

No que se refere às práticas sociais ligadas aos sepultamentos,

- A) na Grécia Antiga, as cerimônias fúnebres eram desvalorizadas, porque o mais importante era a democracia experimentada pelos vivos.
- B) na Idade Média, a Igreja tinha pouca influência sobre os rituais fúnebres, preocupando-se mais com a salvação da alma.
- C) no Brasil colônia, o sepultamento dos mortos nas igrejas era regido pela observância da hierarquia social.
- D) na época da Reforma, o catolicismo condenou os excessos de gastos que a burguesia fazia para sepultar seus mortos.



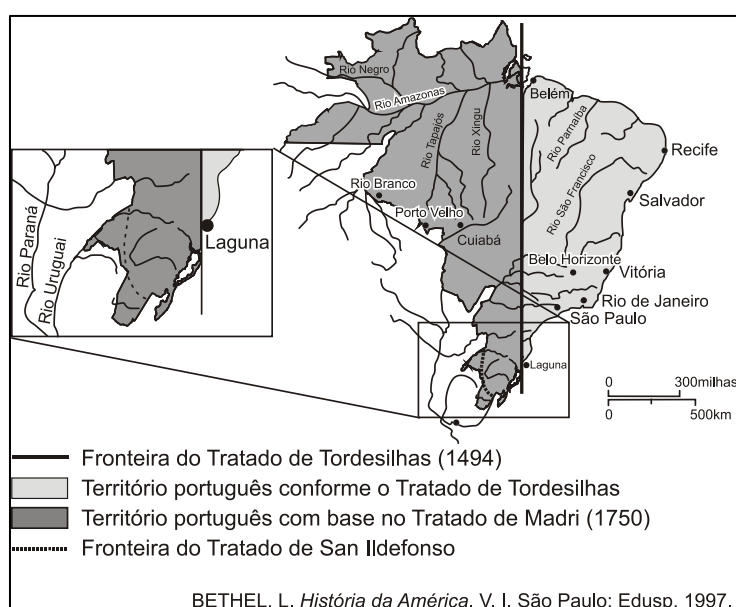
E) no período posterior à Revolução Francesa, devido as grandes perturbações sociais, abandona-se a prática do luto.

Comentários

Na Europa, os sepultamentos dentro das igrejas eram comuns até a época da peste negra. No Brasil colonial e imperial os sepultamentos existiram até o ano 1820, quando foram proibidos, momento que construíram os primeiros cemitérios. O sepultamento era restrito aos homens livres. Negros (escravos) e os indigentes eram enterrados. A diferenciação no tratamento dispensado aos mortos, evidencia a forte hierarquização existente na sociedade colonial do Brasil.

Gabarito: C

77.



As terras brasileiras foram divididas por meio de tratados entre Portugal e Espanha. De acordo com esses tratados, identificados no mapa, conclui-se que

- A) Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas, detinha o controle da foz do rio Amazonas.
- B) o Tratado de Tordesilhas utilizava os rios como limite físico da América portuguesa.
- C) o Tratado de Madri reconheceu a expansão portuguesa além da linha de Tordesilhas.
- D) Portugal, pelo Tratado de San Ildefonso, perdia territórios na América em relação ao de Tordesilhas.
- E) o Tratado de Madri criou a divisão administrativa da América Portuguesa em Vice-Reinos Oriental e Ocidental.

Comentários

Após a chamada Restauração do trono português em 1640, surgiram conflitos entre Portugal e Espanha quanto à definição de seus domínios na América do Sul, sobretudo a região platina, pois durante a vigência da união das coroas ibéricas (1580-1640), colonos portugueses se instalaram além da linha de Tordesilhas, uma vez que se evidenciou a nulidade do Tratado de 1494.



O Tratado de Madri de 1750 anulava o de Tordesilhas e estabelecia fronteiras posteriormente contestadas em outros tratados (El Pardo e Santo Ildefonso) e depois confirmadas no Tratado de Badajós de 1801, definindo assim os domínios portugueses além da linha de Tordesilhas.

Gabarito: C

78.

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens.

FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

De acordo com a abordagem de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira, é correto afirmar que:

- A) a colonização na América tropical era obra, sobretudo, da iniciativa particular.
- B) o caráter da colonização portuguesa no Brasil era exclusivamente mercantil.
- C) a constituição da população brasileira esteve isenta de mestiçagem racial e cultural.
- D) a Metrópole ditava as regras e governava as terras brasileiras com punhos de ferro.
- E) os engenhos constituíam um sistema econômico e político, mas sem implicações sociais.

Comentários

A questão analisa o processo de colonização da América enfatizando, de um lado, as iniciativas particulares e de outro, o subentendimento da pouca interferência do Estado no arranjo da organização econômica, social e cultural nas colônias.

Gabarito: A





1. (IBFC - Pref. de Cabo de Santo Agostinho-PE - Professor de História /2019)

Os sítios mais antigos que conhecemos são construções edificadas com valvas de moluscos, chamadas sambaquis; aparecem entre 7000 e 5000 anos atrás. Seus autores eram caçadores e pescadores que também coletavam mariscos. Instalavam-se geralmente em baías como as de Guanabara, Iguape, Paranaguá, Joinville, Laguna, no limite entre vários ambientes complementares (mar aberto, enseadas profundas, mangue) que forneciam, cada um, alimentos específicos e recursos em água, madeiras e rochas diferentes (PROUS, 2006).

A Pré-História do Brasil compreende a existência de uma crescente variedade linguística, cultural e étnica, que acompanhou o crescimento demográfico das primeiras levas constituídas por poucas pessoas. Considere o período compreendido no texto e analise as afirmativas abaixo.

() Discute-se muito a existência de uma diferenciação social dos "sambaquianos". Como em qualquer sociedade, devia haver tarefas específicas de cada sexo. Por exemplo, a ossificação do ouvido interno observada nos esqueletos de sexo masculino, sugere que aos homens eram reservadas as tarefas que demandavam mergulho frequente.

() Os "homens dos sambaquis" tinham um aspecto físico bastante diferente da população de Lagoa Santa. Completamente mongolizados - como as populações indígenas modernas, possuíam crânios mais largos que os lagoassantenses.

() Uma única leva imigratória humana chegou à América há 70 mil anos e dela descendem as populações indígenas brasileiras atuais, incluindo os sambaquis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) F, V, F
- B) V, V, V
- C) F, F, F
- D) V, V, F

2. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Sobre os primeiros contatos dos portugueses com os indígenas, marque (V) para as alternativas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.



- () Os primeiros momentos de aproximação entre indígenas e portugueses foram relativamente pacíficos, uma vez que os lusos ofertavam aos nativos presentes como colares, facas, machados e panelas, objetos que configuravam uma grande novidade na América.
- () A princípio, como os portugueses não tivessem encontrado o ouro que tanto cobiçavam, o sistema de trocas lhes pareceu uma boa opção. Dentro desse sistema, os indígenas realizavam o trabalho de corte e de transporte de madeira (principalmente de pau-brasil) até os navios portugueses.
- () O período inicial de relativa calma entre indígenas e colonos não se estendeu por muito tempo, já que, após o sistema de trocas mostrar-se desgastado e os portugueses sentirem uma necessidade de efetiva colonização das terras americanas e terem passado a obrigar os nativos a trabalharem para eles em caráter forçado e supervisionado. Tal atitude, é claro, gerou uma série de conflitos.
- () Após um período de intensos conflitos na segunda metade do século XVI e devidamente controladas as epidemias que matam cerca de 20% da população nativa, os indígenas que se destacaram no trabalho com os portugueses e na construção de casas e povoados passaram a ocupar lugares de prestígio entre a sociedade que se formava na chamada América Portuguesa.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- A) V – V – F – F.
B) F – V – F – V.
C) V – F – V – F.
D) F – F – V – F.
E) V – V – V – F.

3. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

São características do sistema de plantation utilizado na efetiva colonização do Brasil.

- A) Monocultura, minifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado interno.
B) Monocultura, latifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado externo.
C) Policultura, minifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado externo.
D) Monocultura, latifúndio, mão de obra assalariada e produção para o mercado interno.
E) Policultura, latifúndio, mão de obra escrava e produção para o mercado interno.

4. (IBADE - Pref. Municipal de Vilhena-RO – Prof. De Geografia / 2019)



Devido a grande quantidade de sítios arqueológicos, o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sul do estado do Piauí, é considerado patrimônio cultural nacional e mundial desde a década de 1990. É correto afirmar que:

- A) apesar de produzirem belíssimos painéis de pinturas rupestres, os grupos humanos que habitaram a Serra da Capivara aparentemente não dominavam o fogo ou a agricultura.
- B) os painéis de pinturas rupestres e antigas fogueiras identificadas no Parque apontam para uma ocupação humana bastante antiga, com algumas das datações alcançando até 59.000 anos atrás.
- C) os sepultamentos humanos identificados no parque não são de populações ameríndias, o que indica um povoamento do continente americano por grupos de origem africana ou austronésia.
- D) a presença humana no nordeste brasileiro é bastante recente, somente alcançando aquela região após contato com colonizadores europeus.
- E) apesar da grande quantidade de pinturas rupestres e oficinas líticas identificadas na área do Parque, até o momento não foram encontrados quaisquer sepultamentos no local.

5. (IBADE - Pref. Municipal de Vilhena-RO – Prof. De Geografia / 2019)

As expedições bandeirantes, ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, foram fundamentais para a expansão territorial da América Portuguesa. Ao mesmo tempo, os bandeirantes também foram responsáveis pela descoberta de diversas minas de metais preciosos, assim como pela escravização de milhares de indígenas. Assinale abaixo a opção que melhor descreve essas expedições.

- A) Embora tenham percorrido diversas rotas e caminhos antigamente utilizados pelos ameríndios, incorporando-os muitas vezes nas expedições, os bandeirantes evitavam se envolver em disputas entre tribos rivais
- B) As expedições bandeirantes tinham como foco somente o apresamento de indígenas e a busca por metais preciosos, evitando se envolver com questões administrativas coloniais, como a fundação de vilas e povoados
- C) Apesar dos diversos serviços prestados à Coroa Portuguesa desde o início da colonização, as expedições bandeirantes foram eventualmente consideradas ilegais, sendo muito de seus líderes executados no fim do século XVIII
- D) Ao contrário da visão tradicional, as Bandeiras eram majoritariamente compostas por indígenas ou mestiços, os quais utilizavam preferencialmente armas indígenas – como arcos e flechas e zarabatanas – devido ao seu menor tempo de recarga
- E) Devido à sua origem ibérica, região conhecida pela hidrografia deficiente, os bandeirantes pouco fizeram uso das rotas fluviais ameríndias, preferindo se deslocar pela costa atlântica

6. (IBADE - Pref. Municipal de Vilhena-RO – Prof. De Geografia / 2019)



Em 9 de julho de 2017, o Cais do Valongo recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, sendo considerado um dos poucos marcos físicos da chegada de milhares de negros escravizados às Américas. As práticas de aquisição e venda de escravos africanos, bem como seu papel enquanto base econômica dos sistemas coloniais europeus são processos fundamentais para a compreensão das sociedades americanas até os dias de hoje.

Com base no exposto, assinale abaixo a opção que melhor descreve aspectos da escravização africana no Brasil.

- A) Em geral, havia pouca variabilidade religiosa entre os africanos escravizados na América Portuguesa, razão pela qual o candomblé e a umbanda tornaram-se tão difundidos no período colonial
- B) O comércio atlântico de escravos teve seu auge em fins do século XIX, apesar dos diversos embargos comerciais empreendidos pelas frotas britânica e norte-americana
- C) A escravização de africanos no Brasil raramente gerava homogeneidades étnicas nas fazendas e vilas, deliberadamente dificultando o entendimento entre os vários grupos e evitando possíveis rebeliões
- D) Em geral, os africanos escravizados eram pouco utilizados nas regiões de mineração do Brasil Central, sendo privilegiada a mão-de-obra indígena nesses contextos
- E) A escravização de africanos se concentrou nas regiões mais meridionais da América Portuguesa, uma vez que lá estavam as capitanias hereditárias que demandavam mais mão de obra

7. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)



Vasco Fernandes, *Adoração dos Reis Magos*, 1501-1506 (detalhe)

O quadro acima representa a visita dos três reis magos ao menino Jesus, em que o indígena da costa brasileira é retratado como rei mago, inovando a tradicional cena do relato bíblico.

Sobre o projeto missionário português, assinale a afirmativa correta.

- A) Incorporou os nativos, a fim de universalizar a religião cristã.
- B) Segregou os indígenas, relegando sua evangelização a ordens religiosas.
- C) Converteu os indígenas, a partir de uma visão multiculturalista.
- D) Equiparou heresia e paganismo, para submeter os povos autóctones.
- E) Negou a humanidade dos nativos, em função de suas crenças politeístas.

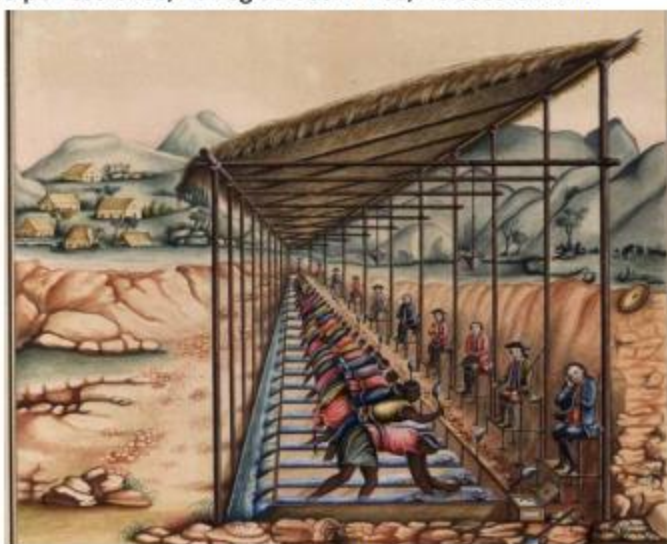
8. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)

Sobre a colonização portuguesa na América, no século XVII, assinale a afirmativa correta.

- A) A mão de obra comum a todo o território colonial era composta por africanos escravizados.
- B) Os senhores de engenho compunham o segmento mais abastado das regiões açucareiras.
- C) A exploração de mão de obra indígena havia sido extinta por pressão jesuítica.
- D) O caráter predatório da ocupação inviabilizou a diversificação do mercado interno.
- E) Os lavradores das minas investiam parte de seu capital na abertura de vias comerciais com a região do Prata.

9. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019)

A gravura a seguir exemplifica o trabalho de lavagem do cascalho, feito por escravos, na região das minas, no século XVIII.



A respeito da escravidão nas regiões mineradoras da América Portuguesa, analise as afirmativas a seguir.

I. Em Minas Gerais, a escravidão foi a principal forma de exploração de mão de obra, tanto nas lavras, como nas atividades urbanas, nos séculos XVII e XVIII.

II. As Minas Gerais apresentavam média menor de posse de cativos por proprietário do que as zonas açucareiras.

III. A região mineradora apresentava médias de alforria mais elevadas do que as verificadas, ao longo do século XVIII, em Pernambuco e Bahia.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Acerca do período colonial brasileiro, julgue os itens a seguir.

10. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A convergência entre a busca de mão de obra indígena e o interesse em localizar recursos minerais impulsionou a ação das entradas e bandeiras paulistas.

11. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A maioria dos escravos fugidos durante o período colonial se dirigiam para os quilombos, que eram distantes dos centros urbanos e isolados da sociedade colonial.

12. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

Os bantos eram conhecidos por seu domínio das técnicas de metalurgia, consideradas superiores às europeias.

13. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)



A vingança ocupava lugar central na organização dos povos tupis. A captura de prisioneiros que seriam devorados em cerimônias após conviverem com esses povos era a principal razão de suas incursões bélicas.

14. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

Calundus e batuques eram cerimônias religiosas protagonizadas por africanos escravizados e marcadas por atos de cura.

15. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

A colonização inicial da Capitania do Espírito Santo realizou-se em duas fases, pois:

A) Vasco Fernandes Coutinho fundou em 1535 o núcleo de povoamento que mais tarde ficaria conhecido como Vila Velha, abandonado após confrontos com colonos da Vila de Nossa Senhora da Vitória, fundada em 1561 por Duarte Lemos e nomeada capital em 1592.

B) Duarte Lemos fundou em 1535 a Vila de Nossa Senhora da Vitória, mas os colonos foram expulsos pelos índios tupinambás, e Vasco Fernandes Coutinho funda em 1561 novo povoamento conhecido inicialmente como Vila Nova e, em 1592, nova cabeça da capitania.

C) Vasco Fernandes Coutinho fundou em 1535 a Vila do Espírito Santo, mas abandonada após retorno do donatário a Portugal, Duarte Lemos fundou, em 1561, a Vila Nova, mais tarde nomeada Vila de Nossa Senhora da Vitória e, em 1592, capital da capitania.

D) Duarte Lemos fundou a Vila do Espírito Santo em 1535, mas conflitos em torno da escravização de nativos levou à expulsão dos jesuítas que, sob liderança de José de Anchieta, fundaram em 1561 a Vila de Nossa Senhora da Vitória, que em 1592 já era a principal da capitania.

E) Vasco Fernandes fundou a Vila de Nossa Senhora do Espírito Santo em 1535, mas logo foi morto por indígenas tupinambás, a capitania faliu e só voltou a ser ocupada quando Duarte Lemos fundou a Vila Nova da Vitória.

16. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

Leia o texto abaixo:

A certa altura, Milton Ohata (“O elo perdido da civilização brasileira”, *Novos Estudos*, nº59) estranha a inexistência da noção de pacto colonial no livro *O trato dos viventes* de Alencastro, que, a seu ver, “privilegia tão só a ‘autonomia’ do comércio bilateral e do colonato brasílico”. E se pergunta: “sendo a colônia ‘autônoma’ naquilo que lhe era imprescindível, por que motivo continuou durante tanto tempo, ligada à metrópole?”

(BICALHO, Fernanda B. *Monumenta Brasiliae: O Império Português no Atlântico Sul*. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 11, 2001, pp. 267- 273. [adaptado])



A historiografia brasileira atual tende a responder à questão colocada no texto observando que a ligação com a metrópole também se construía na:

- A) adesão aos valores católicos e ibéricos, que tendiam a igualar em direitos e deveres para com a Coroa portuguesa todos os súditos, fossem reinóis ou ultramarinos.
- B) manutenção de uma situação de dependência administrativa e intelectual, impedindo a abertura de imprensa e universidades e assim retardando o desenvolvimento social na América.
- C) supressão da atuação de vassallos ultramarinos em determinados cargos, instituições e esferas políticas, assegurando, ante aparente autonomia, o monopólio do mando à metrópole.
- D) concepção contratual ou pactícia, que não era estranha à teoria do direito ibérico no Antigo Regime, tampouco era estranha aos demais vassallos portugueses, reinóis e ultramarinos.
- E) formação de redes clientelares que expressariam uma dinâmica fundamentada em relações pessoais, familiares e societárias que, apesar de autônoma, ligava-se em última instância à metrópole.

17. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

Leia o texto e responda:

“Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos”.

(MOURA, Clóvis. Quilombos, Resistência ao Escravismo, São Paulo, Editora Ática, 1987, p.12-13).

Aponte a alternativa que melhor define conceitualmente os quilombos:

- A) uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para implementar uma outra estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura sócio-política.
- B) ajuntamento permanente de grande número de escravos fugidos em locais de difícil acesso, praticantes de hábitos sócio-culturais africanos, entre eles a escravização de outros negros.
- C) eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos.



D) foram embriões revolucionários em busca de uma mudança social, com o intuito de reformulação da ordem colonial e liberdade aos escravos africanos, ainda que não buscassem a independência.

E) povoamento de regiões inóspitas de ex-escravos, quase sempre de origens islâmicas, pois alfabetizados tiveram historicamente mais capacidade de se organizarem e resistirem.

18. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Trecho I

Tem o sertão do Piauí, pertencente à nova Matriz da Nossa Senhora da Vitória, quatro rios correntes, vinte riachos, com cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, à beira das quais estão 129 fazendas de gados, em que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. [...].

(CARVALHO, Pe. Miguel de. Descrição do Sertão do Piauí. Teresina: IHGPI, 1993.p.14)

Trecho II

[...]. Dasquelas 129 fazendas de gado e que se refere o Padre Carvalho, umas são administradas pelos próprios donos em sítios que arrendam a dez mil réis de foro cada um a Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, esta, no momento, representante dos Ávila. Outras (e entre estas, algumas eram de Mafrense) são administradas por vaqueiros [...].

(NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007, p, 100. v.1)

Com a leitura desses textos, conclui-se que

- A) predominou a presença de fazendeiros no processo de conquista e ocupação do Piauí, sendo o vaqueiro um elemento secundário.
- B) as fazendas de gado foram primordiais na ocupação do solo piauiense, tendo a mão de obra escrava indígena predominado na administração desse processo.
- C) o processo de povoamento do Piauí teve nas fazendas de gado o seu núcleo central e no vaqueiro o seu elemento primordial.
- D) a relação entre ambos os trechos permite concluir que tanto o elemento indígena, quanto o trabalho escravo negro foram primordiais na administração das primeiras fazendas de gado.
- E) a instalação das fazendas de gado estiveram condicionadas pela existência de núcleos populacionais e a facilidade de rios, riachos e outros cursos de águas.

19. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)



[...]. A Igreja recomendava aos pais batizar seus filhos assim que possível. O batismo de crianças livres ou escravas era ministrado por párocos ou capelães, sem delongas, para garantir aos inocentes que morressem a chance de ir direto ao Céu sem passar pelo Purgatório. Escravos adultos eram batizados em ritos extremamente sumários e, na maior parte, coletivos. Na intimidade, a preocupação com o crescimento dos filhos era recorrente. Testamentos feitos entre os séculos XVII e XVIII registram instantâneos de como se concebia a criação da prole: aos machos devia se ensinar a ler, escrever e contar. Às fêmeas, coser, lavar e os bons costumes; ambos deviam sempre ‘apartar-se do mal e chegar-se ao bem [...].

(PRIORE, Mary Del. Ritos da vida privada. p.276-330. In: SOUZA, Laura de Mello. (Orgs.). História da Vida Privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 311).

A privacidade na colônia era realizada mediante diversos ritos cotidianos que

A) seguiam as orientações da metrópole, a exemplo do respeito às tradições da Igreja Católica, que, ao estabelecer o batismo do escravo e sua posterior aceitação da fé, dotava-o de condições diferenciadas no universo colonial.

B) estão evidenciados no papel atribuído à mulher nesse ambiente, tida como responsável pelo controle do lar, educação dos filhos e auxiliar do cônjuge nas questões de interesse público.

C) permitiam aos habitantes da colônia, independente de sexo ou condição jurídica, aprender a ler, escrever e a contar, além de desenvolver bons costumes como rezar antes das refeições, toda manhã e à noite.

D) pontuavam o curso regular das coisas cotidianas, o fundo permanente de pequenos e grandes acontecimentos diários, produzindo o tecido mesmo de existência humana daquela sociedade colonial.

E) colocavam o batismo como um sacramento que protegia a criança colonial do universo do mal, ou seja, no caso de morte ela era guiada direta ao céu, rito frequente apenas em áreas da grande lavoura.

20. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue, e, se mandava pedir as coisas e outras às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nestas terras andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.

(SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil: 1500-1627. Livro I, cap.II, p.42-3, NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.14).

As condições de privacidade na colônia eram marcadas



- A) pela ausência de empecilhos à sua constituição, haja vista a preocupação das autoridades portuguesas em estabelecer, por decreto, uma clara distinção entre esfera pública e esfera privada.
- B) por uma absorção da esfera privada pela esfera pública, em decorrência da baixa expressividade que os núcleos familiares possuíam no processo de produção e circulação de bens.
- C) pela grande diversidade quanto às suas formas de manifestação, tendo em vista a proliferação dos espaços públicos de sociabilidades, em detrimento dos espaços privados de convivência.
- D) por uma absorção da esfera pública pela esfera privada, como resultado da política de estatização dos espaços de satisfação das necessidades do consumo privado de bens e serviços.
- E) pela imbricação entre as esferas do público e do privado, que contribuía para a atribuição de funções de utilidade pública à esfera privada, nos arranjos de sociabilidades desenvolvidos entre os diferentes sujeitos.

21. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

[...]. A história da família de elite no Piauí Colonial apresenta estreita relação com a luta pela hegemonia do poder travada a partir das primeiras décadas do século XVIII. Esta relação entre as estruturas familiares e de poder decorreu da contemporaneidade existente entre o processo de formação das famílias e o da estrutura político-administrativa da Capitania do Piauí. Contudo, além desta concomitância, a profunda correlação entre os referidos processos foi determinada pela coincidência dos interesses políticos da Metrópole e dos grupos que formaram a base local da estrutura de poder no Piauí. [...].

(BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder. Teresina: FCMC, 1995.p.290).

A abordagem da historiadora Tanya Brandão sobre a formação da elite colonial no Piauí evidencia que

- A) as lutas familiares foram importantes na consolidação do poder, porém esses atritos provocaram o abandono das propriedades por seus senhores, facilitando o maior controle da capitania pela metrópole.
- B) a influência política das elites foi determinada pela união estabelecida entre os grupos de famílias, que se fortaleceram por laços de parentesco, casamentos e fidelidades, orientando o processo de organização administrativa da capitania.
- C) na formação do poder colonial piauiense, a estruturação de extensas famílias fragilizou a elite local, ao promover uma pulverização da parentela, que enfraquecia a centralização do núcleo familiar.



D) desde o início da colonização, a formação da elite colonial piauiense ajustou-se ao domínio metropolitano, pois os condicionantes internos favoreceram o controle dos poderes locais pela Coroa.

E) a formação do poder familiar colonial é posterior ao processo de organização político-administrativa da capitania. Portanto, não se constituiu como elemento dificultador do controle da colônia pela metrópole.

22. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Móbil, instável, e mais ainda dispersa, a população na Colônia devia provavelmente angustiar-se diante da dificuldade de sedimentar laços primários. E note-se que essa dispersão decorre diretamente dos mecanismos básicos da colonização de tipo plantation.

(NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. IN: NOVAIS, Fernando A. (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.21)

A relação mencionada no texto resulta

A) da interiorização do processo de ocupação do território colonial, estimulada pela economia açucareira, que motivou o desenvolvimento de intensas redes internas de trocas comerciais.

B) da homogênea distribuição da população na área litorânea, possibilitada pelo cultivo da cana-de-açúcar, em detrimento das demais regiões do interior do território colonial.

C) de um quadro econômico no qual a adoção da mão de obra escrava de origem africana contribuiu para um esvaziamento demográfico do território, na medida em que desestimulou fluxos migratórios.

D) da distribuição irregular da população pelo território colonial, em função da tendência à maior concentração demográfica nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar, que representava uma atividade capaz de reproduzir-se multissecularmente.

E) do caráter não itinerante da ocupação, já que o cultivo da cana-de-açúcar não apresentava natureza predatória, mas estimulava uma rede de relações comerciais que se expandia por todo o território colonial.

23. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

A diversidade foi a principal característica do comércio na América Portuguesa o que gerou um amplo espectro de tipos de comerciantes, de atividades e de estabelecimentos. Os comerciantes compunham, portanto, uma camada heterogênea [...].

(VENÂNCIO, Renato Pinto e FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, tratantes e mascates. In: DEL PRIORE, Mary. Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: 2000, p.95)



Um fator que explica a diversidade da camada dos comerciantes na América Portuguesa está associado

- A) à intensidade das atividades de troca entre a colônia e diversas outras regiões da América e Europa, motivadas pelo Pacto Colonial.
- B) ao circuito de trocas internas, geralmente praticadas de forma ilegal, que contribuía para integrar diferentes regiões da colônia.
- C) ao processo de integração territorial da colônia, propiciado pelas medidas desenvolvimentistas adotadas pela metrópole no século XVII.
- D) às medidas administrativas de estímulo à produção e ao comércio na colônia, adotadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII.
- E) ao impacto positivo, exercido pelas revoluções atlânticas do século XVIII, sobre as atividades de trocas praticadas no interior da colônia.

24. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Há muito que a posição geográfica do Piauí havia despertado atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. Prevendo que a independência do Brasil seria apenas uma questão de tempo, é opinião de abalizados historiadores que o governo português planejara ficar com uma parte para ele, isto é, o norte, recriando o Estado do Maranhão que compreenderia as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí.

(MONSENHOR CHAVES, Obra Completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, p. 266)

No processo de independência do Brasil, o domínio do território piauiense era estratégico, pois

- A) sua posição geográfica favorecia a navegação do norte para Portugal, reduzindo o tempo de viagem em relação à saída pelo Pará ou Pernambuco. Porém, a rota encontrava obstáculos nos ventos contrários e/ou nas calmarias das viagens por mar para a Europa.
- B) tinha uma comunicação direta por terra com o Ceará, a Bahia e com Pernambuco, onde os movimentos de independência estavam muito fortes. Sendo o Piauí um fornecedor de carnes, para essas Províncias, dominá-lo era estratégico para contenção dos grupos rebeldes.
- C) em Parnaíba existia uma fábrica de pólvora, produzida de contrabando, que poderia ser utilizada para abastecer a resistência do norte, caso fosse necessário o enfrentamento do movimento pró-independência nessa parte do Brasil.
- D) a província estava tranquila, sem a penetração de ecos do que acontecia lá fora. A população letrada defendia fortemente a Constituição portuguesa, sem ocorrência de fatos subversivos.
- E) as rendas nacionais da Província, obtidas nas exportações do algodão, couro de sola, carne verde e frutos do mar representavam grande numerário para a Coroa, pois, sendo cobradas



de forma rigorosa, davam-lhe uma renda líquida correspondente a 80% do rendimento bruto.

25. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

O corpo escravo se constitui assim como o horizonte fantasmático universal das relações sociais, como se o colonizador tivesse conseguido instaurar sua exploração do corpo da terra como metáfora última das relações sociais. E, de fato, o corpo escravo é onipresente. Os jornais nos falam regularmente da escravatura que ainda existe e que a polícia persegue. E há aquela que a polícia não persegue. Um mal-estar permanente nas classes privilegiadas, com relação às condições de indigência de uma grande parte da população, manifesta o sentimento de que algo, no vínculo empregatício, ainda participe ou possa participar da escravatura.

(CALLIGARIS, Contardo. Hello, Brasil! – psicanálise da estranha civilização brasileira. São Paulo: Três Estrelas, 2017)

O texto conduz o leitor a uma reflexão em torno

- A) da persistência da escravidão como instituição organizadora das relações sociais e, mais especificamente, das relações de trabalho no Brasil.
- B) da persistência da escravidão como elemento significativo de valores que norteiam formas de relacionamento que se verificam, por exemplo, no mundo do trabalho.
- C) do processo de superação da escravidão como modelo assumido pelas relações sociais em geral e pelas relações de trabalho em particular.
- D) da persistência da escravidão como modelo das relações de trabalho em geral, assim como importante significativo de outras formas assumidas pelas relações sociais.
- E) do gradual processo de superação da escravidão nas relações de trabalho, assim como nas relações sociais de forma geral.

26. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“As infundáveis leis sobre as aldeias, bem como as intensas disputas em torno delas, revelam, além de sua importância, o considerável interesse que despertavam nos diferentes agentes sociais da colônia. Índios, colonos, missionários e autoridades locais e metropolitanas enfrentavam-se na legislação e na prática por questões relativas à realização de suas expectativas quanto à formação e ao funcionamento das aldeias. A rica documentação sobre essas disputas permite perceber que elas tinham diferentes funções e significados para os vários grupos nelas envolvidos”.

ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.



Após a leitura do fragmento acima, o professor pede aos educandos que montem um quadro com os possíveis interesses da Coroa, dos colonos e dos missionários, sobre os índios no período colonial. Acertaram aqueles alunos que indicaram os seguintes fatores, respectivamente:

- A) preservação do território; uso da mão-de-obra compulsória; catequização por meio da missionação.
- B) aumento do número de súditos; uso de mão de obra livre; extirpação da idolatria e controle sexual.
- C) pagamento de impostos; uso da mão-de-obra escravizada; uso exclusivo de sua força de trabalho.
- D) escravidão; uso de mão de obra compulsória; liberdade dos índios.

27. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“A partir de fins do século XVI a Coroa aprende a fazer os rios coloniais correrem para o mar metropolitano; os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol. Só assim podem se coordenar e se completar a dominação colonial e a exploração colonial. [...] Já no século XVII, o tráfico atlântico de africanos modifica de maneira contraditória o sistema colonial, e os interesses lusobrasileiros ou, melhor dizendo, brasílicos, se cristalizam nas áreas escravistas sul-americanas e nos portos africanos de trato [...] carreiras bilaterais vinculam diretamente o Brasil à África Ocidental”.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.(adaptado).

Conforme o entendimento do autor citado, é correto afirmar que:

- A) a colonização portuguesa promoveu relações comerciais exclusivas entre as colônias e a metrópole, inviabilizando, a um só tempo, tanto o comércio com outros reinos europeus concorrentes e, por extensão, seus respectivos espaços ultramarinos, como também as trocas com outras colônias portuguesas.
- B) a América portuguesa formou-se sob a lógica conhecida como “Antigo Regime nos Trópicos”, na qual os pactos políticos e as redes clientelares eram os pilares de uma hierarquia social costumeira construída pela interação de agentes sociais coevos que tinham o rei português como cabeça de toda a sociedade.
- C) a exploração aurífera na região das Minas criou uma sociedade mais dinâmica que promovia tanto o escalonamento social fruto da riqueza (e não do “privilégio” ou do “costume”), como sua acelerada monetarização e mercantilização, sendo, por isso, frequentemente associada à formação da elite brasileira.



D) a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista, situada no litoral da América do Sul, e uma zona de reprodução de escravos, centrada em Angola, ambas se complementam num só sistema de exploração colonial.

28. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“Talvez o segredo da integridade do Império português após a Restauração (1640) ou a possibilidade desse imenso território, com a sua diminuta população, ter se mantido sob o manto da monarquia brigantina sem se desintegrar, tenha sido a natureza política dessa mesma monarquia: polissinodal e corporativista.”

João Fragoso. ‘Introdução’ In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). O Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 1 (adaptado)

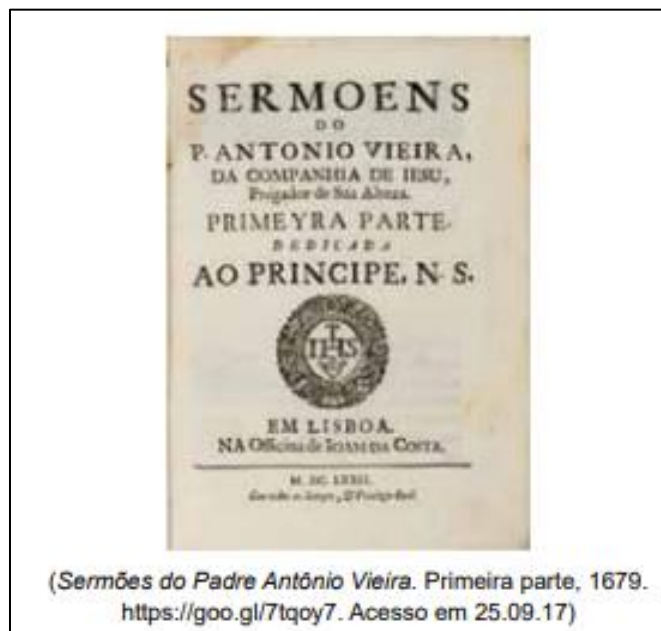
Segundo o autor citado, América portuguesa foi possível pela combinação de três fatores, dentre os quais, NÃO se inclui o seguinte fator:

- A) A vinculação e o compromisso do governo-geral, com sede em Salvador, qual o exclusivo metropolitano e acumulação primitiva de capital.
- B) A ideia de autogoverno dos municípios como base da organização política das comunidades do Antigo Regime luso.
- C) A disciplina e a obediência introjetadas pelas práticas católicas naquelas mais de 35 mil pessoas diante da monarquia e Deus.
- D) O sentimento de pertencimento daquela população à monarquia católica, via relações pessoais (sistema de mercês).

29. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017)

Observe a imagem a seguir.





O Padre Antônio Vieira fez parte do esforço missionário jesuíta na América, que via a catequese como fundamental em um contexto de:

- A) ampliação das atividades econômicas agroexportadoras na América portuguesa, o que tornou a cristianização de povos indígenas parte fundamental na arregimentação de mão de obra escravizada para o trabalho nos engenhos coloniais.
- B) intensificação do processo de interiorização da presença portuguesa na América do Sul, o que fortaleceu a aliança entre jesuítas e bandeirantes, com o objetivo de dominarem os nativos e ampliarem as possessões portuguesas no continente.
- C) refluxo da Igreja Católica na Europa por conta das Reformas protestantes, o que levou alguns jesuítas a se aproximarem das línguas nativas para cristianizarem os ameríndios com o objetivo de conquistar novos fiéis para a Igreja.
- D) aprofundamento das disputas e conflitos entre a Coroa Portuguesa e os jesuítas, o que resultaria, poucos anos depois, na expulsão da Companhia de Jesus da América devido aos enclaves autônomos das missões no continente.
- E) disputa entre as Coroas Espanhola e Portuguesa pelas terras da América do Sul, de tal forma que os jesuítas se constituíram como aliados estratégicos dos portugueses na ampliação dos seus domínios territoriais coloniais.

30. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017)

Observe a imagem a seguir





A obra de Victor Meirelles, realizada à época do Império de D. Pedro II, tem o seu contexto de produção associado à dedicação de vários membros da Academia Imperial de Belas Artes à representação de momentos importantes da política e da história nacional, com vistas a desenvolver um sentimento ufanista.

Essa obra busca representar o descobrimento:

A) como um encontro pacífico e ordenado de raças, com a Igreja e o Estado ao centro e os indígenas curiosos e passivos, de forma a silenciar sobre os conflitos do passado e do presente, tais como a invasão e o genocídio indígena do século XVI e a escravidão negra do século XIX.

B) de maneira apologética, de forma a conferir legitimidade à presença portuguesa na América, com o objetivo de justificar, em pleno século XIX, a guerra levada adiante pelo Brasil contra o Paraguai, evidenciando a pretensão brasileira de se constituir como potência hegemônica no Cone Sul.

C) como uma projeção pretérita da importância das elites de grandes proprietários do século XIX, ressaltando, com isso, o projeto dessas oligarquias em relação à derrubada da monarquia e ao estabelecimento de uma República que contemplasse os interesses das várias regiões do país.

D) de modo laudatório, ressaltando o papel essencial da Igreja e dos bandeirantes no processo de colonização do Brasil, o que ensejaria, no século XIX, o desejo da aristocracia rural do Nordeste de se afirmar como grupo social político e economicamente hegemônico no Império.

E) de forma crítica, ressaltando o caráter violento da conquista portuguesa e da ação da Igreja Católica, com o objetivo de denunciar as marcas de violência ainda presentes na sociedade imperial, tais como a escravização de negros africanos e a exploração de imigrantes italianos.

31. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.

(Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil. Adaptado).

O “meio rural e patriarcal” a que se refere o trecho está relacionado:

A) à exploração das drogas do sertão no vale amazônico, em que os comandantes das expedições de extrativismo cumpriam o papel simultâneo de autoridades públicas e agentes comerciais.

B) à interiorização da ocupação no vale do Rio São Francisco, graças à expansão da pecuária que abastecia os engenhos da zona da mata, centrada na figura dos vaqueiros.

C) à produção de açúcar no engenho, no qual se constituíram relações sociais marcadas pela escravidão e pelo convívio familiar, organizadas em torno da autoridade do senhor.

D) ao bandeirantismo, em que os bandeirantes portugueses exerciam o poder sobre uma vasta população de negros, índios e mestiços que adentravam o continente em busca de ouro.

E) às missões jesuíticas, em que os jesuítas escravizavam povos indígenas com o objetivo de explorar a sua mão de obra para fins comerciais relacionados à monocultura exportadora.

32. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

Certa vez, um velho Tupinambá me perguntou: “Por que vocês, mairs [franceses] e perós [portugueses], vêm de tão longe para buscar lenha? Por acaso não existem árvores na sua terra?” Respondi que sim, que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não as queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir. “E precisam de tanta assim?”, retrucou o velho Tupinambá. “Sim”, respondi, “pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que se possa imaginar, e um só deles compra todo o pau-brasil que possamos carregar.” “Ah!”, tornou a retrucar o selvagem. “Você me conta maravilhas. Mas me diga: esse homem tão rico de quem você me fala, não morre?” “Sim”, disse eu, “morre como os outros”. Aqueles selvagens são grandes debatedores e gostam de ir ao fim em qualquer assunto. Por isso, o velho indígena me inquireu outra vez: “E quando morrem os ricos, para quem fica o que deixam?” “Para seus filhos, se os têm”, respondi. “Na falta destes, para os irmãos e parentes próximos.” “Bem vejo agora que vocês, mairs, são mesmo uns grandes tolos. Sofrem tanto para cruzar o mar, suportando todas as privações e incômodos dos quais sempre falam quando aqui chegam, e trabalham dessa maneira apenas para amontoar riquezas para seus



filhos ou para aqueles que vão sucedê-los? A terra que os alimenta não será por acaso suficiente para alimentar a eles? Nós também temos filhos a quem amamos. Mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu nutrirá também a eles. Por isso, descansamos sem maiores preocupações.”

(BUENO, Eduardo. Pau Brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002).

O diálogo entre o pastor calvinista Jean de Léry (1534-1611) e o velho Tupinambá, travado em algum momento da estada de Léry no Rio de Janeiro, entre março de 1557 e janeiro de 1558, é revelador

A) da aliança entre portugueses e franceses no Atlântico sul, o que permitiu aos dois países explorarem conjuntamente as riquezas da América e, ao mesmo tempo, isolarem os espanhóis na porção mais ocidental do continente.

B) da necessidade que Portugal tinha em exigir do papado um posicionamento favorável à partilha das terras “recém- descobertas e por descobrir” apenas entre portugueses e espanhóis, o que só aconteceu no final do século XVII.

C) do permanente conflito ocorrido entre os povos nativos da América e os colonizadores europeus, que não conseguiram estabelecer nenhuma forma de diálogo com os povos indígenas e participaram de constantes guerras de extermínio.

D) da importância econômica que o pau-brasil tinha para os europeus no início da colonização e das intensas disputas entre portugueses e franceses pelas terras da América do Sul no século XVI, há pouco descobertas pela Coroa Portuguesa.

E) da proximidade de pensamento entre os povos indígenas e os franceses, em geral mais respeitosos na relação com a natureza e com os nativos da América do que os portugueses, responsáveis por uma prática econômica predatória.

33. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Observe as imagens para responder à questão.



Cacau, Guaraná e Castanha-do-pará: forte ligação com a História do Brasil.

Os três produtos representados nas imagens estiveram relacionados à interiorização da colonização, principalmente entre os séculos XVII e XVIII. O processo histórico que explica essa relação é:

- A) a tentativa da Coroa Portuguesa de cultivar tais produtos na região do Maranhão e Grão-Pará, para garantir a Portugal a ocupação de um território historicamente pouco habitado.
- B) a instalação de missões jesuíticas no atual sul do Brasil, o que garantiu a Portugal a posse sobre algumas terras que até então estavam sob o controle da Coroa Espanhola.
- C) o movimento de conquista e desbravamento do interior do Nordeste por vaqueiros e pecuaristas, que cuidavam do gado ao mesmo tempo em que procuravam tais produtos.
- D) a busca incessante dos bandeirantes por algumas riquezas no interior do país, entre as quais as “especiarias tropicais”, mais valorizadas no comércio internacional do que o próprio ouro.
- E) a exploração das drogas do sertão ao longo do vale amazônico tanto por jesuítas, preocupados também com a catequização dos indígenas, quanto por colonos.

34. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Para responder à questão, leia um trecho adaptado de uma entrevista concedida pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello ao Jornal do Commercio, de Recife, em 22 de janeiro de 2008, por ocasião do bicentenário da chegada da família real ao Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental.

JORNAL DO COMMERCIO – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para o Nordeste?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto, segundo, houve a espoliação das províncias promovida pela família real, em terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas.

Entre as reações à política estabelecida pela família real, é possível citar:

- A) a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, que questionavam a espoliação fiscal e a centralização do poder promovidas pelo Rio de Janeiro, capital do Império Português a partir de 1808 e, depois de 1822, capital do Império do Brasil.



B) o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-38), ambos na Bahia, que questionavam de forma radical a ordem escravista e colocavam em xeque o poder dos grandes proprietários da região, tendo obtido, nos dois casos, apoio massivo de escravos e ex-escravos.

C) a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a Balaiada (1838- 1841), no Maranhão, que objetivavam estabelecer, no Brasil, uma república jacobina nos moldes da república existente na França, na tentativa de radicalizar as lutas sociais existentes no período regencial.

D) a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, que tinham como princípio político fundamental a defesa do separatismo e da formação de repúblicas democráticas em que não haveria escravidão.

E) o Golpe da Maioridade (1840) e a Política de Conciliação (1850-1870), que buscavam romper com a herança política de D. João VI e D. Pedro I a partir de uma proposta de implementar no Brasil o federalismo, que descentralizava o poder e garantia autonomia às províncias.

35. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

A exaltação dos bandeirantes, em São Paulo, está presente na nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos. Monumentos que vão desde a bela obra do escultor Brecheret junto ao Parque Ibirapuera até o assustador Borba Gato, gigante de botas plantado no bairro de Santo Amaro. A estátua, aliás, é muito pouco realista, pois existem boas indicações de que muitos bandeirantes marchavam descalços.

(Bóris Fausto, História do Brasil)

A exaltação dos bandeirantes descrita costuma omitir, mascarar e esconder algumas das suas atividades. Trata-se de uma tentativa de esquecer e apagar da História algumas ações não tão nobres dos bandeirantes, tais como

- A) a descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais.
- B) a contribuição para a extensão territorial do Brasil.
- C) o trabalho relacionado à produção de açúcar.
- D) a contribuição com os jesuítas na catequização de indígenas.
- E) o combate e a repressão aos quilombos.

36. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011)

O principal motivo da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, foi impedir que os espanhóis tomassem a região e chegassem a Goiás e Minas Gerais. Era a época em que Portugal e Espanha discutiam as cláusulas do Tratado de Madri, finalmente assinado em 1750, que fixou os contornos aproximados da atual fronteira brasileira, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494).



(Masilia Aparecida da Silva Gomes. Comer, beber, governar. In Revista de História da Biblioteca Nacional, set. de 2010, n.º 60.)

A expansão territorial da América portuguesa teve relação com

- A) as colônias de povoamento do sul e a cafeicultura.
- B) a produção de algodão e as oficinas de artesanato.
- C) as missões jesuíticas e a mineração.
- D) a produção de tabaco em São Paulo e os desterrados portugueses.
- E) as manufaturas e as feitorias do nordeste.

37. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

O vozerio interrompido e sempre repetido com que os negros levam de um lado para o outro cargas sobre varas, o chiado de um tosco carro de bois de duas rodas, em que as mercadorias são conduzidas pela cidade, os frequentes tiros de canhão dos castelos e dos navios de todos os países do mundo que entram e o estrondo de foguetes com que os habitantes quase que diariamente e já pela manhã festejam os dias santos, confundem-se num estardalhaço ensurdecedor.

(J. B. Spix e C. F. P. von Martius. Viagem pelo Brasil, 1817-1820).

O texto, relativo à cidade do Rio de Janeiro no final da segunda década do século XIX, faz referência:

- A) ao pacto colonial e à sua estreita dependência em relação a Portugal.
- B) à crise causada pelo Bloqueio Continental, decretado por Napoleão.
- C) à importância do comércio na cidade, que abrigava a Corte portuguesa.
- D) ao crescimento das importações, incentivadas pelos lucros da mineração.
- E) à transformação da cidade em um centro produtor de manufaturas.

38. (VUNESP/PM-SP/2011 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

Leia as assertivas sobre o Brasil colonial.

- I. A opção portuguesa pela produção açucareira esteve relacionada com o fato de os portugueses não encontrarem, no século XVI, metais e pedras preciosas no litoral.
- II. A questão da escravização dos indígenas gerou uma série de conflitos entre os colonos e os jesuítas.
- III. Durante todo o período colonial, as autoridades portuguesas permitiram apenas a entrada de escravos originários da região de Moçambique.



IV. O “exclusivo metropolitano” obrigava o colono do Brasil a comercializar apenas com Portugal.

V. Um efeito importante da exploração de ouro em Minas Gerais foi a formação de um mercado interno.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II, IV e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

39. (VUNESP/PM-SP/2014 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

A economia colonial brasileira baseou-se na:

- A) grande lavoura mercantil, na monocultura e no trabalho escravo.
- B) exploração de minério e na utilização de mão de obra indígena.
- C) pecuária extensiva conduzida por imigrantes portugueses.
- D) exploração madeireira das florestas e no trabalho escravo.
- E) monocultura com utilização de trabalho livre.

40. (VUNESP/PM-SP/2007 – SOLDADO 2ª CLASSE)

Considere o mapa.



(Divalte Garcia Figueira, *História*)



Os limites do Estado Brasileiro foram definidos, em grande parte, no período da dominação portuguesa, como é possível observar no mapa. Com base no princípio de que “quem possui de fato, deve possuir de direito”, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que garantiu a Portugal o direito sobre terras que até então estavam sob o domínio espanhol.

As ações dos portugueses, que os levaram a possuir de fato essas terras, foram, entre outras:

- A) a expansão cafeeira e a formação dos quilombos na região do Nordeste da colônia.
- B) a ação dos jesuítas nas guerras guaraníticas e a extração desenfreada do pau-brasil.
- C) a formação das capitanias hereditárias e a exploração do tabaco e do algodão.
- D) o plantio e a fabricação da cana-de-açúcar e a expansão da atividade pecuária.
- E) a exploração das riquezas minerais e a captura dos índios pelos bandeirantes.

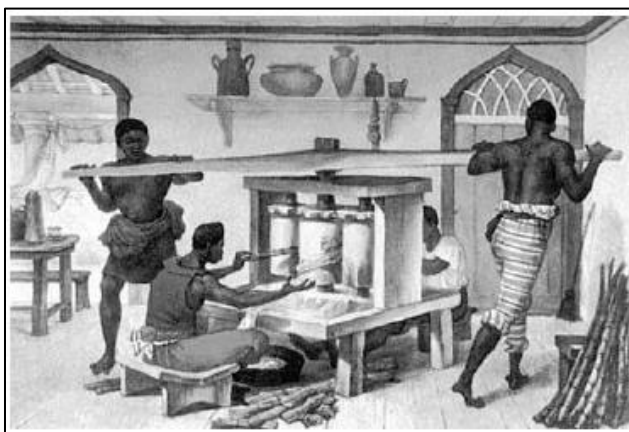
41.(VUNESP/PM-SP/2011 – SOLDADO - SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO)

Foram características dominantes no Nordeste açucareiro, durante o Brasil colonial, a:

- A) intensa vida urbana e a policultura de exportação.
- B) posse comunitária da terra e a servidão indígena.
- C) enorme chance de mobilidade social e o minifúndio.
- D) produção para o mercado interno e o trabalho familiar.
- E) grande propriedade rural e a mão de obra escrava.

42. (VUNESP/PM-SP/2012 – SOLDADO - SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO)

Observe a imagem.



(www.brasiliana.usp.br)

A ilustração de Jean-Baptiste Debret pode ser associada, no Brasil colonial:

- A) ao fim da escravidão.
- B) à produção de açúcar.

- C) ao crescimento urbano.
- D) à extração de ouro.
- E) ao trabalho assalariado.

43. (VUNESP/PM-SP/2010 – OFICIAL ADMINISTRATIVO)

Sobre o processo de colonização do Brasil, é correto afirmar que:

- A) a principal tarefa do espaço colonial era o de fornecer para a metrópole riquezas materiais, como os escravos indígenas e as pequenas manufaturas.
- B) a metrópole incentivava o livre comércio da colônia com as nações europeias e os colonos tinham plena autonomia para escravizar os indígenas.
- C) a colônia, produtora de matérias-primas, de gêneros tropicais e consumidora de manufaturados metropolitanos, estava submetida ao monopólio comercial da metrópole.
- D) o pacto colonial instituiu relações econômicas igualitárias entre a colônia e a metrópole, o que garantiu um forte desenvolvimento manufatureiro na colônia.
- E) o exclusivo metropolitano assegurava para o espaço colonial liberdade política e religiosa, além de incentivar a utilização de mão de obra livre na colônia.

Leia o texto abaixo.

Com a capitulação dos holandeses em 1654, os negros palmarinos continuaram a desafiar o poder colonial. Nos anos de 1670, duas expedições contra Palmares não cantaram vitória: a de 1675, chefiada pelo capitão Manoel Lopes Galvão, e a de 1677, comandada pelo capitão Fernão Carrilho, que pensou ter derrotado os negros, quando na verdade apenas pôs as mãos em alguns palmarinos, entre eles os parentes do chefe Ganga-Zumba.

Palmares entre sangue e fogo desde 1602, Flavio José Gomes Cabral. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/flavio-jose-gomes-cabral>). Acesso em 11/04/2016.

44. (SEDUC-CE / 2016)

Analise as proposições abaixo.

- I. Nos quilombos (geralmente localizados em lugares de difícil acesso), os escravos viviam em liberdade, produziam seus alimentos, fabricavam roupas, móveis e instrumentos de trabalho, cultivavam também as crenças, as tradições e os costumes africanos. O adultério, o roubo e o homicídio eram punidos com a pena de morte.
- II. Os quilombos estavam espalhados em todo o território colonial, porém, a falta de registros impede que estudiosos descubram mais detalhes sobre eles. Mesmo assim, ainda encontramos comunidades remanescentes de antigos quilombos no interior do Brasil.



III. O mais famoso de todos os quilombos chamava-se Palmares e ficava em Alagoas. Esse quilombo possuía aproximadamente 20 ou 30 mil habitantes. Dentre os seus líderes destacava-se Zumbi.

IV. Durante o século XVII, vários governos (portugueses e holandeses) quiseram destruir o quilombo dos Palmares. Foram várias tentativas, em 80 anos de conflito, mas Palmares resistia bravamente e chegou a derrotar cerca de 30 expedições enviadas.

São verdadeiras as proposições:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

45. (FATEC 2015)

De acordo com o historiador Stuart B. Schwarcz, durante o período da colonização, havia um ditado popular que dizia: “Sem açúcar, não há Brasil; sem a escravidão, não há açúcar; sem Angola, não há escravos”.

(<http://tinyurl.com/njyvll6> Acesso em: 30.06.2014.)

Esse ditado traz elementos que permitem concluir que a organização colonial

- A) dependia da produção de açúcar para exportação, produzido com trabalho de escravos.
- B) era baseada na policultura de subsistência, para alimentar a grande população escrava.
- C) utilizava-se do trabalho escravo, para garantir a produção de gêneros industrializados.
- D) desenvolvia a economia do Brasil e de Angola, pois ambos dividiam os lucros do açúcar.
- E) era baseada no trabalho assalariado, porém utilizava escravos nas atividades domésticas.

46. (FATEC 2012)

"Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda."

(ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 89.)

No trecho citado, parte de uma obra publicada em 1711, o jesuíta Antonil:

- A) torna evidente que o trabalho escravo constituiu a base da exploração econômica em setores essenciais da economia colonial.
- B) fornece argumentos para o combate movido pela Igreja contra a escravização de indígenas e africanos nos domínios coloniais portugueses.



- C) explica por que a escravidão foi importante no empreendimento açucareiro, mas teve papel secundário e marginal na exploração mineradora.
- D) justifica a brandura da escravidão no Brasil e sugere uma explicação para a “democracia racial” predominante na sociedade colonial brasileira.
- E) condena as tentativas de introduzir trabalhadores livres, trazidos da Europa, para substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café.

47. (UEPB 2014)

Considerando a realidade da América Portuguesa nas três primeiras décadas do século XVI, é correto afirmar:

- A) A expedição exploradora de Gaspar de Lemos, em 1501, implantou o sistema de Capitanias Hereditárias para garantir o desenvolvimento da cana de açúcar.
- B) A Coroa Portuguesa proibiu o estanco do pau-brasil, já que a madeira era contrabandeada por franceses e ingleses.
- C) As expedições de Cristovão Jackes, em 1516 e 1526 não tinham caráter militar, nem combateram estrangeiros. Tinham a função específica de reconhecer o território e implantar as feitorias.
- D) A atividade desenvolvida com autorização da Coroa Portuguesa foi a extração de pau-brasil, uma atividade nômade e predatória, que não tinha a finalidade de promover o povoamento.
- E) A mão de obra indígena foi pouco explorada e bastante valorizada pelos portugueses, que presenteavam os nativos com objetos de grande valor no mercado europeu.

48. (UFMG 2010)

Leia este trecho do documento:

Eu el-rei faço saber a vós [...] fidalgo de minha casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes [...]

É CORRETO afirmar que, nesse trecho de documento, se faz referência:

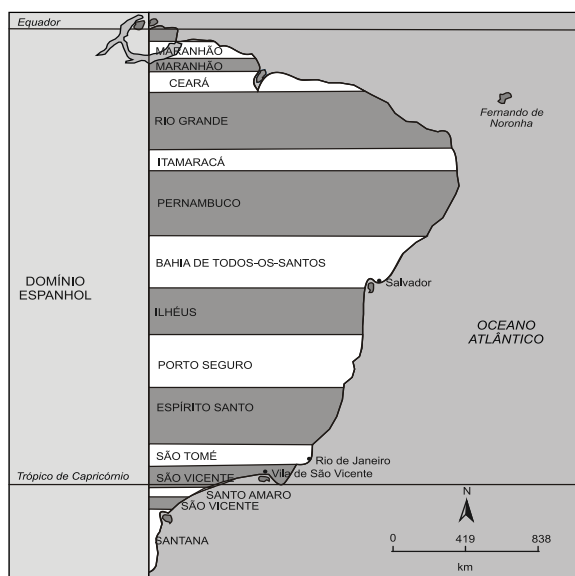
- A) à criação do Governo Geral, com sede na Bahia.
- B) à implantação do Vice-Reinado no Rio de Janeiro.
- C) à implementação da Capitania-sede em São Vicente.



D) ao estabelecimento de Capitânicas Hereditárias, no nordeste.

49. (UFTM 2012)

Observe o mapa.



O mapa faz alusão:

- A) ao Tratado de Madri, que dividiu as terras americanas entre Portugal e Espanha, colocando fim a décadas de disputas.
- B) à estratégia imaginada pelos portugueses para enfrentar o avanço dos franceses sobre suas terras na América.
- C) ao Tratado de Tordesilhas e ao sistema de capitânicas, doação hereditária feita pela coroa a colonos portugueses.
- D) à ação de Martim Afonso de Souza, encarregado de iniciar a colonização efetiva das terras brasileiras.
- E) ao sistema de sesmarias, utilizado pelos portugueses para garantir a posse da terra contra ameaças estrangeiras.

50. (VUNESP 2014)

Em 1534, a Coroa portuguesa estabeleceu o regime de capitânicas hereditárias no Brasil Colônia. Entre as funções dos donatários, podemos citar:

- A) a nomeação de funcionários e a representação diplomática.
- B) a erradicação de epidemias e o estímulo ao crescimento demográfico.
- C) a interação com os povos nativos e a repressão ao trabalho escravo.



D) a organização de entradas e bandeiras e o extermínio dos indígenas.

E) a fundação de vilas e cidades e a cobrança de impostos.

51.

Os vestígios dos povos Tupi-guarani encontram-se desde as Missões e o rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.

PROUS. A. *O Brasil antes dos brasileiros*. Rio de Janeiro: JorgeZahar. Editor, 2005.

Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiam de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se:

A) a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.

B) a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semissedentário de sua organização social.

C) a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.

D) o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.

E) o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

52. (FUVEST 2016)

Eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao estado e aumento dos senhorios de V. A. E tudo se encerrava em vós, Senhor, trabalhardes com modos honestos de fazer que esta gente não houvesse de entrar nem possuir coisa de vossas navegações, pelo grandíssimo dano que daí se podia seguir.

Serafim Leite. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, 1954.

O trecho acima foi extraído de uma carta dirigida pelo padre jesuíta Diogo de Gouveia ao Rei de Portugal D. João III, escrita em Paris, em 17/02/1538. Seu conteúdo mostra:



- A) a persistência dos ataques franceses contra a América, que Portugal vinha tentando colonizar de modo efetivo desde a adoção do sistema de capitanias hereditárias.
- B) os primórdios da aliança que logo se estabeleceria entre as Coroas de Portugal e da França e que visava a combater as pretensões expansionistas da Espanha na América.
- C) a preocupação dos jesuítas portugueses com a expansão de jesuítas franceses, que, no Brasil, vinham exercendo grande influência sobre as populações nativas.
- D) o projeto de expansão territorial português na Europa, o qual, na época da carta, visava à dominação de territórios franceses tanto na Europa quanto na América.
- E) a manifestação de um conflito entre a recém-criada ordem jesuíta e a Coroa portuguesa em torno do combate à pirataria francesa.

53.

Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

“Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro”, Bahia apud DEL PRIORE, M. *Festas e utopias no Brasil colonial*. In: CATELLI JR., R. *Um olhar sobre as festas populares brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de:

- A) exclusão social.
- B) imposição religiosa.
- C) acomodação política.
- D) supressão simbólica.
- E) ressignificação cultural.

54.

A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.

GÂNDAVO, P M.A *primeira historia do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (adaptado).



A observação do cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada, demonstra a:

- A) simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
- B) dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
- C) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- D) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- E) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

55.

Iniciou-se em 1903 a introdução de obras de arte com representações de bandeirantes no acervo do Museu Paulista, mediante a aquisição de uma tela que homenageava o sertanista que comandara a destruição do Quilombo de Palmares. Essa aquisição, viabilizada por verba estadual, foi simultânea à emergência de uma interpretação histórica que apontava o fenômeno do sertanismo paulista como o elo decisivo entre a trajetória territorial do Brasil e de São Paulo, concepção essa que se consolidaria entre os historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao longo das três primeiras décadas do século XX.

MARINS, P. c. G. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. *Revista do LEB*, n. 44, tev. 2007.

A prática governamental descrita no texto, com a escolha dos temas das obras, tinha como propósito a construção de uma memória que:

- A) afirmava a centralidade de um estado na política do país.
- B) resgatava a importância da resistência escrava na história brasileira.
- C) evidenciava a importância da produção artística no contexto regional.
- D) valorizava a saga histórica do povo na afirmação de uma memória social.
- E) destacava a presença do indígena no desbravamento do território colonial.

56.

TEXTO I

O príncipe D. João VI podia ter decidido ficar em Portugal. Nesse caso, o Brasil com certeza não existiria. A Colônia se fragmentaria, como se fragmentou a parte espanhola da América. Teríamos, em vez do Brasil de hoje, cinco ou seis países distintos. (José Murilo de Carvalho)

TEXTO II

Há no Brasil uma insistência em reforçar o lugar-comum segundo o qual foi D. João VI o responsável pela unidade do país. Isso não é verdade. A unidade do Brasil foi construída ao



longo do tempo e é, antes de tudo, uma fabricação da Coroa. A ideia de que era preciso fortalecer um Império com os territórios de Portugal e Brasil começou já no século XVIII. (Evaldo Cabral de Mello)

1808 – O primeiro ano do resto de nossas vidas. *Folha de S. Paulo*, 25 nov. 2007 (adaptado).

Em 2008, foi comemorado o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Nos textos, dois importantes historiadores brasileiros se posicionam diante de um dos possíveis legados desse episódio para a história do país. O legado discutido e um argumento que sustenta a diferença do primeiro ponto de vista para o segundo estão associados, respectivamente, em:

- A) Integridade territorial – Centralização da administração régia na Corte.
- B) Desigualdade social – Concentração da propriedade fundiária no campo.
- C) Homogeneidade intelectual – Difusão das ideias liberais nas universidades.
- D) Uniformidade cultural – Manutenção da mentalidade escravista nas fazendas.
- E) Continuidade espacial – Cooptação dos movimentos separatistas nas províncias.

57.

Os holandeses desembarcaram em Pernambuco no ano de 1630, em nome da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), e foram aos poucos ocupando a costa que ia da foz do Rio São Francisco ao Maranhão, no atual Nordeste brasileiro. Eles chegaram ao ponto de destruir Olinda, antiga sede da capitania de Duarte Coelho, para erguer no Recife uma pequena Amsterdã.

NASCIMENTO, R. L. X. A toque de caixas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 6, n. 70, jul. 2011.

Do ponto de vista econômico, as razões que levaram os holandeses a invadirem o nordeste da Colônia decorriam do fato de que essa região:

- A) era a mais importante área produtora de açúcar na América portuguesa.
- B) possuía as mais ricas matas de pau-brasil no litoral das Américas.
- C) contava com o porto mais estratégico para a navegação no Atlântico Sul.
- D) representava o principal entreposto de escravos africanos para as Américas.
- E) constituía um reduto de ricos comerciantes de açúcar de origem judaica.

58.

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português.



Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- A) incentivado o clamor popular por liberdade.
- B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

59.

Áreas em estabelecimento de atividades econômicas sempre se colocaram como grande chamariz. Foi assim no litoral nordestino, no início da colonização, com o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o fumo, as produções de alimentos e o comércio. O enriquecimento rápido exacerbou o espírito de aventura do homem moderno.

FARIAS, S. C. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (adaptado).

O processo descrito no texto trouxe como efeito o(a):

- A) acumulação de capitais na Colônia, propiciando a criação de um ambiente intelectual efervescente.
- B) surgimento de grandes cidades coloniais, voltadas para o comércio e com grande concentração monetária.
- C) concentração da população na região litorânea, pela facilidade de escoamento da produção.
- D) favorecimento dos naturais da Colônia na concessão de títulos de nobreza e fidalguia pela Monarquia.
- E) construção de relações de trabalho menos desiguais que as da Metrópole, inspiradas pelo empreendedorismo.

60.

Quando Deus confundiu as línguas na torre de Babel, ponderou Filo Hebreu que todos ficaram mudos e surdos, porque, ainda que todos falassem e todos ouvissem, nenhum entendia o outro. Na antiga Babel, houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas, já se conhecem mais de cento e cinquenta. E assim, quando lá chegamos, todos



nós somos mudos e todos eles, surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho serão necessários para que esses mudos falem e esses surdos ouçam.

VIEIRA, A. Sermões pregados no Brasil. In: RODRIGUES, J. H. *História viva*. São Paulo: Global, 1985 (adaptado).

No decorrer da colonização portuguesa na América, as tentativas de resolução do problema apontado pelo padre Antônio Vieira resultaram na:

- A) ampliação da violência nas guerras intertribais.
- B) desistência da evangelização dos povos nativos.
- C) indiferença dos jesuítas em relação à diversidade de línguas americanas.
- D) pressão da Metrópole pelo abandono da catequese nas regiões de difícil acesso.
- E) sistematização das línguas nativas numa estrutura gramatical facilitadora da catequese.

61.

O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos.

CALDEIRA, J. A nação mercantilista. São Paulo: Editora 34, 1999 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela:

- A) demarcação do território indígena.
- B) manutenção da organização familiar.
- C) valorização dos líderes religiosos indígenas.
- D) preservação do costume das moradias coletivas.
- E) comunicação pela língua geral baseada no tupi.

62.

De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de



muito bons ares [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente.

Carta de Pero Vaz de Caminha. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001.

A carta de Pero Vaz de Caminha permite entender o projeto colonizador para a nova terra. Nesse trecho, o relato enfatiza o seguinte objetivo:

- A) Valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.
- B) Descrever a cultura local para enaltecer a prosperidade portuguesa.
- C) Transmitir o conhecimento dos indígenas sobre o potencial econômico existente.
- D) Realçar a pobreza dos habitantes nativos para demarcar a superioridade europeia.
- E) Criticar o modo de vida dos povos autóctones para evidenciar a ausência de trabalho.

63.

Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem logo o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos; me pareceu que não tinham nenhuma religião. Eu, comprazendo a Nosso Senhor, levarei daqui, por ocasião de minha partida, seis deles para Vossas Majestades, para que aprendam a falar.

COLOMBO, C. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

O documento destaca um aspecto cultural relevante em torno da conquista da América, que se encontra expresso em:

- A) Deslumbramento do homem branco diante do comportamento exótico das tribos autóctones.
- B) Violência militarizada do europeu diante da necessidade de imposição de regras aos ameríndios.
- C) Cruzada civilizacional frente à tarefa de educar os povos nativos pelos parâmetros ocidentais.
- D) Comportamento caridoso dos governos europeus diante da receptividade das comunidades indígenas.
- E) Compromisso dos agentes religiosos diante da necessidade de respeitar a diversidade social dos índios.



64.

É preciso ressaltar que, de todas as capitanias brasileiras, Minas era a mais urbanizada. Não havia ali hegemonia de um ou dois grandes centros. A região era repleta de vilas e arraiais, grandes e pequenos, em cujas ruas muita gente circulava.

PAIVA, E. F. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

As regiões da América portuguesa tiveram distintas lógicas de ocupação. Uma explicação para a especificidade da região descrita no texto está identificada na:

- A) apropriação cultural diante das influências externas.
- B) produção manufatureira diante do exclusivo comercial.
- C) insubordinação religiosa diante da hierarquia eclesiástica.
- D) fiscalização estatal diante das particularidades econômicas.
- E) autonomia administrativa diante das instituições metropolitanas.

65.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995 (fragmento).

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da presença da Corte estavam limitadas à superfície das estruturas sociais porque

- A) a pujança do desenvolvimento comercial e industrial retirava da agricultura de exportação a posição de atividade econômica central na Colônia.
- B) a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novos hábitos conviviam com a exploração do trabalho escravo.
- C) a emergência das práticas liberais, com a abertura dos portos, impedia uma renovação política em prol da formação de uma sociedade menos desigual.
- D) a integração das elites políticas regionais, sob a liderança do Rio de Janeiro, ensejava a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- E) a dinamização da economia urbana retardava o letramento de mulatos e imigrantes, importante para as necessidades do trabalho na cidade.



66.

Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, n.º 12, dez./jan./fev. 1991-92 (adaptado).

Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a:

- A) formação de uma identidade cultural afro-brasileira.
- B) superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.
- C) reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.
- D) manutenção das características culturais específicas de cada etnia.
- E) resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.

67.

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, A. *Sermões*. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951 (adaptado).

O trecho do sermão do Padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e

- A) a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- B) a função dos mestres de açúcar durante a safra de cana.
- C) o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.
- D) o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- E) o trabalho dos escravos na produção de açúcar.



68.

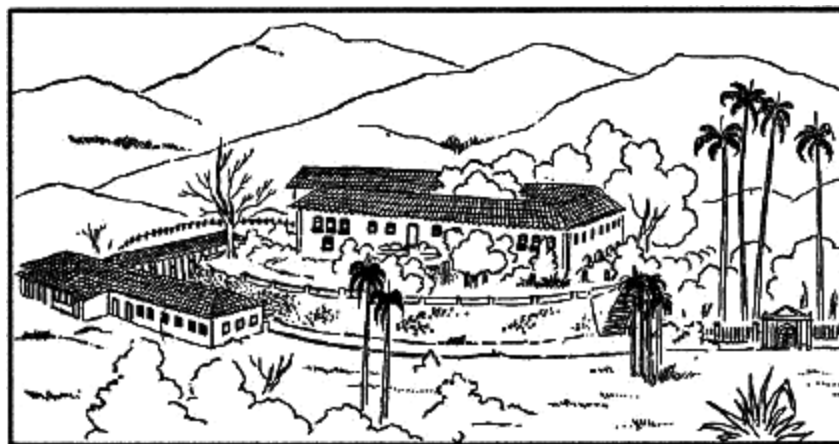
Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho; e quanto os senhores são mais possantes e bem aparelhados de todo o necessário, afáveis e verdadeiros, tanto mais são procurados, ainda dos que não têm a cana cativa, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso receberam.

ANTONIL, J. A. *Cultura e opulência no Brasil [1711]*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987 (adaptado).

Segundo o texto, a produção açucareira no Brasil colonial era:

- A) baseada no arrendamento de terras para a obtenção da cana a ser moída nos engenhos centrais.
- B) caracterizada pelo funcionamento da economia de livre mercado em relação à compra e venda de cana.
- C) dependente de insumos importados da Europa nas frotas que chegavam aos portos em busca do açúcar.
- D) marcada pela interdependência econômica entre os senhores de engenho e os lavradores de cana.
- E) sustentada no trabalho escravo desempenhado pelos lavradores de cana em terras arrendadas.

69.



FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

O desenho retrata a fazenda de São Joaquim da Grama com a casa-grande, a senzala e outros edifícios representativos de uma estrutura arquitetônica característica do período escravocrata no Brasil. Esta organização do espaço representa uma:

- A) estratégia econômica e espacial para manter os escravos próximos do plantio.
- B) tática preventiva para evitar roubos e agressões por escravos fugidos.



- C) forma de organização social que fomentou o patriarcalismo e a miscigenação.
- D) maneira de evitar o contato direto entre os escravos e seus senhores.
- E) particularidade das fazendas de café das regiões Sul e Sudeste do país.

70.

A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver, que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant. 2 jan. 1751. Apud CHAIM, M. M. *Aldeamentos indígenas*(Goiás: 1749-1811). São Paulo: Nobel, Brasília: INL, 1983 (adaptado).

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função:

- A) das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.
- B) da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.
- C) do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.
- D) da política racista da Coroa Portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.
- E) da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

71.

Próximo da Igreja dedicada a São Gonçalo nos deparamos com uma impressionante multidão que dançava ao som de suas violas. Tão logo viram o Vice-Rei, cercaram-no e o obrigaram a dançar e pular, exercício violento e pouco apropriado tanto para sua idade quanto posição. Tivemos nós mesmos que entrar na dança, por bem ou por mal, e não deixou de ser interessante ver numa igreja padres, mulheres, frades, cavalheiros e escravos a dançar e pular misturados, e a gritar a plenos pulmões “Viva São Gonçalo do Amarante”.

BARBINAIS, Le Gentil. *Nouveau Voyage autour du monde*. Apud: TINHORÃO, J. R. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000 (adaptado).

O viajante francês, ao descrever suas impressões sobre uma festa ocorrida em Salvador, em 1717, demonstra dificuldade em entendê-la, porque, como outras manifestações religiosas do período colonial, ela



- A) seguia os preceitos advindos da hierarquia católica romana.
- B) demarcava a submissão do povo à autoridade constituída.
- C) definia o pertencimento dos padres às camadas populares.
- D) afirmava um sentido comunitário de partilha da devoção.
- E) harmonizava as relações sociais entre escravos e senhores.

72.

Em teoria, as pessoas livres da Colônia foram enquadradas em uma hierarquia característica do Antigo Regime. A transferência desse modelo, de sociedade de privilégios, vigente em Portugal, teve pouco efeito prático no Brasil. Os títulos de nobreza eram ambicionados. Os fidalgos eram raros e muita gente comum tinha pretensões à nobreza.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. (São Paulo: Edusp; Fundação do Desenvolvimento da Educação).

Ao reelaborarem a lógica social vigente na metrópole, os sujeitos do mundo colonial construíram uma distinção que ordenava a vida cotidiana a partir da

- A) concessão de títulos nobiliárquicos por parte da Igreja Católica.
- B) afirmação de diferenças fundadas na posse de terras e de escravos.
- C) imagem do Rei e de sua Corte como modelo a ser seguido.
- D) miscigenação associada a profissões de elevada qualificação.
- E) definição do trabalho como princípio ético da vida em sociedade.

73.

O açúcar e suas técnicas de produção foram levados à Europa pelos árabes no século VIII, durante a Idade Média, mas foi principalmente a partir das Cruzadas (séculos XI e XIII) que a sua procura foi aumentando. Nessa época passou a ser importado do Oriente Médio e produzido em pequena escala no sul da Itália, mas continuou a ser um produto de luxo, extremamente caro, chegando a figurar nos dotes de princesas casadoiras.

CAMPOS, R. *Grandeza do Brasil no tempo de Antonil*(1681-1716). São Paulo: Atual, 1996.

Considerando o conceito do Antigo Sistema Colonial, o açúcar foi o produto escolhido por Portugal para dar início à colonização brasileira, em virtude de:

- A) o lucro obtido com o seu comércio ser muito vantajoso.
- B) os árabes serem aliados históricos dos portugueses.
- C) a mão de obra necessária para o cultivo ser insuficiente.
- D) as feitorias africanas facilitarem a comercialização desse produto.



E) os nativos da América dominarem uma técnica de cultivo semelhante.

74.



Disponível em: www.itaucultural.org.br. Acesso em: 26 jul. 2010.

Sem formação acadêmica específica em artes visuais, Heitor dos Prazeres, que também é compositor e instrumentista, é reconhecido artista popular do Rio de Janeiro. Suas pinturas de perspectivas imprecisas e com traços bem demarcados são figurativas e sugerem movimento. Essa obra retrata

- A) a confraternização de uma população socialmente marginalizada.
- B) o inconformismo da população de baixa renda da capital.
- C) o cotidiano da burguesia contemporânea da capital.
- D) a instabilidade de uma realidade rural do Brasil
- E) a solidariedade da população nordestina.

75.

Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra tropeiro vem de "tropa" que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido).

Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em <http://www.tribunadoplanalto.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2008.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à:



- A) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
- B) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
- C) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- D) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
- E) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

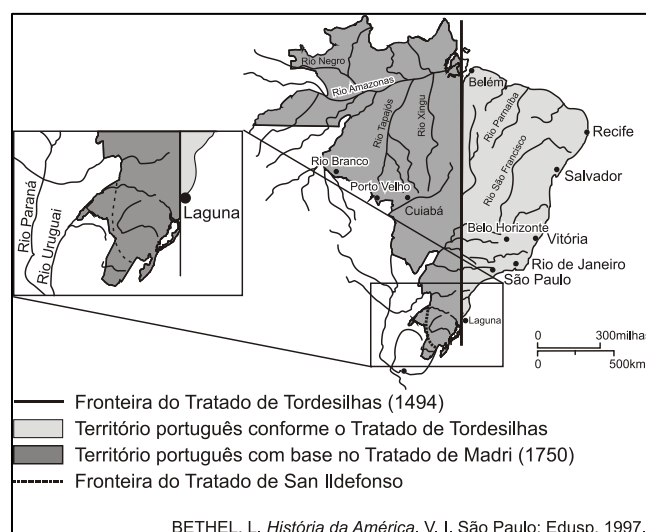
76.

Hoje em dia, nas grandes cidades, enterrar os mortos é uma prática quase íntima, que diz respeito apenas à família. A menos, é claro, que se trate de uma personalidade conhecida. Entretanto, isso nem sempre foi assim. Para um historiador, os sepultamentos são uma fonte de informações importantes para que se compreenda, por exemplo, a vida política das sociedades.

No que se refere às práticas sociais ligadas aos sepultamentos,

- A) na Grécia Antiga, as cerimônias fúnebres eram desvalorizadas, porque o mais importante era a democracia experimentada pelos vivos.
- B) na Idade Média, a Igreja tinha pouca influência sobre os rituais fúnebres, preocupando-se mais com a salvação da alma.
- C) no Brasil colônia, o sepultamento dos mortos nas igrejas era regido pela observância da hierarquia social.
- D) na época da Reforma, o catolicismo condenou os excessos de gastos que a burguesia fazia para sepultar seus mortos.
- E) no período posterior à Revolução Francesa, devido as grandes perturbações sociais, abandona-se a prática do luto.

77.



As terras brasileiras foram divididas por meio de tratados entre Portugal e Espanha. De acordo com esses tratados, identificados no mapa, conclui-se que

- A) Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas, detinha o controle da foz do rio Amazonas.
- B) o Tratado de Tordesilhas utilizava os rios como limite físico da América portuguesa.
- C) o Tratado de Madri reconheceu a expansão portuguesa além da linha de Tordesilhas.
- D) Portugal, pelo Tratado de San Ildefonso, perdia territórios na América em relação ao de Tordesilhas.
- E) o Tratado de Madri criou a divisão administrativa da América Portuguesa em Vice-Reinos Oriental e Ocidental.

78.

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens.

FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

De acordo com a abordagem de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira, é correto afirmar que:

- A) a colonização na América tropical era obra, sobretudo, da iniciativa particular.
- B) o caráter da colonização portuguesa no Brasil era exclusivamente mercantil.
- C) a constituição da população brasileira esteve isenta de mestiçagem racial e cultural.
- D) a Metrópole ditava as regras e governava as terras brasileiras com punhos de ferro.
- E) os engenhos constituíam um sistema econômico e político, mas sem implicações sociais.





1. Alternativa D
2. Alternativa E
3. Alternativa B
4. Alternativa B
5. Alternativa D
6. Alternativa C
7. Alternativa A
8. Alternativa B
9. Alternativa E
10. Alternativa C
11. Alternativa C
12. Alternativa C
13. Alternativa C
14. Alternativa E
15. Alternativa C
16. Alternativa D
17. Alternativa C
18. Alternativa C
19. Alternativa D
20. Alternativa E
21. Alternativa B
22. Alternativa D
23. Alternativa E
24. Alternativa B
25. Alternativa B
26. Alternativa A
27. Alternativa D
28. Alternativa A
29. Alternativa C
30. Alternativa A
31. Alternativa C
32. Alternativa D
33. Alternativa E
34. Alternativa A
35. Alternativa E
36. Alternativa C
37. Alternativa C
38. Alternativa C
39. Alternativa A
40. Alternativa E
41. Alternativa E
42. Alternativa B
43. Alternativa C
44. Alternativa E
45. Alternativa A
46. Alternativa A
47. Alternativa D
48. Alternativa A
49. Alternativa C
50. Alternativa E
51. Alternativa B
52. Alternativa A
53. Alternativa E
54. Alternativa D
55. Alternativa A
56. Alternativa A
57. Alternativa A
58. Alternativa B
59. Alternativa C
60. Alternativa E
61. Alternativa E
62. Alternativa A
63. Alternativa C
64. Alternativa D
65. Alternativa B
66. Alternativa A
67. Alternativa E
68. Alternativa D
69. Alternativa C
70. Alternativa E
71. Alternativa D
72. Alternativa B
73. Alternativa A
74. Alternativa A
75. Alternativa C
76. Alternativa C
77. Alternativa C
78. Alternativa A



12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça, também, dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.